

**FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL MESTRADO**

**AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMO CATALISADORAS DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A CONTRIBUIÇÃO E OS RESULTADOS
SOCIOECONÔMICOS DAS FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA NO
DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO VALE DO PARANHANA/RS.**

DANIELA CRIPPA

Taquara

2015

DANIELA CRIPPA

**AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMO CATALISADORAS DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A CONTRIBUIÇÃO E OS RESULTADOS
SOCIOECONÔMICOS DAS FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA NO
DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO VALE DO PARANHANA/RS.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional. Orientador: Prof. Dr. Roberto Tadeu Ramos Morais

Taquara

2015

Dedico esta dissertação aos meus pais, José Carlos Nunes Serpa (*in memória*), e Rosa Serpa, pois me ensinaram o verdadeiro sentido da vida, incentivaram-me a lutar pelos meus ideais e a superar toda e qualquer adversidade.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Roberto Tadeu Ramos Morais, pois me aceitou como orientanda, compartilhou seus conhecimentos e me guiou durante esta jornada, sempre com sabedoria e humildade.

À minha filha Stephanie e ao meu marido Aziz, pelo carinho e apoio nos dias difíceis e pela compreensão nos dias de ausência.

À FACCAT que me acolheu com carinho, oportunizando conhecimento e experiência na caminhada da pesquisa.

À CAPES que oportunizou a realização deste sonho com o apoio financeiro.

A todos os professores do Mestrado que tive o privilégio de conhecer, mestres que contribuíram muito para o meu crescimento pessoal e intelectual, fomentando conhecimentos utilizados nesta pesquisa.

Aos amigos e colegas que fizeram parte deste processo de dois anos, que contribuíram para meu crescimento pessoal. Obrigada pela troca de experiência e por proporcionarem momentos ímpares ao longo dessa jornada.

A todos que se dispuseram a participar da pesquisa, meu carinho e agradecimento.

(...) a minha maior conquista: partir. Ainda que minha viagem durasse apenas um único e mísero dia. Parti para minha mais longa travessia, e, mesmo que ela só durasse esse único dia, eu havia escapado do maior perigo de uma viagem, da forma mais terrível de naufrágio: não partir. Amyr Klink

RESUMO

O presente estudo vem analisar as contribuições e os resultados, tanto do ponto de vista social quanto econômico, no desenvolvimento regional com a presença das Faculdades Integradas de Taquara, na região do Vale do Paranhana/RS. É notório que uma Instituição comunitária como as Faculdades Integradas de Taquara/RS, traz diversos benefícios para os municípios que abrange, porém os estudos existentes nesta área que já foram realizados como por exemplo: Bernartt, (2006), Santos,(2007), Righi e Ruppenthal, (2013), não propiciaram impactos fundamentais para o reconhecimento público sobre a real dimensão destas contribuições para a sociedade destes municípios. Dessa forma, procurar-se-á através de um estudo histórico, bibliográfico e exploratório, utilizando-se também de dados secundários provenientes de órgãos governamentais, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Educação (MEC), Fundação de Economia e Estatística (FEE), dentre outros, analisando especificamente os municípios da região do Vale do Paranhana/RS. O referencial teórico da pesquisa permite-nos uma maior possibilidade e flexibilidade do estudo interdisciplinar onde história e educação, ensino superior e sociedade regional se entrecruzam, constituindo o trabalho. Aplicou-se um questionário para os quatro estudos, sendo que para os dois primeiros foram aplicados questionários estruturados abertos e para o terceiro e quarto estudos utilizou-se o questionário estruturado fechado, do método Escala de Likert. No que se refere aos resultados, foram identificados impactos gerados pelo novo perfil de graduados na sociedade, como por exemplo, a relação entre empregabilidade e trabalho, a satisfação e as influências e/ou incentivos que esses graduados desencadeiam na sociedade, o aumento do IDHM na região, entre outros. Diante disso, foi comprovado que a Faccat opera como catalisadora no desenvolvimento da região, os pesquisados enfatizaram a qualificação da mão de obra como uma das principais contribuições da instituição. Por fim, as percepções indicam a Faccat como instituição-chave para o desenvolvimento regional, contudo, eximindo-se do seu papel de protagonista do processo.

Palavras-chave: Educação. Impacto. Desenvolvimento Regional. Ensino Superior. Sociedade.

ABSTRACT

This study is to analyze the contributions and results, both from a social point of view as economic, regional development with the presence of the International College of Taquara in Paranhana / RS Valley region. It is clear that a Community institution as the International College of Taquara / RS, brings several benefits to municipalities covering, but existing studies in this area that have already been carried out such as: Bernartt (2006), Santos (2007), Righi and Ruppenthal, (2013), did not promote fundamental impact on public recognition about the actual size of these contributions to society of these municipalities. This way, you look up through a historical, bibliographical and exploratory study, using also secondary data from government agencies such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), Ministry of Education (MEC), Foundation Economics and Statistics (FEE), among others, specifically analyzing the municipalities in the region of Vale do Paranhana / RS. O theoretical research framework allows us greater scope and flexibility of the interdisciplinary study where history and education, higher education and regional society, intersect, forming the work. Questionnaire was applied to the four studies. For the first and second studies were administered structured questionnaires and open to the third and fourth study used the closed structured questionnaire, Likert Scale method. As regards the results were identified impacts generated by the new graded profile in society, for example, the relationship between employability and labor, satisfaction, and the influences and / or incentives that these graduated trigger in society, the increase of IDHM in region, among others. Before it was proven that FACCAT operates as a catalyst in the development of the region, respondents emphasized the qualification of the workforce as a major contribution of the institution. Finally, perceptions indicate the FACCAT as a key institution for regional development, however, exempting himself from his starring role in the process.

Keywords: *Education. Impact. Regional Development. Higher Education. Society.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da área de abrangência das Faculdades Integradas de Taquara- FACCAT.	17
Figura 2: Queda dos Indicadores desigualdade/renda/pobreza	49
Figura 3: Campus das Faculdades Integradas de Taquara.....	58
Figura 4: Localização do Campus FACCAT	59
Figura 5: Roteiro de Investigação.....	68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Resultado da Pesquisa Desigualdade Social	85
Gráfico 2: Resultado da Pesquisa Reversão da Pobreza	85
Gráfico 3: Resultado da Pesquisa Capital Humano	86
Gráfico 4: Resultado da Pesquisa Desigualdade Social	88
Gráfico 5: Resultado da Pesquisa Reversão da Pobreza.....	89
Gráfico 6: Resultado da Pesquisa Capital Humano	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: População do Vale do Paranhana/RS.	16
Quadro 2: Classificação das IES.	24
Quadro 3: Categorias e Subcategorias das variáveis socioeconômicas.....	36
Quadro 4: Ranking de IDHM.	52
Quadro 5: Comparativo de Crescimento do IDHM em Educação no período de 2000 a 2010 no Vale do Paranhana/RS.	52
Quadro 6: Remuneração média em reais, em valores de dezembro/2014- Brasil.....	54
Quadro 7: Cronologia dos Cursos da FACCAT.....	58
Quadro 8: Categorias, subcategorias e respectivas questões dos alunos egressos.	70
Quadro 9: Categorias, subcategorias e respectivas questões dos alunos matriculados.	70
Quadro 10: Respostas dos Alunos Egressos.....	83
Quadro 11: Respostas dos Alunos Matriculados.....	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEF: Caixa Econômica Federal
CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CESEP: Centro de Serviços em Psicologia
CF: Constituição Federal
COFINS: Contribuição para Financiamento de Seguridade
COREDES: Conselho Regional de Desenvolvimento
COREDEPES: Conselho Regional de Desenvolvimento do Paraná – Encosta da Serra
CSLL: Contribuição Social sobre Lucro Líquido
ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio
FACCAT: Faculdades Integradas de Taquara
FEE: Fundação de Economia e Estatística
FEEIN: Fundação Educacional Encosta Inferior do Nordeste.
FGV: Fundação Getúlio Vargas
FIES: Programa de Financiamento Estudantil
FURG: Universidade Federal de Rio Grande
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES: Instituição de Ensino Superior
INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPM: Índice de Pobreza Multidimensional
IPTU: Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana
ISSQN: Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza
LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação
OIT: Organização Internacional do Trabalho
MEC: Ministério da Educação e Cultura
NBI: Necessidades Básicas Insatisfeitas
PEIEX: Projeto de Extensão Industrial Exportadora
PEPI: Projeto Extensão Produtiva e Inovação
PIB: Produto Interno Bruto
PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PCE/CREDUC: Programa de Crédito Educativo do Governo do Estado do Rio Grande do Sul

PPC: Paridade do Poder de Compra

PPGDR: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional

PROUNI: Programa Universidade para Todos

PUC: Pontifícia Universidade Católica

RDH: Relatório Desenvolvimento Humano

RS: Rio Grande do Sul

SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TNB: Teoria das Necessidades Básicas

UCS: Universidade de Caxias do Sul

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNB: Universidade de Brasília

UNE: União Nacional de Estudantes

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIJUÍ: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

UNISINOS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos

UPF: Universidade de Passo Fundo

URCAMP: Universidade da Região da Campanha

USP: Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	REVISÃO DA LITERATURA	19
2.1	Instituições de Ensino Superior	19
2.1.1	Contexto Histórico.....	19
2.1.2	O Ensino Superior no Rio Grande do Sul.....	23
2.1.3	Instituições de Ensino Superior Comunitárias	24
2.2	Desenvolvimentos: evolução e dinâmica do conceito	27
2.2.1	Conceito de desenvolvimento.....	27
2.2.2	Desenvolvimento regional e local	28
2.2.3	Importância das IES no Desenvolvimento Regional.....	33
2.3	Variáveis Socioeconômicos do Estudo	35
2.3.1	Desigualdade Social	36
2.3.1.1	Capacitação Profissional e Inclusão Social	38
2.3.1.2	Políticas de Inclusão e Condução no Processo de Acesso e Permanência no Ensino Superior.....	40
2.3.2	Reversão da Pobreza.....	44
2.3.2.1	Miserabilidade das Famílias	48
2.3.2.2	Erradicação da Pobreza	49
2.3.3	Capital Humano.....	50
2.3.3.1	Qualificação da mão de obra	53
2.3.3.2	Capacitação Humana e Atualização Profissional	54
3	CARACTERÍSTICA DA INSTITUIÇÃO EM ESTUDO E SUAS AÇÕES	57
3.1	Perfil Institucional das Faculdades Integradas de Taquara/RS	57
3.2	Ações realizadas pelas Faculdades Integradas de Taquara/RS	60
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	63
4.1	Tipo de Pesquisa	63
4.2	Procedimentos de Pesquisa	65
4.3	Desenho da pesquisa	68
4.4	Esclarecimentos dos Estudos	69
4.4.1	Primeiro Estudo	69

4.4.2	Segundo Estudo	69
4.4.3	Terceiro Estudo.....	69
4.4.4	Quarto Estudo	70
5	APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS	72
5.1	Resultados do primeiro estudo	72
5.2	Resultados do segundo estudo	78
5.3	Resultados do terceiro estudo.....	83
5.4	Resultados do quarto estudo.....	86
6	CORRELAÇÃO DOS ESTUDOS	91
6.1	Correlações entre o primeiro e segundo estudo.....	91
6.2	Correlações entre o primeiro e o terceiro estudo.....	91
6.3	Correlações entre o primeiro e quarto estudo	91
6.4	Correlações entre o segundo e terceiro estudo.....	92
6.5	Correlações entre o terceiro e quarto estudo	92
7	CONCLUSÃO.....	94
	REFERÊNCIAS	97
	APÊNDICES	109
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DOS GESTORES	110
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO COM OS ATORES SOCIAIS	111
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA EGRESSOS 2014.....	112
	APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS MATRICULADOS	
	2015/1.....	113
	ANEXO	114
	ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ...	115

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo geral analisar a Contribuição da Instituição de Ensino Superior (IES)- Faccat e os resultados Socioeconômicos no Desenvolvimento Regional, e como específico: a) identificar os impactos socioeconômicos proporcionados, b) descrever as principais ações realizadas pela Faccat para a contribuição do desenvolvimento local, c) examinar as Faculdades Integradas de Taquara- Faccat, enquanto espaço de trabalho contra as desigualdades sociais, promovendo a inclusão dos indivíduos e o desenvolvimento regional.

De que forma uma Instituição de ensino superior influencia no desenvolvimento local? Quanto um município ganha, do ponto de vista social e econômico, com a presença de uma universidade?

Se, por um lado, é importante realizar este estudo para contribuir com o desenvolvimento local, por outro lado a sua importância também se dá pelo aporte às ciências sociais, demonstrando que pesquisa pode ser útil para a sociedade, evidenciando que a mesma é capaz de auxiliar o desenvolvimento local.

Desta forma, este estudo não favorece apenas aos poderes e instituições estabelecidas, mas à sociedade de um modo geral. Segundo Chanlat (2000), as ciências sociais são todas as ciências que se dedicam a tornar inteligível a vida social em um de seus aspectos particulares ou em sua totalidade. Neste sentido, o autor enfatiza que as pesquisas das ciências sociais devem ser práticas, ou seja, úteis. Essa utilidade encontra-se em uma forma de engenharia social cuja finalidade é a previsão e o controle dos comportamentos humanos.

Outro fator importante para a concretização deste estudo é a oportunidade de avaliar a imagem que a instituição tem perante a sociedade e analisar até que ponto a sociedade local reconhece ou não o papel da instituição como fundamental num processo de desenvolvimento. Esta percepção da sociedade poderá trazer grandes benefícios sociais e organizacionais.

Um dos propósitos deste estudo foi que através da sustentação obtida com dados quantitativos e qualitativos, a instituição estudada poderá analisar suas ações visando torná-las mais eficazes, otimizando seus focos e objetivos.

Comum em outros países, mas não tanto no Brasil, estudos desta natureza procuram responder de forma clara e inegável a tais questionamentos, mostrando toda força econômica e influência de uma IES, no caso a Faccat, no crescimento dos municípios. Este estudo procura evidenciar se investir em educação contribui decisivamente para o desenvolvimento econômico e social de uma região.

Sabe-se que é no Ensino Superior que os indivíduos procuram a tão esperada formação

e qualificação profissional, em busca de habilidades e competências para sobreviver em um mercado de trabalho competitivo e exigente, característico da nova sociedade.

Nesse contexto ressalta-se que o perfil exigido pelas organizações de um profissional mudou, pois procuram por um funcionário multifuncional e de fácil adaptabilidade, agregando valor à empresa, ou seja, um profissional que está na busca constante de qualificação. Diante dessa nova realidade, torna-se cada vez mais necessário, proporcionar às pessoas condições para alcançarem esta qualificação. O Ensino Superior é um dos meios para o acesso a essa melhoria e conseqüentemente, um melhor desempenho profissional.

Conforme Maximiano (1992), uma organização é uma combinação de esforços individuais que tem por finalidade realizar propósitos coletivos. Por meio de uma organização torna-se possível perseguir e alcançar objetivos que seriam inatingíveis para uma pessoa. Para um desenvolvimento local e humano as organizações são partes integrantes e responsáveis socialmente pelo crescimento do meio em que estão inseridas. Barquero (2001, p.15) considera que “A melhoria da produtividade e da competitividade das cidades depende da introdução de inovações nas empresas, da flexibilidade e organização do sistema produtivo e da existência de instituições que contribuam para o funcionamento dos mercados”.

Qualquer país ou região que almeja ser desenvolvida, precisa de políticas voltadas para uma educação de qualidade. A educação, em particular a do Ensino Superior, vem recebendo uma crescente atenção, sendo considerada como fator essencial para o desenvolvimento de uma região, com o intuito de contribuir para uma sociedade mais justa, mais igualitária, diminuindo as desigualdades e proporcionando uma maior inserção social e política na região onde está inserida.

É notório que uma Instituição comunitária como as Faculdades Integradas de Taquara/RS, traz diversos benefícios para os municípios que abrange, porém os estudos existentes nesta área que já foram realizados como por exemplo: Bernartt (2006), Desenvolvimento e ensino superior: um estudo no sudoeste do Paraná nos últimos cinquenta anos, com o objetivo de analisar as manifestações dos conceitos de região, desenvolvimento e suas relações com o ensino superior no sudoeste do Paraná, nos últimos cinquenta anos; Santos (2007), Instituições de ensino superior e o desenvolvimento local em Vitória da Conquista/BA, tendo assim o objetivo analisar as Instituições de Ensino Superior como impulsionadoras do desenvolvimento local; Righi e Ruppenthal (2013), Influência de uma universidade na geração de um polo regional de ensino superior, o qual teve como objetivo mostrar a contribuição da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM na criação de um polo de ensino superior em Santa Maria – RS, porém não propiciaram impactos fundamentais

para o reconhecimento público sobre a real dimensão dessas contribuições para a sociedade desses municípios.

Na perspectiva de avançar neste estudo, a pesquisa abrangeu os 6(seis) municípios que integram a região analisada, quais sejam: Taquara, Parobé, Igrejinha, Três Coroas, Rolante e Riozinho. Com base nestas indagações, elaborou-se o seguinte questionamento: Quais as contribuições e os resultados socioeconômicos que são proporcionados pela atuação das Faculdades Integradas de Taquara- Faccat no desenvolvimento da região do Vale do Paranhana-RS.?

A caracterização populacional dos municípios de Taquara, Parobé, Igrejinha, Três Coroas, Rolante e Riozinho: em seus seis municípios, a região possuía, em 2011, 195. 751 habitantes, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - População do Vale do Paranhana/RS.

Cidades	População
Taquara	56 896
Parobé	54 599
Igrejinha	33 711
Três Coroas	25 535
Rolante	20 479
Riozinho	4 531
Total	195 751

Fonte: IBGE (2013).

O PIB (Produto Interno Bruto) do Vale do Paranhana em 2011 foi de R\$ 3.195.156.000, o que representou um pouco menos de 3% de todo o PIB estadual, os municípios mais ricos foram: Igrejinha (867.611.000), Taquara (745.256.000), Parobé (709.137.000), Três Coroas (511.961.000), Rolante (295.936.000) e, por fim, Riozinho (65.255.000).

É importante salientar que a Faccat não abrange somente a região do Vale do Paranhana, como também a Região das Hortênsias, Vale do Sinos, o que contribui para captação de capital humano de outras regiões., mas para efeito de estudo Figura 1, será analisada especificamente esta região.

Figura 1- Mapa da Área de Abrangência da Faccat



Fonte: Adaptado pela autora, a partir de dados da revista digital (2014).

A Faccat está localizada no município de Taquara, na Encosta Inferior do Nordeste e dista 72 quilômetros de Porto Alegre, 40 km de Gramado, 36 km de Novo Hamburgo e 89 km de Tramandaí. Também possui, como uma de suas principais características, a privilegiada localização geográfica: o município é ponto de ligação entre importantes regiões do Rio Grande do Sul, como a Serra Gaúcha, o Litoral, a Região Metropolitana e o Vale do Sinos.

Em decorrência do objetivo a que se propôs, são apresentados aqui os passos que foram seguidos na realização da dissertação estruturada em cinco seções, a contar desta introdução.

A segunda seção abrange uma revisão da literatura, na qual foram abordados os conceitos teóricos relevantes para a dissertação, tais como: desenvolvimento, com ênfase no desenvolvimento regional e humano, o papel da educação e a contribuição da IES para o desenvolvimento regional, a questão da pobreza, da desigualdade e da inclusão social.

Este levantamento teórico foi fundamental para o estudo aqui proposto e realizado. Desta forma, esses assuntos compõem a base teórica conceitual desta pesquisa. Esse levantamento bibliográfico facilitou a observação, a percepção e a análise crítica dos aspectos socioeconômicos dos municípios favorecidos pela presença de uma instituição de ensino superior. Na terceira seção apresentam-se as características e ações desenvolvidas pela Faccat, nosso objeto de estudo.

Na quarta seção apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados para esta análise: a sua classificação e o seu desenho, informando ainda como os dados foram coletados, sintetizados, analisados e interpretados.

Na quinta seção apresentam-se os dados do estudo e a análise dos mesmos. Trata-se da principal contribuição do trabalho, uma vez que neste tópico são apresentados e analisados os dados que objetivaram a realização da investigação.

Na sexta seção apresentam-se as conclusões. Seguem-se as referências e os anexos.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Instituições de Ensino Superior

Nessa parte da revisão de literatura pretende-se traçar o histórico da instrução formal no Brasil, com enfoque para o ensino de nível superior. Listam-se as principais transformações ocorridas no processo de ensino no Brasil desde a sua criação, com ênfase para as questões institucionais que provocaram tais mudanças. O objetivo dessa seção é construir o panorama histórico que explica o atual estágio de desenvolvimento do ensino superior no Brasil.

2.1.1 Contexto Histórico

A história sobre a criação da universidade brasileira aponta para o século XIX. Com a vinda da família real de Portugal, iniciaram-se as primeiras tratativas para instalar-se no país o ensino superior. Dom João VI criou a cátedra de Economia Política na Bahia (COSTA; CUNHA, 2002).

Buarque (2003) comenta que se não fosse pela vaidade do monarca e o capricho da nobreza, provavelmente ter-se-ia protelado o surgimento da primeira universidade brasileira em mais dez ou vinte anos. Havia passado cem anos da independência do país e trinta e três anos da Proclamação da República, e o Brasil começava a constituir a sua primeira universidade, sendo o último país a criar a primeira universidade.

A primeira grande universidade brasileira nasceu em 1934, Universidade de São Paulo - USP, resultante da vontade de intelectuais brasileiros aliados a intelectuais franceses. O país passa a olhar para dentro de si, apesar da influência estrangeira (BUARQUE, 2003).

As mais antigas universidades brasileiras são resultados da reunião de cátedras que se multiplicaram e foram se constituindo em universidades. Portanto, é possível inferir que o processo de institucionalização do ensino superior no Brasil foi um processo de agregação sucessiva, por isso mostrando-se, em muitos momentos, fragilizado (ROSSATO, 2003).

Com o movimento de modernização e de industrialização da sociedade brasileira, a partir da década de 1950, houve um crescimento econômico que provocou simultaneamente várias transformações, tanto no campo econômico como no campo sociocultural. Esse movimento contagiou outros setores da sociedade que passaram a observar a universidade

brasileira com maior atenção, entendendo a necessidade de modificações, inclusive para modernização e acompanhamento das exigências de um novo tempo.

O movimento de modernização do ensino superior no Brasil teve sua culminância com a criação da Universidade de Brasília - UnB, que, inaugurou uma nova fase. É como se fosse um divisor de águas na história das instituições universitárias, quer por sua finalidade, quer por sua organização institucional, como ocorreu com o surgimento da Universidade de São Paulo - USP, nos anos 1930 (FÁVERO, 1994).

Os acontecimentos internacionais ocorridos na Europa e nos Estados Unidos fizeram eclodir no Brasil, paralelamente, um movimento estudantil de profundas repercussões de ordem político-econômico-cultural. Os estudantes, conectados com as discussões que envolviam outros tantos jovens de diferentes nacionalidades, propunham novos valores, [...]

[...] em prol de reformas econômicas de caráter socialista e maior liberdade no âmbito familiar, sexual, em prol de reformas econômicas de caráter socialista e maior liberdade no âmbito familiar, sexual e escolar, de reestruturação dos currículos escolares aproximando teoria e prática (SCHMIDT, 2001, p.190).

É neste momento que a universidade passa a figurar como fonte de maior preocupação e análise da UNE (União Nacional de Estudantes) e, entre o final dos anos 1950 e meados de 1960, os jovens universitários organizaram-se para darem suas contribuições aos debates sobre a reforma universitária. Este movimento teve seu marco por ocasião da discussão do Projeto de Lei de Diretrizes Curriculares e Bases da Educação Nacional, o que desencadeou a realização, em Salvador, do 1º Seminário Nacional de Reforma Universitária, que acabou resultando na Declaração da Bahia, considerada um dos importantes textos programáticos do movimento estudantil brasileiro.

Nos anos seguintes, sucederam-se outros dois seminários, que apontavam a posição dos estudantes, por meio da UNE, de combater o caráter arcaico e elitista das instituições universitárias. “Suas propostas apontavam para a urgência de se construir uma universidade democrática, crítica e a serviço dos setores majoritários da sociedade, que traduzisse a melhor expressão da cultura nacional” (FÁVERO, 1994, p. 151).

Neste período, havia um grande paradoxo, pois, ao mesmo tempo em que a sociedade testemunhava os desmandos do período ditatorial, assistia à fundação de uma nova estrutura universitária, mais moderna, com o objetivo firme de criar um sistema universitário nacionalmente integrado.

Na educação superior, pós-1964, os acordos davam ênfase principalmente a um aspecto:

a) a educação é vista como fator estratégico, numa política de desenvolvimento, e deve ser entendida como eficiente instrumento para conter os conflitos sociais e eliminar os obstáculos que se antepunham ao crescimento econômico (FÁVERO, 1994, p. 153).

As transformações consolidaram-se em 1968, resultado da reforma empreendida pelos militares, com financiamento de organismos norte-americanos. Surge a Lei nº 5540/68 conhecida como a Lei da Reforma Universitária.

A universidade brasileira moderna mostra-se, então, como fruto do regime militar e da tecnocracia norte-americana. Com esse patrocínio, ela conseguiu dar um grande salto qualitativo e quantitativo, que, contraditoriamente, também “[...] foram marcados por anos por forte repressão e controle, durante os quais a autonomia significava em muitos momentos a liberdade de palavra, pluralidade ideológica e existência de organizações estudantis” (FÁVERO, 1994, p.161).

Contudo, apesar de reconhecer esse difícil período vivenciado pelo sistema de ensino no país e também na sociedade brasileira, Buarque (2003) enfatiza que este foi, talvez, o maior salto ocorrido com a educação superior em qualquer país do mundo. Há um aumento considerável no número de instituições de ensino superior, conseqüentemente de alunos e professores, sobretudo na pós-graduação *stricto sensu*¹.

Com o movimento de luta pela democracia no país, em 1985, voltou-se gradualmente à liberdade de expressão até então retirada da população e de suas instituições. Nas universidades públicas, era possível proceder à escolha dos dirigentes universitários, com eleições diretas para o cargo de reitor. As melhorias, crescimento e conquista nestas duas últimas décadas (1980 e 1990) foram devido aos esforços da comunidade acadêmica que reivindicava no poder público o direito ao ensino superior gratuito para a população (BUARQUE, 2003).

O Art. 20 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 1996 – LDB diz que as instituições privadas de ensino superior podem se organizar como particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas. Com o objetivo de amparar com definições mais precisas sobre esta categorização, buscam-se em Morosini (2003, p.340) tais conceitos:

¹ É uma expressão latina que significa, literalmente, "em sentido específico", por oposição ao "sentido amplo" (*lato sensu*) de um termo. No âmbito do ensino, se refere ao nível de pós-graduação que titula o estudante como mestre ou doutor em determinado campo do conhecimento.

As Instituições privadas com fins lucrativos ou particulares em sentido stricto – são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado e que não apresentam características das demais privadas. As Instituições privadas sem fins lucrativos podem ser: Comunitárias – instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora, representantes da comunidade; Confessionais – instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam à orientação confessional e ideológica específicas; Filantrópicas – são as instituições de educação ou de assistência social que prestam os serviços para ao quais foram instituídas e os coloquem à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem qualquer remuneração.

Diante disso, torna-se de importância fundamental para a educação do país, o papel das instituições educacionais privadas, bem como a contrapartida estatal existente através de benefícios fiscais que permitam o incentivo à atividade educacional.

O Sistema de Ensino no Brasil tem sua centralidade no Ministério da Educação - MEC, que sofreu uma série de modificações a partir da Lei nº. 9.394/96/ LDB, principalmente referente ao ensino superior, uma vez que aprofundou sua diversificação (AMARAL, 2003).

A luta pela autonomia universitária é uma conquista e não uma dádiva, por isso sua importância para a universidade, que se torna autônoma pela capacidade de expressar a diversidade do saber, como também da concretização da produção científica avaliada e reconhecida, aliada à transmissão e socialização de conhecimento (FÁVERO, 1994).

A Declaração Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI, promovida pela UNESCO em 1998, teve inúmeros momentos de grande densidade. Nos plenários, muito foi dito sobre educação. Neste espaço, Maia (1999, p. 38), apresenta uma proposta que referenda o tema tratado e que se entende ser apropriado mencionar:

[...] as instituições de ensino superior devem dar oportunidade para que estudantes desenvolvam suas próprias habilidades plenamente, com um sentido de responsabilidade social, educando-os para se tornarem participantes plenos na sociedade democrática e agentes de mudanças que implementarão a igualdade e a justiça.

O espaço privilegiado universitário pode propiciar ao jovem o desafio incitado pelos professores e outros agentes da formação, a refletir e a pensar por si mesmo, valorizando os seus saberes na construção de novos conhecimentos. Diante dos fatos abordados anteriormente no que se refere ao surgimento das IES no Brasil, tratar-se-á, a seguir, sobre a especificidade do Ensino Superior no Rio Grande do Sul.

2.1.2 O Ensino Superior no Rio Grande do Sul.

Entende-se que seja importante apresentar os dados referentes ao ensino superior no Estado do Rio Grande do Sul, por ser ele o território em que será realizada a pesquisa apresentada neste estudo.

O ensino superior no Rio Grande do Sul até 1950 estava concentrado em Porto Alegre, com duas universidades, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. O interior contava apenas com faculdades. A interiorização ocorreu no período de 1950-1960, com a criação de instituições superiores em São Leopoldo, Bagé, Rio Grande, Caxias do Sul, Ijuí, Viamão e Uruguaiana, municípios que, com exceção dos dois últimos, deram origem às atuais universidades: Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, Universidade da Região da Campanha - Urcamp, Universidade Federal de Rio Grande - Furg, Universidade de Passo Fundo - UPF, Universidade de Caxias do Sul- UCS e Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí. Este crescimento pode dizer-se que foi lento, provavelmente por circunstâncias culturais e educacionais daquele momento e também ao baixo volume populacional do Estado (MOROSINI; ROSSATO, 2006).

A expansão do ensino superior que vem a ocorrer no Estado do Rio Grande do Sul se dá independentemente de qualquer política educacional, ocorre pelo resultado de articulações de grupos locais ou de relações pessoais que determinam a abertura de uma IES em um ou outro município. Contudo, deve-se levar em conta que a expansão de instituições acompanha o movimento nacional. O governo acabou favorecendo a criação e a proliferação de novas instituições superiores no Estado, por falta de legitimidade do poder central e regional, como forma de aliviar a crise social que afetava a classe média em decorrência da política econômica de arrocho salarial. Portanto, as circunstâncias eram propícias para a multiplicação das instituições. Tais fatos deram origem a um imenso processo de privatização do ensino superior:

O sistema de educação superior no Estado se amplia rapidamente. As IES passam de 7, em 1960, para 52 em 1980, havendo um processo contínuo de reorganização institucional, pois em 1978, chegam a atingir o número de 75 IES, caindo para 66, em 1982, em função da constituição de instituições integradas (MOROSINI; ROSSATO, 2006, p. 26).

Os pesquisadores Morosini e Rossato (2006) enfatizam que a expansão das IES no Estado adquiriu uma característica diferente do resto do país com o crescimento das privadas

sem fins lucrativos, destacando-se as comunitárias, que em sete anos, de 1997 a 2004, passaram de 20 (vinte) IES para 39 (trinta e nove). As instituições comunitárias são uma experiência quase exclusiva do Rio Grande do Sul. Seu surgimento deve-se às iniciativas comunitárias e definem-se como não confessionais, não empresariais, sem alinhamento político-partidário ou ideológico de qualquer natureza.

Destaca-se que o foco do estudo em questão são as Faculdades Comunitárias, mais especificamente as Faculdades Integradas de Taquara - Faccat/RS. Diante disso, serão abordadas com maior propriedade as IES comunitárias, para melhor compreensão do objeto do estudo.

2.1.3 Instituições de Ensino Superior Comunitárias

As universidades, segundo Conto (2010, p.9) são “[...] instituições responsáveis pela produção e socialização do conhecimento e a formação de recursos humanos, têm um papel importante: dar o exemplo (produzir, socializar e formar respeitando o meio ambiente)”. As IES podem ser classificadas e, conseqüentemente, caracterizadas sob diferentes aspectos, dependendo do objetivo da análise da legislação, órgão regulador ou literatura. Algumas dessas classificações estão expostas no Quadro 2.

Quadro 2 - Classificação das IES

LEI/ DECRETO	CLASSIFICAÇÕES IES
Organização acadêmica	
Decreto 2.306/97 Art. 8	1. Universidades 2. Centros universitários 3. Faculdades integradas 4. Faculdades 5. Institutos 6. Escolas superiores
Categorias administrativas	
Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 Art. 19 e 20	1. Públicas 2. Privadas a. Particulares b. Comunitárias c. Confessionais d. Filantrópicas
Natureza jurídica	
Novo código civil Lei nº 10.406/02 art. 40 e 44	1. Pessoas jurídicas de direito público interno 2. Pessoas jurídicas de direito público externo 3. Pessoas jurídicas de direito privado a. Associações (fins não econômicos) b. Sociedades (fins econômicos) c. Fundações (fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.)

Fonte: Elaborado pela autora, a partir da LDB (1996), Decreto 2.306 (1997) e Novo Código civil (2002).

A organização acadêmica e as categorias administrativas abordam questões relacionadas ao ensino, enquanto que a sua natureza jurídica está relacionada à administração da organização.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC), através do decreto 2.306/97, classifica as IES conforme a sua organização acadêmica, sendo universidades as instituições pluridisciplinares que oferecem atividades de ensino, pesquisa e extensão com regularidade.

Conforme o artigo 207 da Constituição Federal (1988), as universidades possuem autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

Essa autonomia também consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em que são conferidas às universidades certas atribuições, como a autonomia para “[...] criar, organizar e extinguir cursos e programas de educação superior previstos na Lei” na sua sede e “aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais” (BRASIL, 1996, art.53).

Além da prestação e sua gestão acadêmica ao MEC, as IES são avaliadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), órgão de assistência direta ao MEC, através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O SINAES avalia a estrutura das IES, seus cursos de graduação e o desempenho acadêmico dos seus alunos, com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino superior.

Dentre as onze dimensões estabelecidas para garantir a unidade do processo avaliativo, estão a responsabilidade social da instituição, bem como sua sustentabilidade financeira. A dimensão da responsabilidade social presente no SINAES, segundo Silva (2009, p.42), é “[...] considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural”. Percebe-se, diante disso, a importância do processo avaliativo como forma de avaliar a contribuição na inclusão social.

Segundo Polidori (2011, p.514), devem-se estabelecer os objetivos prioritários das avaliações institucionais, e, sendo o foco principal a melhoria da qualidade, “[...] é fundamental que o processo seja sentido por toda instituição, que esta se autocritique, que procure descobrir os seus pontos fortes e as fraquezas, e neste contexto, a autoavaliação é essencial”. Sobre esta perspectiva é estar revendo e redirecionando frequentemente as práticas instituídas, sendo assim, a avaliação institucional torna-se indiscutivelmente relevante e necessária para o redimensionamento das ações a serem adotadas, constituindo-se numa importante ferramenta de gestão nas instituições de ensino.

A finalidade não econômica aparece no Decreto Lei 2.306/97 em que “[...] as entidades mantenedoras de instituições privadas de ensino superior comunitárias, confessionais e filantrópicas ou constituídas como fundações, não poderão ter finalidade lucrativa” (BRASIL, 1997, art. 3º). Diante disso, como associações sem fins lucrativos as IES comunitárias devem gerenciar suas próprias atividades aplicando o total dos seus excedentes na manutenção e financiamento de seu ofício.

Segundo Santos (2008), os estudos que abordam formas e práticas da gestão e estrutura administrativa das IES são escassos. Entretanto, algumas características são apontadas por Hardy e Fachin (2000). São elas a descentralização da estrutura, através de subunidades autônomas e a existência de comitês como o Colegiado, que busca o processo decisório consensual, envolvendo a comunidade acadêmica.

Conforme Cassol (2006, p.82), ao analisar o estudo sobre as fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil realizado pelo IBGE em 2004, observou que:

[...] no caso específico das IES privadas, apesar do forte apelo à assistência social, é difícil delimitar uma fronteira entre a gestão desse tipo de organização com a lógica empresarial. Essas, apesar de classificadas como sem fins lucrativos e beneficiando-se de isenções e imunidades fiscais, atuam de forma semelhante a empresas privadas, ou seja, cobram pela prestação de seus serviços, geram superávits econômicos e aumentam o patrimônio das entidades mantenedoras.

As IES comunitárias possuem certa dualidade. Ao mesmo tempo em que seu caráter é público como agente de desenvolvimento social, podendo ser classificada como uma entidade do terceiro setor, sua gestão segue os princípios das organizações do segundo setor. Segundo Tachizawa (2004), as IES privadas devem servir como centro de informações sobre a comunidade local. Essa faceta empresarial também está refletida na busca pela profissionalização administrativa ocorrida nos últimos vinte e cinco anos (1990-2015), nas IES comunitárias, decorrente do ambiente competitivo que apresenta excesso de oferta. Segundo Silva (2009), a gestão eficiente das IES é complexa porque está embasada no gerenciamento equilibrado dos ativos intangíveis e controle dos recursos financeiros.

Diante disso, observa-se que quanto maior for o número de cursos e atividades oferecidas, maior será a demanda por funções diferenciadas, o que exige um planejamento detalhado das ações desenvolvidas, incluindo preocupações ambientais e o desenvolvimento socioeconômico da região.

2.2 Desenvolvimentos: evolução e dinâmica do conceito

2.2.1 Conceito de desenvolvimento

Compreender os modelos históricos de desenvolvimento configura-se como um ensaio sobre a tipologia destes para contribuir ainda mais para sua discussão e reflexão. O estudo desta temática não é uma novidade. Vários autores já escreveram sobre o tema, destacando-se: Bassan e Siedenberg (2008), Boisier (1996) e Buarque (1999).

Para Boisier (2001), o conceito de desenvolvimento reduziu-se a crescimento econômico. O mesmo passou a ser o crescimento da renda *per capita* nas áreas economicamente subdesenvolvidas.

Por volta de 1960, o modelo recebe o acréscimo do termo social, e já se começa a falar em desenvolvimento econômico e social. Os componentes sociais adicionados seriam aqueles vinculados ao grupo de necessidades como saúde, educação, moradia, lazer, segurança. Nesse sentido, Bassan e Siedenberg (2008, p. 139) já chamavam a atenção: “[...] essa definição traz incorporada não apenas a ideia da melhor condição econômica, mas também a de maior dignidade humana, mais segurança, justiça e igualdade”.

O desenvolvimento desejável pelas sociedades contemporâneas deve promover a inclusão social, o bem-estar econômico e a preservação dos recursos naturais. Trata-se, segundo Sachs (2004), de um desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado. Destaca-se, ainda, a concepção de desenvolvimento como liberdade, que, conforme Sen (2000), inclui os processos que proporcionam a liberdade de ação e de decisão e as condições reais das pessoas. O sucesso de uma sociedade deve ser avaliado pelas liberdades concretas de que gozam os seus membros. Privar o ser humano das potencialidades elementares como educação, emprego, saneamento básico, liberdade política, entre outros, pode refletir-se em mortalidade, subnutrição, doenças crônicas, exclusão social e outras carências.

Neste sentido, ainda, para Sen (2000), desenvolvimento é definido como o processo de expansão das liberdades coletivas da humanidade, alcançado com base no emprego de mecanismos socioeconômicos e institucionais, que tem como consequência direta, a melhoria das condições de vida e a redução dos índices de miséria das comunidades. Diante disso, percebeu-se rapidamente que desenvolvimento é mais abrangente do que crescimento econômico e ou dissociação para fortalecimento interno. Assim, nos anos 1970, houve uma reconceituação do conceito de desenvolvimento, instaurando o terceiro grande paradigma dos

últimos 50 anos: desenvolvimento como equacionamento das necessidades básicas (SIEDENBERG, 2003).

Nesse período, o Banco Mundial busca uma abordagem unificada entre planejamento e desenvolvimento a fim de integrar os componentes econômicos e sociais para a formulação de programas. Chama-se a atenção para as peculiaridades e especificidades locais e nasce o conceito de desenvolvimento endógeno, contrapondo àquele característico da doutrina desenvolvimentista tradicional (BARQUERO, 2001).

Nos anos 1990, em conformidade com Fischer (2002), o termo desenvolvimento é acrescido a vários outros adjetivos. Entretanto, conforme a autora, o mais permanente deles é o termo integrado, o qual tentou incorporar as definições econômicas, as dimensões sociais e as preocupações ambientais, num recorte espacial de territórios e regiões. Portanto, percebe-se, através da trajetória e evolução desse conceito, que desenvolvimento compreende muito mais do que as diversas associações atribuídas ao seu termo, pois engloba processos compartilhados e resultados atingidos, assim como visões de futuro e utopias.

Atualmente, o conceito de desenvolvimento difundido ainda é ambíguo e não há unanimidade em torno dele, assim como não há consenso sobre as formas mais adequadas para fomentá-lo (SIEDENBERG, 2004). Torna-se importante apresentar, também, o conceito de desenvolvimento regional apresentado por Boisier (1996, p. 113), em que o autor imprime ao tema uma abordagem atualizada e contemporânea. Sobre essa nova concepção, o autor comenta que: “[...] leva a reconhecer que se trata de um processo em curso com três cenários interdependentes e de recente configuração: há um cenário contextual, um cenário estratégico e um novo cenário político”.

No entender de Fischer (2002), na atualidade, a territorialização e a setorialização do desenvolvimento concebem que cada local e região ou setores distintos tem explicações próprias e bem específicas para as diferentes dinâmicas de desenvolvimento que se verificam.

2.2.2 Desenvolvimento regional e local

Com relação ao desenvolvimento, é importante atentar que esse não se dá de forma homogênea, dependendo de fatores distintos que promovem determinada região em detrimento de outras, fruto de atributos peculiares que se traduzem em vantagens.

Observa Souza (2009, p. 118) sobre desenvolvimento regional:

Algumas regiões crescem mais do que outras por dinamismos diferentes, sejam locais ou regionais. Fatores de produção deslocam-se para as regiões de mais rápido crescimento, configurando-lhes vantagens adicionais. Segue uma tendência à concentração do crescimento no espaço, o que agrava os desequilíbrios regionais.

Diante disso o processo de desenvolvimento econômico não ocorre de maneira análoga e simultânea em toda a parte. Cada país, região ou localidade conta com processos de dinâmica econômica específicos. Dessa maneira, o desenvolvimento envolve fatores econômicos, sociais, culturais, políticos e ecológicos.

Segundo Becker e Bandeira (2000, p.14):

“[...] já não basta o pensar global e o agir local; é preciso ir além, pensar local e agir globalmente. Por isso, faz-se necessário inserir a região no contexto global para torná-la competitiva e alavancar o seu desenvolvimento, procurando alterar os conteúdos do desenvolvimento e os meios adequados para a sua concretização”.

Desta forma, a ideia de desenvolvimento regional faz-se em torno de um processo localizado de crescimento e aprimoramento econômico, e de mudança social, que tem como maior objetivo a constante e crescente melhoria da qualidade material e espiritual de vida de uma comunidade de um determinado espaço, sendo necessário, portanto, seu planejamento prévio (THEIS, 2006). Tem o objetivo de contemplar não apenas o crescimento da produção, mas, principalmente, a qualidade de vida das pessoas, concentrando-se na equidade, na democratização, na participação cidadã e na proteção ao meio-ambiente (COSTA; CUNHA, 2002). Nesse processo, o grande desafio dos gestores, é inserir as regiões no desenvolvimento global, onde a cultura e a natureza identificam e agregam uma comunidade, sem perder sua singularidade.

A ênfase contemporânea desses processos, segundo Costa e Cunha (2002, p.5), é:

Construção de um caminho peculiar de desenvolvimento regional ou local, baseado em cuidadosa análise de ameaças e oportunidades do ambiente, reconhecimento dos pontos fortes e fracos de cada formação social e calcado na elaboração de um projeto estratégico respaldado pelo apoio de toda a coletividade.

Como se percebe, o autor fornece uma visão privilegiada do tema, expondo, com simplicidade e objetividade, o atual paradigma do desenvolvimento regional, onde os temas contexto, estratégia e política, respeitando suas peculiaridades agem sinergicamente em um processo único.

Paralelamente, assiste-se “[...] ao fortalecimento das cidades e das regiões, que surgem como novos atores na competição internacional por capital, tecnologia e mercados”

(BOISIER, 1996, p.114). No cenário estratégico, inserem-se os novos cenários de desenvolvimento regional, construído a partir da interseção dentre novas modalidades de configuração territorial e novas modalidades de gestão regional. Ainda nas palavras de Boisier (1996), o desenvolvimento regional é um processo de modificação social sustentada e tem por objetivo principal o progresso permanente da região e de cada sujeito nela residente. Corroborando, Vasconcellos e Garcia (1998) afirmam que desenvolvimento regional pressupõe o esforço das sociedades locais na formulação de políticas territoriais, com vistas ao debate das questões que envolvem a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, melhorando as condições de vida e assegurando o alcance aos serviços prestacionais básicos e de qualidade, como saúde e educação.

As diferenças teórico-metodológicas e escalares entre desenvolvimento regional e local necessitam cada vez mais serem contextualizadas. Assim, o desenvolvimento regional como noção de território e variável estratégica ganha destaque nas diversas agendas dos atores, públicos e privados, que se articulam para promover a gestão do território. O que seria então desenvolvimento regional?

Boisier (2001, p. 7) define desenvolvimento regional como

[...] un proceso de cambio estructural localizado (em un ámbito territorial denominado 'región') que se asocia a un permanente proceso de progreso de la propia región, de la comunidad o sociedad que habita en ella y de cada individuo miembro de talo comunidad y habitante de tal territorio.

Nesse sentido, o desenvolvimento regional agrupa três dimensões: a espacial, a social e a individual. A primeira refere-se à transformação do território regional na expressão e resultado de como os agentes sociais se relacionam e se apropriam do espaço geográfico; a segunda deve ser entendida como o processo de fortalecimento da sociedade civil e sua percepção de pertencimento à região e a terceira diz respeito à remoção de todas as barreiras que possam impedir uma pessoa, membro da comunidade e habitante da região de alcançar sua plena realização como pessoa humana (BOISIER, 2001).

Becker (2008) analisa o desenvolvimento regional como algo contraditório em sua essência, isto é, que contém a universalidade (global) e a singularidade (local). O caráter contraditório parece ser o caminho para a elaboração de uma nova interpretação acerca da dinâmica do desenvolvimento regional. Esta é a falsa dicotomia que necessita ser superada para distanciar interpretações simplificadoras e mistificadoras do desenvolvimento.

Boisier (2001 e 2005) já expusera que, a partir da globalização e da integração dos mercados, a noção de desenvolvimento regional precisou ajustar-se às novas dinâmicas socioeconômicas.

De acordo com Boisier (2005, p. 48),

[...] el término “globalización es un descriptor de la actual fase tecnocognitiva del desarrollo del capitalismo, y como tal está incrustado en la lógica del sistema capitalista, mucho más allá de cualquier presunción simplista sobre la “maldad” o “perversidad” de personas específicas: especuladores como Soros, intelectuales como Stiglitz, technoindustriales como Gates, políticos como Bush, Blair o Chirac, o, muy modestamente, intelectuales de variado pelaje.

Portanto, tendo sempre existido o processo de globalização desde a era dos descobrimentos, é a partir da sociedade da informação e da tecnologia subjacente que ele se acelera em uma velocidade sem precedentes. As mudanças em âmbito global levam a reações em cadeia, isto é, as ações e os fatores (políticos, sociais, econômicos, demográficos, etc.) que afetam o global, acabarão por afetar o ambiente nacional, que, por sua vez, afetará o regional e o local. A inversão do pensamento, porém, não é necessariamente verdadeira (SACHS, 2008). Nessa perspectiva, a globalização influencia diretamente a forma como os países promovem o seu desenvolvimento e em que medida os agentes que utilizam o território o experimentam.

Buarque (1999, p. 12) contribui para a discussão ao enfatizar:

[...] a globalização não é apenas mais uma fase de internacionalização do capital. Pela sua natureza, representa a implantação e a difusão de um novo paradigma de desenvolvimento que altera os padrões de concorrência e competitividade e revoluciona as condições de acumulação de capital e as bases das vantagens competitivas das nações e regiões.

O novo paradigma concebe duas teorias do desenvolvimento regional, assim sistematizadas: a partir de dentro (desenvolvimento endógeno) e a partir de fora (desenvolvimento exógeno). A primeira é assim chamada porque se dá quando a esfera local se articula para promover o próprio desenvolvimento. A segunda ocorre por meio da atuação de atores externos ao território local.

Paiva (2005, p. 4) discorre sobre o tema desta forma:

[...] o caráter endógeno ou exógeno do desenvolvimento é definido pela origem interna ou externa dos recursos mobilizados para a ampliação da produção e do bem-estar. Se estes recursos são carreados à comunidade desde fora, então o desenvolvimento é exógeno e está fora de seu controle. Diferentemente, se os recursos mobilizados são de propriedade de habitante da região ou são de propriedade coletiva da comunidade regional, então o desenvolvimento é endógeno.

As variáveis logísticas, disponibilidades de recursos humanos habilitados, legislação que privilegie a atração de investimentos, entre outros, contribuem para esse tipo de desenvolvimento. Pelas considerações feitas até o presente momento, denota-se que o desenvolvimento exógeno tem como principal preocupação o aspecto econômico produtivo, ou seja, o lucro (próprio do sistema capitalista). O modelo endógeno, por sua vez, considera, além do econômico, o aspecto social e, em muitos casos, os aspectos culturais e ambientais.

Vázquez-Barquero (2001, p. 41) define desenvolvimento endógeno como:

[...] um processo de crescimento econômico e de mudança estrutural, liderado pela comunidade local ao utilizar seu potencial de desenvolvimento que leva à melhoria do nível de vida da população. Arocena (1995) acrescenta que se trata de um processo no qual o social se integra ao econômico. A distribuição de renda e riqueza e o crescimento econômico são dois processos que não ocorrem paralelamente. Na verdade, só adquirem uma dinâmica comum pelo fato de os atores públicos e privados tomarem decisões de investimento que visam a elevar a produtividade e a competitividade das empresas, solucionar os problemas locais e aumentar o bem-estar da sociedade.

Nesse conceito, há a ênfase na dimensão do local. O recorte analítico proposto pelo autor permitiu incorporar à antiga função produção (capital e trabalho) outras variáveis, tais como: capital humano, pesquisa e desenvolvimento, antes considerados exógenos.

Boisier (2001) apresenta as diferenças entre o local e o regional. Para o autor, a diferença entre ambos os conceitos reside em uma questão escalar – uma escala territorial e outra escala funcional. Diz Boisier (2001, p. 11): “*Trata-se de una escala territorial en la cual en distintos segmentos de ella se ubican tanto lo local como lo regional, aunque no hay ninguna regla matemática que marque el limite [...]*”. Na escala funcional, há uma distinção de funções: por exemplo, a promoção do emprego pode ser uma política local e a pesquisa e o desenvolvimento, com características amplas, podem ser de cunho regional. A segunda questão, a mais clara, diz respeito às relações estabelecidas, que, no âmbito local, são mais próximas, entre atores individuais, e, no âmbito regional, são mais corporativas, entre instituições.

Buarque (1999, p. 9) trata o desenvolvimento local como “[...] um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população”.

De acordo com Dorigon (2009), o grande desafio ao planejar-se o desenvolvimento local é a criação e a oferta de oportunidades de trabalho, bem como a cooperação entre os atores locais, valendo-se dos recursos disponíveis, empregando-os, recuperando-os e conservando-os. Essa função articuladora pode ser exercida não apenas por entidades representativas, mas também pelo poder público em parcerias com IES, visando o desenvolvimento regional.

É preciso, portanto, conhecer o sistema político, os valores, os padrões culturais e a organização espacial, ou seja, todos estes fatores juntos e não visualizados isoladamente irão influenciar o nível de bem-estar e de justiça social em uma sociedade (SACHS, 2002).

Arend e Orłowski (2012), neste contexto, informam que o desenvolvimento não é um processo, cujo objetivo é alcançado imediatamente, ele só será atingido com o tempo, através da economia e quando houver melhor condições de vida da população.

Por fim, o cenário político é constituído sobre a interseção de dois processos: a modernização do Estado do ponto de vista territorial e as novas funções dos governos territoriais de articulação e negociação, de sinergia e de troca de informação (BOISIER, 1996). Torna-se imprescindível, portanto, que os gestores considerem que a forma de composição do desenvolvimento varia de região ou de local para local e depende de variáveis como estruturas socioeconômicas e culturais, institucionais. Ainda, Boisier (1999) destaca a atuação de empreendedores locais que estejam dispostos a trabalhar em prol da região, beneficiando o entorno através de iniciativas alinhadas com as vocações e a identidade regional, além do empenho da classe política, uma vez que os agentes políticos estão invariavelmente envolvidos em negociações, em formulação de projetos, acessando fontes de recursos, tendo, assim, a seu alcance, várias possibilidades de contribuir na trajetória rumo ao desenvolvimento.

Diante do exposto, faz-se necessário estudar a importância da IES nesse contexto e sua ação catalisadora nesse processo.

2.2.3 Importância das IES no Desenvolvimento Regional

Neste tópico abordam-se as temáticas referentes ao objeto de estudo proposto em uma sequência que corrobora com o desenvolvimento do tema. As IES, por determinação do

Ministério da Educação e Cultura (MEC), devem inserir-se no processo de desenvolvimento local. Assim, localizam-se as empresas em suas dimensões e o papel do núcleo dessas instituições no desenvolvimento local e regional, a importância da participação e da sua contribuição na qualificação dos agentes econômicos locais e no desenvolvimento regional.

Segundo Blackwell, Cobb e Weinberg (2002), o interesse das IES na análise do impacto econômico na região aumentou, pois elas precisam não só demonstrar para as regiões em que atuam os benefícios que obtêm por acolher esse tipo de instituição, mas também ajudar essas regiões a captar recursos estatais ou privados para promover o desenvolvimento. Dessa maneira, justificam sua presença para além da formação de profissionais.

De acordo com Frantz e Silva (2002), o processo de integração da IES ao contexto regional, proporcionando o desenvolvimento da região por meio de seus atores, é sua forma mais proativa de atuação, pois vincula o ensino e a pesquisa às necessidades sociais, com a atuação de estudantes e professores junto à realidade da população; produção do conhecimento pela troca de saber acadêmico-populares; desenvolvimento mútuo IES e sociedade. Para muitas IES o envolvimento regional é uma resposta adequada às tendências gerais da educação superior que está sendo requerida pela sociedade. Responder às novas demandas requer novos tipos de recursos e novas formas de gestão que permitem às universidades, como instituições, contribuir com o processo dinâmico de desenvolvimento regional. Dentro da universidade, o desafio é ligar as funções de ensino, pesquisa e extensão com o desenvolvimento dos agentes econômicos locais. Neste contexto, muitas IES estão direcionando esforços para tentar responder às necessidades regionais (GODDARD, 1999).

Ao refletir sobre a importância das IES na qualificação dos agentes econômicos locais e sua relação com o desenvolvimento local, observa-se o quanto essas instituições podem impactar de forma positiva quando se dispõem a colaborar e contribuir no aprimoramento do sistema produtivo dos agentes econômicos. Elas podem interferir no aumento da produtividade e na qualidade dos bens e serviços que impulsionam o desenvolvimento. O papel-chave das IES na economia do conhecimento é de propulsor das outras esferas, gerando um desenvolvimento crescente que fortaleça toda a base do sistema social, e que construa habilidades e capacidades de sobreviver e prosperar na economia do conhecimento. Nesse contexto, a IES transforma-se em um elemento chave do desenvolvimento local e regional, através da pesquisa aplicada aos agentes econômicos locais; da inovação tecnológica; do desenvolvimento de capital social, incentivando o empreendedorismo que resulta na capacidade de transferência tecnológica entre as pás que redundam na criação de empresas, empregos, desenvolvimento e sustentabilidade (ETZKOWITZ, 2005).

Trata-se de buscar sempre a articulação com a sociedade, no sentido de que sua produção, o conhecimento gerado em seus domínios, seja difundido não apenas aos alunos integrados em determinados cursos, mas à comunidade em geral, de modo a proporcionar uma elevação do nível cultural em um aspecto mais abrangente (SAVIANI, 2007).

Saviani (1986) ressalta que é preciso também que as instituições acadêmicas percebam e valorizem os saberes já existentes na sociedade. Conforme o autor, esse é um ponto fundamental, uma vez que o saber é derivado da prática, é advindo das relações que os seres humanos estabelecem com seu meio e entre si.

Panizzi (2004) dá respaldo ao argumento de Saviani, salientando a questão da legitimidade da ação das universidades, a qual é manifestada, dentre outros elementos, pelo relacionamento entre meio acadêmico e sociedade. A partir disso, Panizzi (2004) propõe que as instituições de ensino superior estabeleçam reflexões sistemáticas acerca de sua contribuição à ciência e à tecnologia, e também ao desenvolvimento econômico e social.

Nas palavras de Panizzi (2004, p. 76), há a preocupação em ampliar cada vez mais as condições de acolhimento à população:

A universidade, por outro lado, como instituição que pertence à sociedade, afirma sua capacidade de representação cultural, intelectual e científica exatamente na proporção em que é capaz de refletir nossas desigualdades, nossa heterogeneidade, nossa capacidade de inovação, nossa dificuldade para avançar. Enquanto ela for capaz de revelar tudo isso, a universidade se constituirá em uma efetiva representação cultural, científica e intelectual da nacionalidade – uma instituição que tem por missão a formação de recursos humanos altamente qualificados, que deve ser competente do ponto de vista científico, do ponto de vista tecnológico, mas que deve ter também a capacidade do compromisso, do exercício da cidadania.

Eis, portanto, três das principais prerrogativas acerca do papel das universidades: formação de sujeitos, mediação global-local, e inserção na sociedade.

Destarte, na sequência serão abordadas algumas das variáveis socioeconômicas que influenciam direta ou indiretamente no desenvolvimento regional.

2.3 Variáveis Socioeconômicas do Estudo

Para melhor compreensão do estudo das variáveis socioeconômicas, dividir-se-á em categorias e subcategorias, conforme Quadro 3.

Quadro 3 - Categorias e subcategorias das variáveis socioeconômicas

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Desigualdade Social	Capacitação profissional Políticas de Inclusão
Reversão da Pobreza	Miserabilidade da Família Erradicação da Pobreza
Capital Humano	Qualificação mão de obra Atualização profissional

Fonte: Elaboração da autora (2015).

Será analisada a importância de cada uma dessas variáveis dentro do nosso objeto de estudo. Em tempos de economia globalizada, a produção da riqueza baseada anteriormente na área industrial, migra para uma economia alicerçada no conhecimento, onde os tradicionais fatores de produção, a terra, o capital e o trabalho, geradores de riqueza, são substituídos pelo conhecimento, pela inovação e pelas competências tecnológicas (AMARAL FILHO, 2001). Sendo assim, os meios de produção anteriormente representados pelas máquinas e ferramentas, dá lugar a outro tipo de capital que traduz a nova realidade, a utilização do capital humano para redução das desigualdades sociais e redução da pobreza.

2.3.1 Desigualdade Social

Este tópico discorrerá a respeito da desigualdade social, bem como de suas especificidades. Para isso, far-se-á num primeiro momento, uma pontuação acerca do assunto para, num momento posterior, desenvolver esse mesmo recorte, tendo na desigualdade educacional o principal eixo norteador, buscando avaliar que papel ela exerce na disseminação da pobreza. A estrutura conceitual de desigualdade está relacionada com a medida de dispersão em uma determinada distribuição, embora muitas análises econômicas tratem da desigualdade tomando como principal *proxy* medidas individuais de bem-estar, renda familiar e consumo per capita, (WORLD BANK, 2003).

As análises econômicas preocupam-se com a desigualdade no sentido de medida do bem-estar individual, para a qual empregam como elemento de mensuração, os indicadores de renda familiar, com base no mercado de trabalho. Diante disso a disparidade de renda tem sido o principal objeto dos estudos acerca da desigualdade social. Discutindo-a através de outros fatores que não apenas o de acumulação de capital, a renda deixa de ser o seu principal fato gerador. Com base nessa premissa, serão analisadas duas teorias.

Para a primeira teoria, a desigualdade é gerada no mercado de trabalho. Nessa perspectiva, Constanzi (2005) evidencia que os trabalhadores definem a oferta de trabalho individual quando escolhem o seu tempo de trabalho, dividindo suas preferências entre renda e lazer, de forma a maximizar a sua utilidade, com as decisões tomadas em cada período de tempo, com base nos salários de mercado, sem se preocuparem com o futuro, tendo em vista que o salário será dado para todos através do mercado de trabalho, o que torna a decisão estática. Dessa forma, como o mercado de trabalho é homogêneo, com salário único e igual para todos os trabalhadores, já que é determinado pelo equilíbrio de mercado, não haveria diferencial de salário entre os trabalhadores (CONTANZI, 2005; FERNANDES, 2002).

No entanto, essa teoria possui certa limitação, pelo fato desse modelo estar relacionado com os primórdios do capitalismo, onde havia um mercado de trabalho mais homogêneo e com uma certa dualidade entre capitalistas e operários (CONTANZI, 2005).

Assim, a renda é escolhida, muitas vezes, como a principal explicação para a desigualdade na formação do capital humano, para o exercício dos direitos de cidadania e para os demais fatores relacionados ao bem-estar social. Portanto, essa corrente de pensamento considera que as diferenças de salários e a desigualdade ocorrem pela diferença produtiva entre os trabalhadores. Essas diferenças podem ser natas ou adquiridas ao longo do tempo, através do investimento em capital humano, especialmente na educação (CONSTANZI, 2005).

De acordo com o Panorama Social (2005), há várias maneiras de se medir a desigualdade social, pelo fato de existirem diversos níveis de disparidades entre os indivíduos: em saúde, educação, demografia, zona de moradia, renda e raça.

Diante disso, percebe-se que a desigualdade social reside na falta de oportunidades. Assim, o indivíduo fica isolado pela inexistência de condições básicas de acesso à saúde, à educação, a saneamento, a alimentos, à renda, dentre outros (SEN, 2000). O desenvolvimento de um país ou região está ligado ao grau de oportunidades oferecidas para os indivíduos desenvolverem o seu potencial. Entretanto, sem que haja um aumento no nível educacional, a influência dos demais fatores sobre o desenvolvimento econômico torna-se mais precária e limitada, em virtude de a educação ser a única forma de ação que pode transformar essas oportunidades em competências para a vida (UNESCO, 2005).

Cattani (2003, p. 07) diz que as desigualdades, “a partir da Modernidade, no mundo ocidental, passaram a ser consideradas relevantes como um problema que envolve todas as dimensões da vida humana e das relações sociais”. Segundo o autor, apesar do modelo político econômico ter proporcionado um “espetacular desenvolvimento”, ainda continua uma

grande reprodução da pobreza e da desigualdade demandadas, conforme o autor, de uma dinâmica econômica que não concilia “o desenvolvimento econômico como desenvolvimento social”.

Quando tanto os direitos de cidadania quanto os direitos civis são negados, essas formas de exclusão se manifestam gerando mais desigualdade e pobreza, aumentando a incapacidade de uma vida minimamente decente (ZONINSEIN, 2004). Uma das formas de diminuição das desigualdades sociais são a capacitação profissional e o emprego. É importante ressaltar que, inegavelmente, nos últimos anos, o acesso às IES tem sido facilitado por políticas e ações como a do aumento no número de vagas, de cursos e de instituições, além de programas de incentivo ao ingresso no ensino superior. Estes fatores constituem indícios de um movimento que aponta para uma tentativa de democratização desse tipo de ensino.

Serão analisadas as possibilidades e a condução dessa forma de inclusão social através do acesso a uma IES.

2.3.1.1 Capacitação Profissional e Inclusão Social

Para melhor compreensão do tópico em estudo será tratado o conceito de inclusão social, ou seja, é o conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pela classe social, educação, idade, deficiência, sexualidade, religiosa ou preconceitos raciais.

Os processos e estratégias de desenvolvimento e inclusão social encontram-se hoje indissociáveis das dinâmicas e políticas de informação, conhecimento, aprendizado e inovação. Esse conjunto de temas tem norteado não apenas as agendas de pesquisa acadêmica, nas várias disciplinas e áreas do conhecimento, como também as agendas das políticas públicas e estratégias organizacionais, (ALBAGLI, 2006).

Tende-se hoje a considerar que a atitude inovadora e o grau de inovação explicam-se fundamentalmente pelas condições e influências sistêmicas que o entorno social exerce. A produção, a socialização e o uso de conhecimentos e informações, assim como a conversão destes em inovações constituem processos sociais cujos contornos são definidos pela história e pela cultura em cada território. Importa sobretudo compreender e conhecer “os mecanismos endógenos de criação de ‘competências’ e de transformação de conhecimentos genéricos em específicos”, residindo aí o cerne de suas possibilidades de desenvolvimento e inclusão social (YOGUEL, 1998, p.4). Uma das formas de condução no processo de inclusão social é a

capacitação profissional, que aumenta a possibilidade de emprego digno e melhor remuneração.

Para Costa (2007), o trabalho apresenta, nas diferentes culturas, significados distintos e conteúdos que variam. Entretanto, nas sociedades civilizadas, o trabalho tem em comum duas dimensões principais: o sentido de realização de uma obra e reconhecimento social e o significado de esforço, de dor, de sofrimento. Pode-se dizer, portanto, que o trabalho tem duas forças que movem o homem: a luta pela sobrevivência e a necessidade de inserção social.

O trabalho é essencial na vida das pessoas que buscam, ao mesmo tempo, utilidade para essas atividades dentro da organização e para a sociedade. Segundo Costa (2007), o trabalho apresenta-se, assim, como uma forma de identidade do ser humano. O homem sem trabalho, de alguma forma, passa a ser considerado e considerar-se à margem da vida social, estando em risco e vulnerabilidade social, segundo Costa (2007).

Segundo o próprio MEC, no Brasil (2007) os grupos sociais em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho são aqueles marcados por: baixo grau de instrução formal; insuficiente ou inadequada formação e qualificação profissional; ausência ou reduzida experiência anterior de trabalho. Neste sentido, observa-se que o desemprego, a precariedade do trabalho ou mesmo a situação de subemprego são fatores propulsores para o aumento da vulnerabilidade social do jovem na sociedade contemporânea.

Para Martins (2008, p. 21), a exclusão

[...] é um problema social porque abrange a todos: a uns porque os priva do básico para viver com dignidade, como cidadãos, a outros porque lhes impõem o terror da incerteza quanto ao próprio destino dos filhos e dos próximos. A verdadeira exclusão está na desumanização própria da sociedade contemporânea, que ou nos torna panfletários na mentalidade ou nos torna indiferentes em relação aos seus indícios visíveis no sorriso pálido dos que não têm um teto, não têm um trabalho e, sobretudo não têm esperança.

A exclusão social do jovem coloca em risco o desenvolvimento da sociedade, pois força-os a retardarem o ingresso no mercado de trabalho e amplia a dependência da família e das políticas públicas. Nesse cenário o número de trabalhadores que sobram se amplia e suas vidas tornam-se instáveis, ficando na dependência de planos emergenciais de alívio à pobreza, da filantropia e da caridade social. O mercado de trabalho é extremamente seletivo, focando no preparo profissional, conhecimento no ramo de atuação, na cultura geral e no conhecimento dos mecanismos de produção. Desta forma, o conhecimento e a educação tornam-se os pilares centrais da nova ordem mundial do trabalho.

Na visão de Schwartzman (2004), a participação no mercado de trabalho é a principal forma de inclusão das pessoas nas sociedades modernas e o ponto de partida de todas as análises sobre inclusão e exclusão social. Para a Organização Internacional do Trabalho (2003), o trabalho é fonte central da inclusão social, é o pilar norteador da busca da cidadania, sem ele, o homem enfrenta a invisibilidade humana e o paraíso da inclusão social distancia-se dia após dia e provavelmente longe de ser alcançado.

2.3.1.2 Políticas de Inclusão e Condução no Processo de Acesso e Permanência no Ensino Superior

A partir deste momento, passa-se a abordar algumas das principais políticas públicas de inclusão ao ensino superior. Parte desses programas constitui-se em recursos disponibilizados pelas IES privadas aos estudantes oriundos de classes com menor poder aquisitivo. Atualmente, as principais ações neste sentido que têm o apoio e a supervisão governamental são o Programa Universidade para Todos – PROUNI, o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior – FIES – e o Programa de Bolsa Filantropia, os quais serão detalhados no decorrer deste item. Tais iniciativas são destinadas aos indivíduos que não conseguiram ingressar em uma IES pública e que também não dispõem de recursos financeiros para arcar com os custos de uma formação em uma IES privada. Trata-se, portanto, de programas que têm como função primordial o apoio ao ingresso e a permanência de estudantes no ensino superior.

➤ **Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES**

De acordo com o portal da Caixa Econômica Federal – CEF (2015), o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES – foi criado no ano de 1999 pelo Ministério da Educação – MEC – para substituir o Programa de Crédito Educativo PCE/CREDUC. Sua função é possibilitar o financiamento de cursos de graduação a estudantes matriculados em instituições privadas que não têm condições de assumir o pagamento da mensalidade do curso.

Para participar do programa, o estudante precisa estar regularmente matriculado, não ter sido previamente beneficiado pelo extinto Crédito Educativo –PCE/CREDUC – e passar por um processo de seleção. O FIES é vinculado às IES privadas e, para tanto, essas devem estar cadastradas no referido programa e funcionar de acordo com as regulamentações do MEC.

Às instituições participantes, é exigida a constituição de uma Comissão Permanente de Seleção e Acompanhamento do FIES, encarregada do atendimento aos estudantes beneficiados pelo programa. Os critérios de seleção são definidos pelo MEC a cada processo seletivo e levam em consideração o perfil socioeconômico dos candidatos. Segundo a própria Caixa Econômica Federal, os critérios de seleção utilizados no processo são “impessoais e objetivos”, o que auxilia na concessão dos recursos aos estudantes em situação econômica menos privilegiada. No entanto, para Carvalho (2006), esse programa traz como características algumas regras que dificultam sua contratação por parte de muitos estudantes.

De acordo com as novas regras, só poderão participar do processo estudantes que ainda não tenham diploma do ensino superior, que tenham feito o Enem a partir de 2010, com nota final de pelo menos 450 pontos, e que tenham renda familiar mensal bruta per capita de até 2,5 salários mínimos. Professores da rede estadual estão isentos de cumprir os três requisitos, e pessoas que tenham concluído o ensino médio antes de 2010 não precisam cumprir a exigência de ter realizado o Enem, mas devem se encaixar nos outros dois requisitos. Esses fatores são, para muitos estudantes, obstáculos intransponíveis; se for considerado que o público-alvo do FIES é o estudante que tem dificuldade para custear a mensalidade e que este indivíduo está inserido nas camadas de baixa renda da população, provavelmente ele terá dificuldades em dispor de um fiador em seu círculo de relações sociais.

➤ Programa de Bolsa Filantropia

O Programa de Bolsa Filantropia consiste na concessão de bolsas de estudo pelas próprias IES privadas que possuem o Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos a estudantes comprovadamente carentes que estejam regularmente matriculados. Em contrapartida, tais instituições de ensino recebem do Governo isenção de tributos. Esse benefício, em forma de bolsa de estudos, é oferecido aos alunos que buscam de maneira espontânea algum tipo de auxílio para sustentar o pagamento de suas mensalidades. A aplicação do programa segue a regulamentação própria de cada IES, cabendo a essas a organização de um processo de seleção que, além de privilegiar os alunos com menor poder aquisitivo, deve ser pautado por métodos justos e transparentes. Geralmente, a seleção de cada bolsista envolve um processo composto por assistentes sociais, entrevistas e visitas domiciliares que visam à elaboração de pareceres técnicos que subsidiam as decisões da comissão interna de bolsas filantropia de cada IES (ROCHA, 2008).

Mesmo contando com as bolsas de estudo filantropia, sabe-se que em muitos casos os estudantes têm dificuldades para concluir o curso superior. Muitas vezes o estudante não consegue finalizar o curso no prazo certo por matricular-se em um número menor de disciplinas. Os obstáculos vão, desde a falta de dinheiro para o deslocamento a IES até a impossibilidade de custear as cópias do material bibliográfico em função da insuficiência de renda familiar e pessoal. Situações como essas demonstram que, para estudantes provenientes de classes de baixa renda, por vezes, a bolsa de estudos não garante sua permanência na universidade, dada a condição de vulnerabilidade social a que estão submetidos.

➤ **Programa Universidade para Todos – PROUNI**

Criado no ano de 2004 e institucionalizado pela lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, pelo Governo Federal, o Programa Universidade para Todos – PROUNI –objetiva a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e sequenciais, de formação específica, em IES particulares.

Segundo definição do próprio Ministério da Educação, tal programa tem como prática oferecer isenção de alguns tributos àquelas IES que aderirem a ele. Atualmente, ocupa posição de destaque nas políticas de acesso à educação superior por contemplar um número cada vez maior de estudantes a cada semestre e constituir-se em um auxílio que não exige ressarcimento ao Governo por parte dos estudantes.

Como requisito básico para participação, o programa exige que o estudante tenha cursado o ensino médio na rede pública ou, se na rede privada, na condição de bolsista, e que tenha renda per capita familiar máxima de três salários mínimos. Para participar do processo, os candidatos são selecionados a partir das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, o que confere um caráter meritocrático ao programa. Os estudantes provenientes do ensino médio ou mesmo da graduação que realizaram o ENEM e obtiveram o grau final mínimo de 4,5 para aprovação estão aptos a inscreverem-se no portal do Ministério da Educação, para concorrer a uma vaga através do programa nas IES que escolherem.

Após a classificação, os estudantes com as melhores notas são direcionados para as IES correspondentes, a fim de providenciarem a devida comprovação de sua situação socioeconômica. Segundo o Manual de Orientação ao Bolsista (2008), a bolsa de estudos do PROUNI é um benefício concedido na forma de desconto parcial ou integral sobre o valor cobrado pela mensalidade do curso. Através do PROUNI, o estudante com bolsa parcial também pode financiar, via FIES, até 100% da mensalidade não coberta pela bolsa do

programa. Essa iniciativa, criada em 2005, foi de extrema importância para muitos bolsistas, visto que grande parte dos contemplados com o programa por vezes abandonava os estudos por não ter condição financeira de manter o pagamento da bolsa parcial.

Mesmo abrangendo todas as regiões do País com significativos números de bolsistas e tendo conseguido contemplar um número cada vez maior de alunos, o programa governamental vem sofrendo críticas que são direcionadas principalmente ao cumprimento de seu objetivo, como parte integrante de um projeto de massificação da educação superior. Questiona-se, por exemplo, se o PROUNI tem cumprido o papel de democratizar o acesso à universidade ou se, de fato, estaria apenas atendendo aos interesses das IES privadas, sobretudo no auxílio ao preenchimento de suas vagas ociosas.

Catani (2006) afirma que a proposta do programa reproduz a tradição do Governo em tentar resolver a demanda de acesso à educação superior através de mecanismos que giram em torno da renúncia fiscal, privilegiando a iniciativa privada. Para esse autor, em virtude da pressão exercida pelas entidades representativas das IES privadas, o programa passou por uma desconfiguração que beneficiou, em muito, as necessidades dessas instituições, em detrimento do caráter democratizante de sua versão original.

Dentro da mesma linha de pensamento de Catani (2006), Carvalho (2006) salienta que essas políticas vêm sendo fundamentais para a prosperidade econômica e expansão das IES privadas ao longo das últimas décadas. A liberação do recolhimento de impostos como ISSQN (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade), IPTU (Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana) e CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido), além de colaborar para o aumento do patrimônio das IES privadas, contribui indiretamente para o crescimento das matrículas e viabiliza a obtenção de recursos financeiros pelas mesmas. Ainda no que tange ao aproveitamento das matrículas, se considerado o histórico de alto percentual de vagas ociosas observado na oferta das IES privadas, o “PROUNI surge como excelente oportunidade de fuga para frente às instituições ameaçadas pelo peso das vagas excessivas” (CARVALHO, 2006 p. 986).

Pode-se perceber nos três programas do atual Governo (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, o Programa de Bolsa Filantropia e o Programa Universidade para Todos – PROUNI) algumas dificuldades no que diz respeito à sua aplicabilidade. Dentre elas, talvez a mais importante seja a precariedade com que tratam a questão da permanência do estudante na universidade.

O auxílio financeiro, através de uma Bolsa Permanência com o valor de R\$ 300,00 concedido ao bolsista parcial, ou a possibilidade de financiar, via FIES, até 100% da

mensalidade (ambas as iniciativas pertencentes ao PROUNI) seguramente ainda estão aquém de suprir as reais necessidades dos estudantes carentes. Como já citado, o aluno bolsista normalmente encontra-se em situação de vulnerabilidade financeira. Nessa condição, a continuidade na universidade torna-se ameaçada pela impossibilidade de custear as despesas atreladas à realização do curso como alimentação, transporte, livros, cópias, etc.

Entre os anos de 2004 e 2006, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – registrou um aumento de 49% de estudantes de baixa renda matriculados nas universidades. Outro fato relevante é que aproximadamente 40% dos beneficiados do PROUNI são estudantes que já concluíram o ensino médio há bastante tempo e que ainda não haviam conseguido entrar na faculdade (PINHO, 2008).

O que se observa, portanto, é um expressivo aumento do número de estudantes pobres ingressando no ensino superior. Esse movimento tem sido responsável por mudanças no perfil dos estudantes de muitas IES privadas. E essas, por sua vez, têm experimentado uma nova realidade, agora prestando serviço educacional para outro público, talvez com outros objetivos e outras expectativas.

Diferentemente de décadas passadas, quando a expansão do ensino superior não era acompanhada por qualquer política afirmativa, o que implicava em dificuldades quase intransponíveis para o ingresso dos estudantes de baixa renda, o que se tem visto no governo atual é uma preocupação no sentido de operacionalizar ações uniformes que englobem não apenas o aumento no número de vagas nas universidades públicas, mas também a adoção dessas políticas voltadas aos estudantes das camadas empobrecidas que ingressam em IES privadas.

2.3.2. Reversão da Pobreza

O objetivo deste item é analisar a pobreza sob a óptica da renda e das privações das capacidades básicas, evidenciando como ambas contribuem para o avanço da desigualdade social. De forma geral, quando se fala em desigualdade social pela perspectiva da renda, a primeira categoria a ser destaque é a pobreza. A pobreza está articulada à própria história da humanidade, sendo um fruto secular das sociedades divididas em classes, desde as sociedades escravistas, passando pelas feudais, até as sociedades capitalistas globalizadas (OLIVEIRA, 2005).

A pobreza tem como definição clássica, a falta de acesso aos requisitos básicos para manter um nível de vida aceitável. Isso significa que uma pessoa é considerada pobre quando

carece de acesso a uma combinação de serviços básicos, como educação, saúde, água potável, sistemas de saneamento adequado e um lugar seguro para moradia (PARADA, 2001).

Parada (2001) refere que, de uma forma geral, os economistas utilizam a renda como a principal medida representativa da pobreza, porque nela estão concentrados os meios de assegurar as demais necessidades básicas, o que, de fato, faz com que se tenha como ideia política para combater a pobreza, o aumento da geração de renda.

No entanto, não existe uma metodologia universal para a mensuração da pobreza, sendo possível deparar-se com a diversidade metodológica de uma definição, sendo esse conceito um instrumento para quantificar o tamanho das necessidades de uma determinada população, sempre baseado em renda disponível ou em valor em unidades monetárias que um indivíduo ou família recebem em um determinado período (SOARES, 2003; OLIVEIRA, 2005). Alguns recortes metodológicos mais usados para a mensuração da pobreza são os utilizados pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), pelo Banco Mundial e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), bem como a Teoria das Necessidades Básicas (TNB). O método utilizado pela CEPAL para mensuração da pobreza consiste em determinar uma pessoa pobre:

[...] cuando el ingreso por habitante de su hogar es inferior al valor de La “línea de pobreza” o monto mínimo necesario que le permitiría satisfacer sus necesidades esenciales. Las líneas de pobreza, expresadas en La moneda de cada país, se determinan a partir del costo de una canasta de bienes y servicios, empleando el método del costo de las necesidades básicas. (PANORAMA SOCIAL, 2004, p. 57).

Essa metodologia utilizada pela CEPAL permite traçar uma linha de pobreza, tendo em vista que reúne um conjunto de elementos básicos, que satisfazem as necessidades da população.

Para o Banco Mundial, pobreza é a falta de renda, adotando como seu limite da pobreza U\$ 2,00 por dia e U\$ 1,00 por dia para situação de extrema pobreza (POCHAMNN, 2004). Com essa perspectiva através do rendimento, o Banco Mundial considera um indivíduo pobre quando os seus rendimentos se situam abaixo da linha de pobreza, que é definida em termos de posse de rendimento suficiente para uma quantidade determinada de alimentos (ESSENSORO, 2003).

O IPEA utiliza como metodologia para a mensuração da pobreza a série de dados da Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia, e Estatística (IBGE), definindo a linha de pobreza e indigência como:

[...] Número de domicílios familiares cuja renda per capita (incluindo rendimentos em espécie, mas sem imputação do valor do aluguel) é insuficiente para adquirir cesta de produtos alimentares para suprir o mínimo per capita de calorias diárias recomendadas pela Food and Agriculture Organization of the United States (FAO) – 2.100 calorias – sem considerar idade, sexo, ou qualquer outro atributo dos residentes do domicílio (IPEA, 2002, p. 11).

Além das metodologias da CEPAL e do Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apresenta um conjunto de informações acerca do desenvolvimento humano. Essas informações são divulgadas através do Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH), onde se apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Pobreza Humana (OLIVEIRA, 2005).

O IDH é um índice mensurado através das médias aritméticas de um país que:

[...] mede as realizações médias de um país em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida à nascença; conhecimento, medido pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior; e um padrão de vida digno, medido pelo PIB per capita em dólares PPC (paridade do poder de compra). O índice é construído utilizando indicadores que estão correntemente disponíveis a nível mundial e uma metodologia simples e transparente. (PNUD, 2004, p. 137).

Já o Índice de Pobreza Humana, que representa a negação das escolhas e oportunidades básicas para o desenvolvimento humano, é mensurado nas mesmas dimensões do IDH (OLIVEIRA, 2005):

[...] O índice de pobreza humana mede as carências no desenvolvimento humano básico em termos do percentual de pessoas cuja expectativa de vida não atinge os 40 anos, o percentual de adultos analfabetos e o estabelecimento de condições econômicas para um padrão de vida aceitável em termos do percentual de pessoas sem acesso a serviços de saúde e água potável e do percentual de crianças menores de cinco anos com peso insuficiente [...] (PNUD, 1997).

Outra metodologia utilizada é a da Teoria das Necessidades Básicas (TNB), na qual o indivíduo é considerado pobre quando possui um conjunto de necessidades básicas insatisfeitas (NBI). A não satisfação é indicada por variáveis, bastando que apenas uma delas indique má situação domiciliar para se obter a classificação de NBI (SOARES, 2003).

Por essa metodologia, as variáveis a serem mensuradas para verificar a existência de NBI em um domicílio, segundo Soares (2003), são:

- I. Densidade de pessoas por dormitório acima de 3,5;
- II. Domicílio ser de estilo rústico (sem ser de alvenaria);

- III. Ter abastecimento de água de outras fontes (não ser de rede geral, poço ou de nascente) e não ter canalização interna;
- IV. Não ter esgoto sanitário;
- V. Não ter vaso sanitário;
- VI. E possuir crianças entre sete e 11 anos sem frequentarem a escola.

A TNB tem como princípio para a interpretação da pobreza que as necessidades humanas são comuns a todos de maneira universal, ou seja, as necessidades são essenciais para qualquer indivíduo (OLIVEIRA, 2005). A distinção das metodologias para a mensuração da pobreza e a não existência de um critério universal para tal causam dificuldade para uma comparação entre os resultados, tendo em vista que cada metodologia utilizada apresenta resultados que são considerados relevantes em alguns países e em outros não, deixando de mensurar, muitas vezes, questões importantes.

Na maioria das metodologias aplicadas para mensuração da pobreza, a preocupação com a educação está presente, sendo relevante que haja uma igualdade educacional para que ocorra melhoria nas condições de vida dos indivíduos, restringindo a pobreza e consequentemente as desigualdades. Em contrapartida, a desigualdade educacional existente não permite que essas necessidades sejam satisfeitas. Nas sociedades industriais modernas, a educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento econômico, afetando as estruturas econômicas e sociais, ou seja, a educação e a produção de conhecimento são os principais mecanismos de transformação social, tendo resultados no desenvolvimento econômico (ECHEVERRÍA, 1967; CEPAL/UNESCO, 2000).

Assim, a educação é considerada o principal mecanismo de redução das desigualdades e de superação da pobreza, levando o aumento acelerado da escolaridade ao crescimento econômico com menor desigualdade, dado que existe um círculo virtuoso entre maior educação, redução das privações e melhores níveis de renda (HOFMANN, 2001). Desse modo, percebe-se que o acesso a uma educação de qualidade estão relacionados às condições socioeconômicas, ou seja, um indivíduo pobre tem possibilidade de acesso à educação, mas suas condições socioeconômicas restringem sua probabilidade de completá-la.

A evolução recente do mercado de trabalho demonstra que essa competitividade vem aumentando através da especialização da mão de obra, pois a demanda por trabalhadores mais qualificados vem aumentando, retirando do mercado de trabalho a mão de obra menos qualificada, causando um impacto desfavorável para o mais pobres na forma de perda de postos de trabalho e de menores rendimentos médios (ROCHA, 2000).

A seguir, abordar-se-á de que forma a educação contribui para a diminuição da miserabilidade das famílias e a erradicação da pobreza .

2.3.2.1 Miserabilidade das Famílias

A visualização da pobreza como conceito relativo é uma abordagem de formato macroeconômico, assim como o conceito de pobreza absoluta. Conforme Rocha (2008, p. 10), “O conceito de pobreza relativa é exposto como aquela circunstância em que o sujeito, quando comparado a outros, tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder”.

Assim sendo, um limite de pobreza relativa pode ser exemplificado, calculando-se a renda *per capita* de parte da população. O aspecto absoluto na conceituação da pobreza se observa quando da fixação de modelos para o nível mínimo ou satisfatório de necessidades, conhecido como linha ou limite da pobreza, determinando a percentagem da população que se encontra abaixo desse nível. (BARROS, MENDONÇA, 2001)

Sen (2011) menciona que sob o ponto de vista da privação relativa, insere variáveis mais amplas, priorizando o fato de que os indivíduos podem passar por privações em diversas esferas da vida. Ser pobre não provoca somente privação material. As privações sofridas produzirão o posicionamento dos indivíduos nas outras esferas.

Esse ponto de vista, apesar de ser mais sofisticado e abrangente, apresenta maiores dificuldades em sua utilização em virtude da necessidade de se determinar a extensão e a severidade da não participação dos indivíduos que sofrem privação de recursos. Para Sen (2011), a pobreza pode ser determinada como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar preestabelecido,

Sen (2011), ao avaliar a pobreza sob o ponto de vista da privação de capacidades, concentra-se em privações que são intrinsecamente consideráveis, em contraponto com a renda, sendo essa última meramente instrumental. Avaliar a relação instrumental entre a baixa renda e a baixa capacidade se faz de suma importância, em especial na análise, na elaboração e na implementação das Políticas Públicas, pois esta relação entre renda e capacidade, de certa forma é comprometida quando avaliada a idade do indivíduo, seus papéis sociais, sua localização e suas condições de saúde.

Cita Sen (2011, p. 113) que “[...] quanto maior for o acesso do indivíduo à educação básica e aos serviços de saúde, maior será a possibilidade de que mesmo os indivíduos preponderantemente pobres tenham uma oportunidade de suplantar as privações”.

Como forma de abordar outros pontos de vista sobre a pobreza real, que não a renda, Sen (2011) expõe que o tratamento da desigualdade quando da análise econômica e social encerra diversas discussões, uma vez que a falta de justiça social incide sobre a pobreza.

Importante observar que contrabalançar a desigualdade de renda tem enorme importância para se minimizar a pobreza e posteriormente gerar desenvolvimento econômico, mas há de se avaliar as privações relacionadas com outras variáveis como: exclusão social, desemprego, doenças, baixo nível de instrução, como um dos pilares da pobreza na busca pelo desenvolvimento.

2.3.2.2 Erradicação da Pobreza

O Brasil se constitui em um país de elevada desigualdade de renda e pobreza e apesar de recentemente, segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA (2014) haver queda nesses indicadores, eles ainda permanecem elevados, conforme Figura 2.

Figura 2 - Queda de indicadores desigualdade/renda/pobreza.



Fonte: IPEA (2014).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2014), e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a pobreza no Brasil reduziu-se em 8% no período de 2001 a 2005, contribuindo, para isso, as políticas públicas de transferência de renda, sobretudo o programa Bolsa Família. Essa alta concentração de pobreza e centralização de renda promove inúmeros problemas, como exclusão social, exploração de mão de obra, analfabetismo, mortalidade infantil, falta de saneamento básico, entre outros.

Alvarez (1996) esclarece que há interdependência entre essas esferas (desigualdades e crescimento econômico), levando-se em consideração que uma renda extremamente centralizada aumenta a insatisfação social; essa por sua vez, aumenta a instabilidade na política, gerando incertezas e como consequência disto, observa-se uma redução do nível de investimento e desenvolvimento da economia.

Portanto, para o enfrentamento da pobreza brasileira é primordial que os programas venham acompanhados de uma ativa e permanente política de geração de emprego e renda e de um ambiente macroeconômico favorável às políticas sociais, o que requer que se faça um mínimo de incursão sobre o comportamento recente e as perspectivas que se abrem para a economia brasileira e para as políticas sociais (CARDOSO JUNIOR; JACCOUD, 2005).

A partir das teorias que ampliam uma relação entre educação e igualdade, segundo as quais um maior nível educacional reduz as desigualdades sociais, deriva-se a teoria do capital humano.

2.3.3 Capital Humano

Esta nova economia tem se alicerçado em um conceito avesso da economia tradicional, visto que o conhecimento é um recurso que aumenta na proporção de sua utilização. Diante disso, o capital humano se constitui na variável econômica chave e o uso desse potencial humano passou a ser também objeto de estudo no atual contexto do desenvolvimento de uma região.

Definir o capital humano tem sido alvo de vários pesquisadores, como Sandroni (1994), Siedenberg (2004), Zabet e Silva (2002), entre outros. O termo capital humano vem sendo empregado constantemente em diferentes áreas do conhecimento científico e no dia a dia dos indivíduos dos diversos segmentos da sociedade. Utilizando uma definição literal, pode-se dizer que:

Capital humano é o conjunto de investimentos destinados à formação educacional e profissional de determinada população. (...) O termo é utilizado também para designar as aptidões e habilidades pessoais que permitem ao indivíduo auferir uma renda. Esse capital deriva de aptidões naturais ou adquiridas no processo de aprendizagem. Nesse sentido, o conceito de capital humano corresponde ao de capacidade de trabalho (SANDRONI, 1994, p.41).

Observa-se que o mercado de trabalho vem sofrendo importantes mudanças, estabelecendo um aumento significativo dos níveis de qualificação dos profissionais. As

empresas estão cada vez mais optando por empregar profissionais com escolaridade maior e isso conseqüentemente tem forçado as pessoas na busca de melhor qualificação através do ensino superior. Assim, a nova sociedade deixa de ser a sociedade da máquina e passa a ser a sociedade da informação, onde as pessoas e os lucros encontram-se ligados (ALBUQUERQUE, 1987).

“A escolaridade desenvolve competências úteis para todo tipo de trabalho, isso porque indivíduos mais educados têm o raciocínio e a compreensão ampliados, o que os torna mais aptos a aprender novas habilidades” (TAVARES, 2007, p.8).

Na conjuntura do novo paradigma da gestão do conhecimento, o capital humano parece assumir, de forma crescente, a função de principal ativo de uma organização. Isto remete a Zabet e Silva (2002, p. 91), que afirmam:

O que decide uma contratação não é tanto o conhecimento técnico do trabalhador, pois esse conhecimento está constantemente mudando e pode ser adquirido a qualquer tempo e com certa facilidade. Vale mais hoje a conjugação de sólidas competências pessoais, que são as que demandam todo um processo formativo e permitem ao trabalhador flexibilidade diante do permanente desafio das constantes mudanças tecnológicas e organizacionais.

Desse modo, o capital humano passa a constituir um dos principais ativos no que tange ao desenvolvimento regional, trazendo consigo uma valiosa vantagem competitiva. Para Siedenberg (2004), o desenvolvimento individual significa o aprimoramento de habilidades já existentes no indivíduo que o capacitam para atuar com uma variedade de requisitos de forma sustentável num contexto turbulento e volátil.

Conforme o Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD (2004), o desenvolvimento humano exige mais do que saúde, educação, um padrão de vida digno e liberdade política. Nas últimas décadas, o desenvolvimento humano passou a ser monitorado e medido através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é uma medida comparativa de pobreza, de alfabetização, de educação, de esperança de vida e de natalidade para os diversos países do mundo. Portanto, é possível ter uma visão mais ampla do desenvolvimento de uma determinada região, devido ao IDH ter a preocupação de, além de analisar o rendimento de uma região, considerar também a escolaridade.

O IDH-M é um ajuste metodológico ao IDH Global, e foi publicado em 1998 (a partir dos dados do Censo de 1970, 1980, 1991) e em 2003 (a partir dos dados do Censo de 2000). O indicador pode ser consultado nas respectivas edições do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, que compreende um banco de dados eletrônico com informações

socioeconômicas sobre todos os municípios e estados do país e Distrito Federal. Uma nova versão do Atlas, com dados do Censo 2010, está sendo produzida pelo PNUD.

Segundo dados do PNUD (2013), o Rio Grande do Sul é o 6º colocado no ranking de IDHM, atrás apenas do Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná, conforme Quadro 4.

Quadro 4 - Ranking de IDHM

Posição	Estado	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educ
1º	Distrito Federal	0.824	0.863	0.873	0.742
2º	São Paulo	0.783	0.789	0.845	0.719
3º	Santa Catarina	0.774	0.773	0.860	0.697
4º	Rio de Janeiro	0.761	0.782	0.835	0.675
5º	Paraná	0.749	0.757	0.830	0.668
6º	Rio Grande do Sul	0.746	0.769	0.840	0.642

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do PNUD (2013).

Segundo dados do PNUD (2013), a Região do Vale do Paranhana apresentou um significativo crescimento no IDHM no período de 2000 a 2010. O índice que apresentou maior crescimento foi a Educação, quando comparadas a renda e a longevidade, como mostra o Quadro 5.

Quadro 5 - Comparativo do crescimento do IDHM em Educação no período de 2000 a 2010 no Vale do Paranhana/RS

MUNICÍPIO	IDHM	Crescimento Variação Educação	Faixa do IDHM
Igrejinha	0,721	0,168	Alto
Três Coroas	0,710	0,149	Alto
Taquara	0,727	0,116	Alto
Parobé	0,704	0,162	Alto
Rolante	0,688	0,135	Médio
Riozinho	0,661	0,131	Médio

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do PNUD (2013).

Percebe-se, a partir da análise do quadro acima, que os municípios estão situados na faixa de Desenvolvimento Humano Alto e Médio com taxas de crescimentos significativas. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Índice de Desenvolvimento Humano é um indicador que busca captar e sintetizar as diversas e complexas dimensões do processo de desenvolvimento humano. Para isso, em sua metodologia, reconhece que três condições essenciais estão presentes em todos os níveis de desenvolvimento, sem as quais oportunidades e alternativas do ser humano não são

acessíveis: desfrutar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento e ter acesso aos recursos necessários para um padrão de vida decente (IPEA/PNUD, 1996). Desta forma é possível ter uma visão mais ampla do desenvolvimento de um determinado país ou região, devido ao IDH ter a preocupação de, além de analisar o rendimento de uma região, focar também a esperança de vida, a escolarização e a alfabetização.

Para melhor compreensão e confiabilidade nas informações, deve-se considerar o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM).

O IDH 2010 introduziu o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), que identifica privações múltiplas em educação, saúde e padrão de vida nos mesmos domicílios. As dimensões de educação e saúde baseiam-se em dois indicadores cada, enquanto a dimensão do padrão de vida baseia-se em seis indicadores. Todos os indicadores necessários para elaborar o IPM para um domicílio são obtidos pela mesma pesquisa domiciliar. Os indicadores são ponderados e os níveis de privação são computados para cada domicílio na pesquisa. Um corte de 33,3%, que equivale a um terço dos indicadores ponderados, é usado para distinguir entre os pobres, e os não pobres. Se o nível de privação domiciliar for 33,3% ou maior, esse domicílio (e todos nele) é multidimensionalmente pobre. Os domicílios com um nível de privação maior que ou igual a 20%, mas menor que 33,3%, são vulneráveis ou estão em risco de se tornarem multidimensionalmente pobres. O IPM é um indicador complementar de acompanhamento do desenvolvimento humano e tem como objetivo acompanhar a pobreza que vai além da pobreza de renda, medida pelo percentual da população que vive abaixo de PPP US\$1,25 por dia. Ela mostra que a pobreza de renda relata apenas uma parte da história. (PNUD, 2013).

2.3.3 1 Qualificação da mão de obra

A história da formação profissional no Brasil se enquadra dentro de uma lógica de qualificação, entendida como preparação de mão de obra especializada.

Alguns estudos importantes que, de uma maneira geral, confirmam que o aumento geral da qualificação de mão de obra, expresso pelo aumento da escolaridade da população ao longo dos anos, tem sido absorvido, pelo menos em parte, pela economia, que não só emprega cada vez mais pessoas qualificadas, como também aumenta proporcionalmente seus salários (MENEZES FILHO, 2006; MENEZES-FILHO, 2012).

Leite (1998) alerta que o conceito de competência usado de forma generalizado é empregado, indistintamente, nos campos educacionais e do trabalho como se fosse portador

de uma conotação universal. No discurso dos empresários há uma tendência a defini-la como capacidade de agir, intervir, decidir em situações nem sempre prevista. O desempenho e a própria produtividade global passam a depender em muito dessa capacidade e agilidade de julgamento e de resolução de problemas. Para a autora, há um consenso quanto à seguinte noção de qualificação:

A capacidade de mobilizar saberes para dominar situações concretas de trabalho e transpor experiências adquiridas de uma situação concreta a outra. A qualificação de um indivíduo é sua capacidade de resolver rápido e bem os problemas concretos mais ou menos complexos que surgem no exercício de sua atividade profissional. O exercício dessa capacidade implicaria a mobilização de competências adquiridas ou construídas mediante aprendizagem, no decurso de sua vida ativa, tanto em situações de trabalho como fora deste, reunindo: o saber-fazer, o saber-ser e o saber-agir. Pode-se considerar que esta a visão que permeia o desenho do perfil ideal de qualificação nas empresas inovadoras. (LEITE,1998 p.164-165).

Segundo Wayne (2010), empresas de todo o mundo gastam bilhões de dólares por ano com o treinamento de seus funcionários. Esses números refletem os custos agregados de acompanhar as mudanças tecnológicas e sociais, os esforços e compromisso da gestão para conseguir uma força de trabalho produtiva e a ampla gama de oportunidades a serem oferecidas aos indivíduos e equipes para desenvolverem suas habilidades técnicas e sociais.

2.3.3.2 Capacitação Humana e Atualização Profissional

É nesta visão que se busca defender que o capital humano atual precisa estar constantemente buscando formas de atualização profissional e a educação formal tem agido como protagonista neste sentido. Cada vez mais se verifica que indivíduos melhor qualificados estão adentrando com maior facilidade no mercado de trabalho e consequentemente alcançando remunerações maiores. De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS 2008, o salário médio do trabalhador brasileiro com Ensino Superior mais que triplicou em relação ao salário do indivíduo com escolaridade Ensino Médio completo, conforme Quadro 6:

Quadro 6 - Remuneração média em reais, em valores de dezembro/2014 – Brasil

Grau de instrução	Valores
Analfabeto	1.189,77
Ensino Médio Completo	1.833,06
Ensino Superior	5.202,76
Mestrado	6.743,95
Doutorado	9.880,71

Fonte: RAIS (2014).

Percebe-se pelo quadro anterior que a qualificação e o grau de escolaridade contribuem para uma melhor remuneração.

Isto nos remete a Melo e Hansen (2007, p.374) que afirmam:

Trabalhadores mais qualificados (em termos educacionais) aprendem tarefas mais rapidamente e as realizam com maior proficiência; trabalham com mais precisão e concluem suas tarefas em tempos inferiores aos de trabalhadores menos qualificados. Além disso, sua formação os qualifica para o treinamento em atividades/empregos mais complexos e exigentes, tornando-os trabalhadores com maiores possibilidades de flexibilidade.

Na visão desses autores, maiores graus de educação dotam os trabalhadores de uma maior capacidade para dominar e entender seu papel no processo produtivo, fazerem ajustes tácitos e tomarem decisões para mudanças imprevistas. Dessa forma, o nível educacional atua sobre suas capacidades para processar informação, localizar fatos relevantes, adquirir informações necessárias, determinar critérios para a tomada de decisões e fazer seleções ou escolhas.

Assim, os investimentos na formação de capital devem ser entendidos como o emprego de recursos para aumentar os estoques de capital, não só físico, mas também humano. É preciso reconhecer que de nada adianta uma sociedade dotada de grande capital físico se o capital humano à sua disposição não for capaz de transformar esses recursos físicos na promoção de melhorias nos níveis socioeconômicos da região, proporcionando um retorno em termos de qualidade de vida da população.

Destarte, pode-se inferir que investimento em capital humano pode representar uma poderosa ferramenta para melhoria da distribuição de renda entre os indivíduos.

Schultz (1973, p.79) aborda esse assunto afirmando que:

Embora a educação seja, em certa medida, uma atividade de consumo que oferece satisfações às pessoas no momento em que obtêm um tipo de educação, é predominantemente uma atividade de investimento realizada para o fim de aquisição de capacitações que oferece satisfações futuras ou que incrementa rendimentos futuros da pessoa como um agente produtivo.

No Brasil, França (2005), tomando como base a década de 1990 e levando em consideração que, ao final daquela década, não se verificaram melhorias na renda dos salários, apesar da evolução de alguns dos indicadores como educação, esperança de vida, acesso a infraestrutura básica, dentre outros, fez uma pesquisa para ver se estariam então presentes fatores de outra natureza impedindo a comprovação da teoria do capital humano, que associa renda salarial e nível educacional como, por exemplo, a questão da qualidade do ensino no

Brasil. Constatou que a qualidade da escolaridade deve ser buscada com pelo menos dois objetivos: primeiro, o de que ela é importante por si só, portanto um fim em si mesmo; e segundo, o de que a qualidade da educação tem fundamental importância no sentido de prover o indivíduo de condições para assegurar-lhe renda, o que é, afinal, seu objetivo, conforme a teoria do capital humano.

França (2005) alerta ainda que sem a preocupação com a qualidade da educação e com o objetivo de somente aumentar as estatísticas da escolaridade, todo o esforço empreendido para alcançar e aumentar o capital humano e, através dele, o crescimento econômico do país pode ser perdido. Conclui afirmando que a escolaridade é necessária para o desenvolvimento de uma nação e que essa nação precisa antes prover meios para a educação de sua população, expandindo-se a fim de mais tarde lhe trazer o retorno por meio do desenvolvimento do seu capital humano.

3 CARACTERÍSTICAS DA FACCAT E SUAS AÇÕES

3.1 Perfil Institucional das Faculdades Integradas de Taquara

A Faccat tem em sua missão o compromisso com a promoção da excelência no ensino, na extensão e na pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento de seres humanos cidadãos e conscientes de sua inserção e responsabilidade social.

É uma Instituição de Ensino Superior de referência, com foco na qualidade e na excelência do ensino, da extensão e da pesquisa proporcionando o desenvolvimento social para a comunidade em que está inserida. Tem como princípios a qualidade na preparação de profissionais competentes e atualizados para o mundo do trabalho e para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, transparência nas relações institucionais com todos os públicos, expansão do acesso ao ensino superior e compromisso com a formação integral.

A Fundação Educacional Encosta Inferior do Nordeste foi criada em 31 de dezembro de 1969, pelos prefeitos de Taquara, Rolante, Igrejinha, Três Coroas e São Francisco de Paula com o objetivo de propiciar educação superior à população desses municípios. Assim, em 1970, foi viabilizada, através de convênio, a extensão do Curso de Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, que, em 1977, tornou-se autônoma mediante a aprovação pelo Conselho Federal de Educação da mudança do antigo nome de Escola de Economia para Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Taquara; também, na mesma data, foram reconhecidos os Cursos de Administração e de Ciências Contábeis.

Graças à elevada qualidade de seu ensino e à inserção de suas atividades na comunidade regional através de concretização de projetos voltados para o desenvolvimento cultural, social e econômico, além do ensino formal destinado à formação dos profissionais egressos dos seus cursos, houve condições favoráveis à criação, em 1988, da Faculdade de Educação de Taquara, com a autorização do Curso de Pedagogia para atender a clientela de sua área de atuação, que já se estendia muito além dos cinco municípios instituidores da mantenedora. As primeiras Faculdades desenvolveram suas atividades docentes e administrativas em dependências do Colégio Santa Teresinha, situado no centro da cidade de Taquara, de 1970 a 1999; porém, em função do crescimento do número de alunos, houve a necessidade de mais espaço físico. Assim, além de alugar um andar do prédio da sede do Banco do Brasil em Taquara a partir de 1996, onde ocorriam as atividades ligadas à extensão comunitária e atendimento à comunidade, a Fundação construiu um campus para abrigar os

então existentes e os futuros cursos em local de Taquara amplo e aprazível, conforme a Figura 3 .

Figura 3 - Campus das Faculdades Integradas de Taquara



Fonte: Elaborado pela autora, a partir do Catálogo Institucional (2013).

Ao longo dos anos, outras cinco Faculdades e um Instituto de Educação Superior foram credenciados junto ao MEC sob a manutenção da Fundação Educacional Encosta Inferior do Nordeste. Em 2007, através da Portaria SESu Nº 921, de 7 de novembro, as seis Faculdades e o Instituto foram unificados, passando a constituir as Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT, mantida pela FEEIN.

A cronologia de autorização e credenciamento seguiu-se conforme Quadro 7 abaixo:

Quadro 7- Cronologia dos Cursos da FACCAT

(continua)

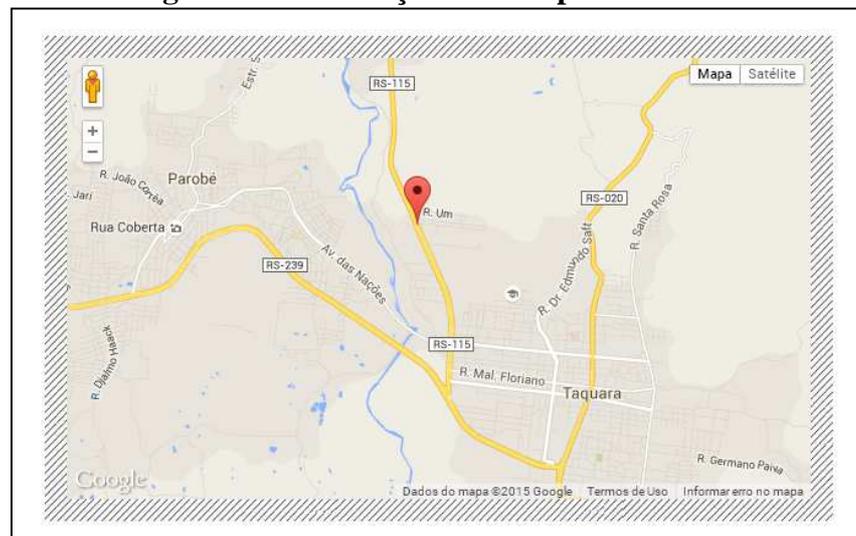
Faculdade	Curso	Ano
Fac.Educação de Taquara	Pedagogia	2000
Fac. de Informática	Sist. Informação	2001
Fac. de Ciências Contábeis	Turismo	2001
Fac. de Ciências da Comunicação	Comum. Social	2001
Fac.de Ciências Cont. e Adm.	Administração	2001
Fac. de Ciências Cont. e Adm.	Administração	2001
Fac. de Engenharia	Eng. De Produção	2001

(conclusão)

Faculdade	Curso	Ano
Fac. de Educação	Matemática	2001
Fac. de Educação	Letras	2001
Fac. de Educação	História	2001
Fac. de Ciências Humanas	Psicologia	2002
Inst. Superior de Educação	Curso Normal Sup.	2002
Fac. Integradas de Taquara	Tec. Gestão Comercial	2009
Fac. Integradas de Taquara	Tec. Gestão Qualidade	2009
Fac. Integradas de Taquara	Tec. Sist. Internet	2009
Fac. Integradas de Taquara	Enfermagem	2011
Fac. Integradas de Taquara	Direito	2015
Fac. Integradas de Taquara	Jogos Digitais	2015
Fac. Integradas de Taquara	Designer	2015
Total	19	

Fonte: Elaboração da autora (2015).

Observa-se, no Quadro 6, que as outras Faculdades foram credenciadas, bem como autorizados seus respectivos cursos e outros das Faculdades já existentes, após a mudança, em 2000, para o campus situado no Bairro Fogão Gaúcho, Rodovia RS 115, em situação geográfica privilegiada, distante 80 km de Porto Alegre, conforme Figura 4.

Figura 4 - Localização do Campus FACCAT

Fonte: Google Maps (2015).

Percebe-se, ao analisar o perfil das Faculdades Integradas de Taquara/RS, que a IES tem em sua missão, e no seu histórico a preocupação e o compromisso com o desenvolvimento da região em que está inserida bem como com a comunidade local.

3.2 Ações realizadas pela Faccat

Para melhor compreensão da importância das ações realizadas pela Faccat, serão descritas brevemente algumas de maior visibilidade:

a) PEIEX (**Projeto Extensão Industrial Exportadora**)

Objetiva incrementar a competitividade das empresas, disseminarem a cultura exportadora, introduzir melhorias técnico-gerenciais e tecnológicas, promover a capacitação para a inovação e ampliar o acesso a produtos e serviços de apoio disponíveis nas instituições de Governo e setor privado, entre outras atividades. Outro convênio é o PEPI (**Projeto Extensão Produtiva e Inovação**) que fomenta o desenvolvimento regional em todo o Estado através de capacitações e melhorias na eficiência e eficácia produtiva, internas às empresas, o fomento à busca permanente da inovação e da sustentabilidade, orientar as empresas ao planejamento e apoiá-las na formulação de projetos para expansão, modernização e inovação.

b) Banco de talentos

O banco de talentos visa proporcionar mais praticidades para alunos e empresas. Nessa página estão inseridas notícias relacionadas ao ambiente empresarial, especialmente aquelas relacionadas a carreiras e profissionais. A página serve para divulgação de oportunidades de estágio e para a apresentação de realizações dos alunos da Faccat.

c) Fórum regional do Turismo

Instituído em abril de 2000, o Fórum Regional de Turismo surgiu a partir de movimento liderado pelas Faculdades Integradas de Taquara (Faccat), que, desde então, funcionam como sua sede permanente e respondem pela coordenação do organismo. É integrado também pelos secretários ou diretores de turismo dos seis municípios do Vale do Paranhana/RS e por representantes de entidades privadas ligadas ao setor.

O Fórum tem como finalidade buscar a unidade regional em torno do desenvolvimento do turismo. Para tanto, vem se destacando pela coordenação de iniciativas importantes, como a organização de feiras e participação em salões de turismo, entre outros eventos do gênero. É também papel do Fórum receber os projetos municipais ou regionais focados na área turística, os quais, uma vez aprovados, são encaminhados com vistas à obtenção de recursos em nível federal ou estadual.

A liderança do Fórum atualmente está sob responsabilidade do coordenador do Curso de Turismo da Faccat, professor Álvaro Machado.

d) Centro de Serviços em Psicologia- CESEP

O exercício profissional do psicólogo inclui a assistência às pessoas com algum sofrimento na área afetiva, familiar, social, profissional, ou ainda, pessoas que não apresentam nenhum problema específico, mas desejam refletir sobre alguns aspectos da sua vida. A formação profissional do psicólogo requer a aproximação dos conteúdos teóricos à vivência prática. A cultura social vigente, assim como a realidade atual, são aspectos muito importantes no que tange à compreensão dos conflitos psíquicos. Desta forma, o aluno de graduação em Psicologia necessita na sua formação da aproximação à realidade social através da prática profissionalizante.

Partindo desses pressupostos, o Curso de Psicologia da Faccat visa assegurar o compromisso com a comunidade do Vale do Paranhana, através da implantação do Centro de Serviços em Psicologia (CESEP).

O Centro de Serviços em Psicologia (Cesep) das Faculdades Integradas de Taquara (Faccat) está em plena atividade no campus (Avenida Oscar Martins Rangel, 4500), prestando atendimento terapêutico individual, em grupos ou de família a toda a comunidade. Voltado para a população de baixa renda, funcionários ou acadêmicos da Faccat, o Cesep realiza avaliação psicodiagnóstica (por encaminhamento de neurologista, pediatra, escolas, etc); atendimento psicoterapêutico individual para todas as idades (criança, adolescente, adulto e idoso), além de aconselhamento, orientação profissional; consultoria às empresas (micro, pequenas e de médio porte) e hospitais.

Todo o atendimento é prestado por uma equipe preparada em prol da saúde emocional e saúde mental, tratando sofrimentos como depressão, ansiedade, lutos não elaborados, fobias, e dificuldades escolares e sociais, entre outros.

e) Ponto do Livro

O **Ponto do Livro** é um espaço aberto à comunidade acadêmica da Faccat e ao público em geral. Funciona na sala B-102, no campus da Faccat, e conta com obras literárias e técnicas dos mais diversos gêneros. Trabalha com o sistema de encomendas, amparado por um cadastro de mais de 500 editoras e distribuidoras.

Frequentemente oferecem promoções que reduzem, consideravelmente, os valores dos livros, facilitando as aquisições pelo público leitor e, por ocasião de datas festivas, o Ponto do Livro organiza exposições temáticas.

f) Conselhos Regionais de Desenvolvimento -Coredes

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) foram instituídos oficialmente pela Lei 10.283, de 17 de outubro de 1994. É um fórum de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visam ao desenvolvimento regional.

Seus principais objetivos são a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; a integração dos recursos e das ações do governo na região; a melhoria da qualidade de vida da população; a distribuição equitativa da riqueza produzida; o estímulo à permanência do homem na sua região; e a preservação e a recuperação do meio ambiente.

Atualmente, o Rio Grande do Sul conta com 28 órgãos do gênero, sendo um deles o Conselho Regional de Desenvolvimento do Paranhana-Encosta da Serra (Coredepes). Sua sede é a Faccat, cujo diretor-geral, professor Delmar Henrique Backes, foi um dos principais articuladores para constituição do mesmo.

A área de abrangência do Corede regional compreende os municípios de Taquara, Parobé, Igrejinha, Três Coroas, Rolante, Riozinho, Lindolfo Collor, Morro Reuter, Presidente Lucena e Santa Maria do Herval.

Entre várias atividades, organiza anualmente o processo de votação popular, que define as prioridades regionais a serem incluídas no orçamento do Governo do Estado para o exercício seguinte.

Percebe-se que a Faccat, através dessa prestação de serviços à comunidade local demonstra sua preocupação com o desenvolvimento da região.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo aborda os métodos e as técnicas que serão utilizadas na construção do projeto e elaboração do trabalho. Dessa forma, seguem informações teóricas sobre o tipo de pesquisa, universo e delimitação da amostra, a forma de realização de coleta de dados e a abordagem utilizada para a análise da pesquisa.

4.1 Tipos de Pesquisa

O tipo de pesquisa divide-se em: objetivos, procedimentos e abordagem do problema. De acordo com Gil (2007), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, e leva em consideração os mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Esse método também pode ser caracterizado por ter como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

O autor também explica outro método de pesquisa, a pesquisa descritiva que tem como principal objetivo a descrição de características de determinada população ou fenômeno, em que seja verificada a possível relação entre as variáveis.

Marconi e Lakatos (1999) contribuem dizendo que a pesquisa exploratória tem por finalidade aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, e ainda, o esclarecimento de conceitos.

Quanto aos objetivos do trabalho, portanto, o presente estudo apresenta-se como pesquisa exploratória e descritiva.

O estudo de caso consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, grupo ou comunidade, para que se possam estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2009).

Nos últimos anos, a metodologia de estudo de caso tem intensificado, cada vez mais, o seu uso como ferramenta de pesquisa. Para Yin (2001, p. 21), “[...] o estudo de caso tem contribuído de forma inigualável, quando se trata de compreender os fenômenos contemporâneos individuais, organizacionais, sociais e políticos”.

Sobre a pesquisa bibliográfica, Gil (2002) descreve que é desenvolvida com base em material já elaborado, a partir de livros e artigos científicos, que permitem ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia ser pesquisada diretamente.

O autor ainda afirma que “[...] praticamente toda pesquisa acadêmica requer em algum momento a realização de trabalho que pode ser caracterizado como pesquisa bibliográfica” (GIL, 2010, p.30).

Conforme Lakatos e Marconi (1991, p. 183), “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, pois ela propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Portanto, a pesquisa elaborada será através de estudo de caso e bibliográfica.

A abordagem qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que correspondem a um aprofundamento de relações, processos e fenômenos que não podem ser traduzido em números (MINAYO, 2001).

Para Oliveira (1997, p. 117), “a abordagem qualitativa difere-se da quantitativa pelo fato de não empregar dados estatísticos como centro do processo de análise de um problema”. O autor ainda salienta que a pesquisa qualitativa tem como objetivo principal situações complexas ou particulares.

Não raramente, alguns pesquisadores referem-se à pesquisa quantitativa como sendo aquela que trabalha com números, fazendo-se o uso de modelos estatísticos para explicar os dados; e a pesquisa qualitativa como sendo aquela que evita trabalhar com números, buscando as interpretações sociais. Entretanto, segundo Bauer, Gaskell e Allum (2002), a diferença entre pesquisa quantitativa e qualitativa ultrapassa a simples escolha de estratégias de pesquisa e procedimentos de coleta de dados; na verdade, representam posições epistemológicas antagônicas, com modos de investigação mutuamente exclusivos.

Prodanov e Freitas (2009) explicam o método quantitativo. Consideram que tudo pode ser quantificado, pela qual a informação pode ser traduzida em números e opiniões, para que possa ser classificada e analisada.

O presente estudo foi realizado mediante a aplicação de métodos quantitativos e qualitativos (combinados), o que Minayo (2007) garante ser possível, afirmando que as experiências têm demonstrado que:

(1) elas não são incompatíveis e podem ser integradas num mesmo projeto de pesquisa; (2) uma investigação de cunho quantitativo pode ensejar questões passíveis de serem respondidas só por meio de estudos qualitativos, trazendo-lhe um acréscimo compreensivo e vice-versa; (3) o arcabouço qualitativo é o que melhor se coaduna a estudos de situações particulares, grupos específicos e universos simbólicos; (4) todo conhecimento do social (por método quantitativo ou qualitativo) sempre será um recorte, uma redução ou uma aproximação; (5) em lugar de se oporem, os estudos quantitativos e qualitativos, quando feitos em conjunto, promovem uma mais elaborada e completa construção da realidade, ensejando o desenvolvimento de teorias e de novas técnicas cooperativas (MINAYO, 2007, p. 76).

Do ponto de vista da forma de abordagem do problema, a pesquisa será quantitativa e qualitativa já que o conjunto de dados quantitativos e qualitativos se complementa, pois interagem dinamicamente.

4.2 Procedimentos de pesquisa

Quanto ao procedimento de pesquisa é necessário determinar o universo e amostra, o instrumento de coleta e por fim a análise de dados.

Marconi e Lakatos (2008) conceituam o universo como o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam ao menos uma característica em comum.

Para as autoras, amostra é uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo (população com característica comum); é o subconjunto do universo.

Segundo Vergara (2003 p.51), “[...] população amostral ou amostra é uma parte do universo escolhida segundo algum critério de representatividade”.

Conforme Prodanov e Freitas (2009), a amostra consiste em selecionar um grupo ou subgrupo que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerável representativo de toda população.

As amostragens não probabilísticas são compostas de forma acidental ou intencional, no qual os elementos não são selecionados aleatoriamente (PRODAROV; FREITAS, 2009).

Dentro das amostragens não probabilísticas, aparecem as amostras intencionais ou de seleção racional, que para Prodanov e Freitas (2009, p.98),

[...] as amostras intencionais ou de seleção racional, constituem um tipo de amostragem não probabilística e consistem em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população.

A pesquisa está centrada na Faccat e seu universo é caracterizado em dois grupos, o público interno e o público externo. O universo do grupo interno compõe-se pelos gestores. A amostra será constituída da seguinte forma: O Diretor, 2 Vice-Diretores da Faccat, 2 Coordenadores de cursos, aos quais serão aplicadas questionários estruturados abertos. No que tange aos acadêmicos, a amostra será constituída de 40 egressos e 795 alunos matriculados. Esses questionários serão aplicados com alunos matriculados no semestre 2015/1 e dos egressos de 2014, conforme dados divulgados no site da Faccat, em 2013/2014.

O universo do público externo será constituído pelos atores sociais: 1 prefeito, 1 vice-prefeito, 2 secretários municipais, 1 vereador e 1 empresário. O critério escolhido é o de acessibilidade. Portanto, a amostra da pesquisa será de característica não probabilística, intencional.

No que se refere à escolha dos alunos egressos deve-se ao fato de os mesmos já terem percorrido uma trajetória acadêmica, possibilitando uma visão e percepção de mundo de forma mais crítica da sociedade que estão inseridos e com a qual tem compromissos na qualidade de profissionais que passaram por uma instituição de ensino superior, com as características da Faccat: regional, integrada e comunitária, que surgiu com vínculos e compromissos com as transformações socioculturais do seu entorno.

Será realizado um questionário estruturado fechado com os alunos da Faccat, matriculados em 2015/1. Será realizado com uma população de 2800 alunos, o que corresponde a uma amostra de 795 alunos com uma margem de erro de + ou - 3% e coeficiente de confiança de 95,5%. Assim, para aplicação deste questionário será considerada uma amostra probabilística.

$$N = \frac{(\text{desv})^2 \cdot (p \cdot q \cdot n)}{e^2 \cdot (n-1) + (\text{desv})^2 \cdot p \cdot q}$$

N = Tamanho da População

E = Erro amostral (3%)

Desv = Nível de confiança em unidades de desvio padrão (95,5%)

P = Porcentagem na qual o fenômeno se verifica

Q = Porcentagem complementar (100-p)

Obs.: Quando não se sabe a porcentagem em que o fenômeno se verifica usa-se sempre p=50% e q=50%.

Afirma Vergara (2003) que a coleta de dados consiste no método de informar o leitor de como se pretende obter os dados necessários para responder ao problema.

No caso dos questionários, realizou-se um pré-teste, chamado questionário-piloto, para identificar possíveis falhas na sua elaboração e se necessário fazer ajustes que visam obter respostas mais confiáveis. Após ser aplicado este pré-teste verificou-se não ser necessário fazer ajustes.

Os questionários foram realizados mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, que informa e esclarece ao pesquisado a respeito de sua participação em um projeto de pesquisa, cujo objetivo é analisar a percepção que estes possuem a respeito da contribuição da Faccat no desenvolvimento das regiões estudadas e suas implicações na sociedade local para que ele possa manifestar-se de forma justa e sem constrangimento. É uma proteção legal e moral do pesquisador e do pesquisado, já que ambos estão assumindo responsabilidades. O pesquisado poderá recusar-se a participar da pesquisa e poderá abandonar o procedimento em qualquer momento, sem qualquer prejuízo, e poderá recusar-se a responder qualquer pergunta que lhe cause algum constrangimento. Ao participar da pesquisa como voluntário, o pesquisado entende que não lhe trará nenhum privilégio, financeiro ou outro, e que serão garantidos o sigilo e a privacidade de sua identidade.

Nessa etapa foi realizado um estudo descritivo, de natureza quantitativa, utilizando o método questionário estruturado- Escala de Likert. A escala de Likert permite a análise descritiva dos dados, pois permite calcular a média, desvio padrão, mediana, etc.²

Para melhor análise dos resultados, foi realizada uma abordagem visando estabelecer o Ranking Médio (RM), para uma entrevista que utilizou escala tipo Likert de 5 (cinco) pontos, com o intuito de mensurar o grau de concordância dos alunos pesquisados (MALHOTRA, 2001).

Nos procedimentos de tabulação foi utilizado o programa Sphinx Survey, Edição Léxica, versão 5.1.0.8.

Neste estudo utilizou-se a análise de conteúdo para os dados qualitativos e a estatística descritiva para os quantitativos.

O método da análise de conteúdo, segundo Bardin (2002), consiste em tratar a informação a partir de um roteiro específico, iniciando com (a) pré-análise, na qual se escolhem os documentos, formulam-se hipóteses e objetivos para a pesquisa, (b) na

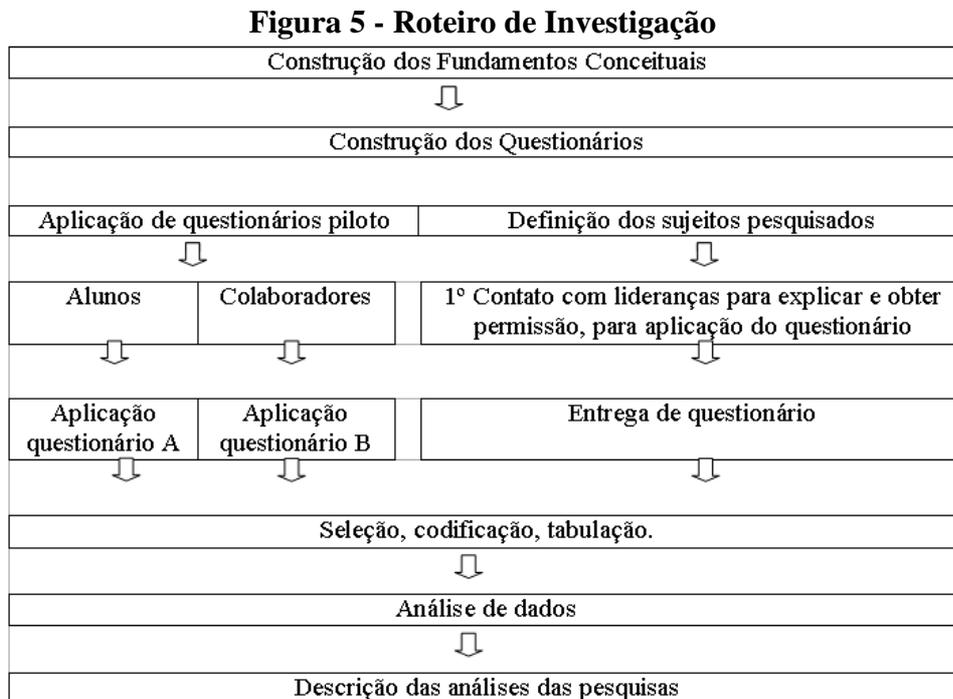
² A escala Likert ou escala de Likert é um tipo de escala de resposta psicométrica usada habitualmente em questionários, e é a escala mais usada em pesquisas de opinião. Ao responderem a um questionário baseado nesta escala, os perguntados especificam seu nível de concordância com uma afirmação.

exploração do material, na qual se aplicam as técnicas específicas segundo os objetivos e (c) no tratamento dos resultados e interpretações. Cada fase do roteiro segue regras bem específicas, podendo ser utilizado em pesquisas quantitativas e qualitativas.

4.3 Desenhos da pesquisa

O desenho da pesquisa apresentado na figura 5 contempla a coleta de dados e o plano de análise e interpretação dos mesmos, permitindo observar cada uma das etapas.

A partir da definição do objetivo a que se propôs e da fundamentação conceitual e inicial, este estudo será aplicado seguindo ordenadamente uma sequência lógica, para facilitar a aplicação da pesquisa, conforme Figura 5.



Fonte: Elaboração da autora (2015).

Após a coleta dos dados, realizada de acordo com os procedimentos indicados anteriormente, eles foram classificados de forma sistemática, ou seja, foram seguidos os seguintes passos: seleção, codificação, tabulação.

Foi realizado um exame minucioso dos dados obtidos, realizou-se uma verificação crítica, a fim de detectar falha ou erros, evitando informações confusas, distorcidas, incompletas, que poderiam prejudicar o resultado do estudo. Para Lakatos e Marconi (1996, p. 30) “[...] a seleção cuidadosa pode apontar tanto o excesso como a falta de informações”.

Neste caso, “a volta ao campo, para reaplicação do instrumento de observação, pode sanar esta falha”. Porém, não se constatou essa necessidade.

4.4 Esclarecimentos dos Estudos

4.4.1 Primeiro Estudo

O primeiro estudo foi realizado com 5 dos gestores das Faculdades Integradas de Taquara, correspondendo a 83,33 % dos pesquisados escolhidos por acessibilidade.

Como instrumento de pesquisa utilizou-se um questionário estruturado, composto por perguntas abertas (Apêndice A). Foram designados por sujeitos A, B, C, D e E.

4.4.2 Segundo Estudo

O segundo estudo foi realizado com seis atores sociais da região do Paranhana, RS, correspondendo a 100% dos pesquisados escolhidos por acessibilidade. Como instrumento de pesquisa utilizou-se um questionário estruturado, composto por perguntas abertas, (Apêndice B). Foram designados por sujeitos A, B, C, D, E e F respectivamente.

4.4.3 Terceiro Estudo

O terceiro estudo foi realizado com 40 acadêmicos egressos do curso de Administração das Faculdades Integradas de Taquara, o que representa 100% dos alunos pesquisados, escolhidos por acessibilidade.

Como instrumento de pesquisa foi utilizado um questionário estruturado, composto por doze questões, com escala do tipo *Likert* de cinco pontos, referentes às três variáveis socioeconômicas e as subcategorias, conforme Quadro 8.

Quadro 8 – Categorias, subcategorias e respectivas questões para egressos

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	QUESTÕES
Desigualdade Social	Capacitação profissional Políticas de Inclusão	2
		5
		7
		10
Reversão da Pobreza	Miserabilidade da Família Erradicação da Pobreza	8
		9
		11
		12
Capital Humano	Qualificação mão de obra Atualização profissional	1
		3
		4
		6

Fonte: Elaboração da autora (2015).

Assim, na elaboração do instrumento, bem como na análise dos dados, tomou-se como base os princípios do método de análise de conteúdo de Bardin (2002), os quais preveem a formulação de categorias e subcategorias numa determinada análise.

4.4.4 Quarto Estudo

O quarto estudo foi realizado com acadêmicos matriculados em 2015/1 nas Faculdades Integradas de Taquara, independente do curso, composto por 718 alunos matriculados que representam 90,31% dos alunos pesquisados escolhidos por acessibilidade.

Como instrumento de pesquisa foi utilizado um questionário estruturado, composto por doze questões, com escala do tipo *Likert* de cinco pontos, referentes às três variáveis socioeconômicas e as subcategorias, conforme Quadro 9:

Quadro 9 – Categorias, subcategorias e respectivas questões para alunos matriculados

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	NÚMERO DAS QUESTÕES
Desigualdade Social	Capacitação profissional Políticas de Inclusão	2
		5
		7
		10
Reversão da Pobreza	Miserabilidade da Família Erradicação da Pobreza	8
		9
		11
		12
Capital Humano	Qualificação mão de obra Atualização profissional	1
		3
		4
		6

Fonte: Elaboração da autora (2015).

Assim, na elaboração do instrumento, bem como na análise dos dados, tomou-se como base os princípios do método de análise de conteúdo de Bardin (2002), os quais preveem a formulação de categorias e subcategorias numa determinada análise.

5 APRESENTAÇÕES DE RESULTADOS

5.1 Resultados do primeiro estudo

Por meio de questionário, apêndice A, foi possível analisar a percepção dos gestores da Faccat sobre o panorama socioeconômico da região do Vale do Paranhana no Estado do Rio Grande do Sul, avaliando as possibilidades de maior desenvolvimento, levando-se em consideração a contribuição da Faccat neste cenário atual. Os sujeitos A, B, C, D e E são unânimes em concordar com o fato de que a presença da Faccat é fundamental para o desenvolvimento regional.

Ao serem perguntados sobre os desafios e prioridades na região em relação ao desenvolvimento e se a Faccat contribui para reduzir essas dificuldades, o sujeito A respondeu que: “[...] a maior preocupação da Faccat é em preparar, desenvolver pessoas para essa função. A instituição qualifica as pessoas e essas desenvolvem a região”. Ainda acrescenta: “[...] uma região com mão de obra qualificada tende a se desenvolver mais, pois possui maior conhecimento para superar desafios”.

O sujeito B responde:

[...] no meu entender os problemas regionais basicamente resumem-se na falta de investimentos industriais, ou seja, praticamente estamos alicerçados nas indústrias calçadistas. A Faccat como polo educacional através de inúmeros cursos de graduação, pós-graduação e o mestrado em Desenvolvimento Regional contribui diretamente a educação e ao despertar do empreendedorismo.

Diante disso, nota-se uma preocupação do sujeito B em diversificar as atividades na região para não atuarmos somente na área calçadista. Desta forma, faz-se necessário um maior investimento em outros setores da economia e, conseqüentemente, a qualificação da mão de obra para suprir a necessidade desta geração de emprego. Os desafios científicos e tecnológicos para esta nova economia abrangem todas as áreas do conhecimento em curso atualmente na Faccat. Além disso, há um mercado a desenvolver, através da divulgação e valorização da qualidade do ensino das Faculdades Integradas de Taquara.

Segundo Becker e Bandeira (2000), já não bastam o pensar global e o agir local, é preciso ir além, pensar local e agir globalmente. Desse modo, faz-se necessário inserir a região no contexto global para torná-la competitiva e alavancar o seu desenvolvimento, procurando alterar os conteúdos do desenvolvimento e os meios adequados para a sua concretização. Deve-se ter em conta que o desenvolvimento regional implica em escolhas,

iniciativas, bem como projetos e ações capazes de imprimir um processo de expansão socioeconômico ampliado e ajustado ao longo do tempo.

Diante dessas exigências do atual cenário econômico, a Faccat vem oferecendo, gradualmente, novos cursos atendendo às demandas da sociedade, adequando-se às constantes transformações e exigências do mercado de trabalho.

O sujeito C acrescenta:

[...] na minha visão, a região de abrangência da Faccat está em um rumo correto. Percebe-se que muito mais jovens estão investindo em sua formação e isso certamente irá resultar em uma maior qualidade de vida, novas oportunidades de trabalho e crescimento regional em médio prazo. A ampliação da matriz de produção e negócios da região passa por este caminho de um forte investimento na educação. A Faccat está diretamente envolvida nesse processo, tanto pela oferta de cursos tradicionais, como também percebendo novos caminhos de negócios e ofertando novos cursos nessas áreas. A Faccat passa a ser uma catalisadora direta nessas mudanças.

Com o aumento na procura por uma graduação, nota-se que a qualificação e oportunidades de trabalho aumentam. Com a promulgação da Lei nº 9394/96, houve grande aumento no número de cursos, o que provocou alterações no mercado de trabalho. Não se pode afirmar que o mercado ampliou-se por causa do aumento do número de cursos, mas há um indicativo de absorção destes profissionais.

De acordo com Frantz e Silva (2002), o processo de integração da IES ao contexto regional, proporcionando o desenvolvimento da região por meio de seus atores, é sua forma mais proativa de atuação, pois vincula o ensino e pesquisa às necessidades sociais, com a atuação de estudantes e professores junto à realidade da população; produção do conhecimento pela troca de saber acadêmico-populares; desenvolvimento mútuo IES e sociedade.

Para o sujeito D:

[...] educação é fundamental para a sociedade. Portanto, a Faccat atua como fomentadora de recursos humanos para todo público acadêmico, seja do município ou fora dele. Assim, ela contribui significativamente para o desenvolvimento da região, pois investe em pesquisa e extensão, age em parceria com as empresas se preocupando com a necessidade local.

Diante do exposto, percebe-se que a instituição contribui de forma efetiva para o desenvolvimento da região e preocupa-se com a necessidade da comunidade. Ao refletir sobre a importância das IES na qualificação dos agentes econômicos locais e sua relação com o

desenvolvimento local, observa-se o quanto essas instituições podem impactar de forma positiva quando se dispõem a colaborar e contribuir no aprimoramento do sistema produtivo.

Para o sujeito E:

[...] vejo como maior problema da região a concentração da atividade baseada apenas na cadeia produtiva coureiro-calçadista e o falta de união entre as lideranças locais em busca de projetos que contemplem a região como um todo. Quanto ao desafio, entendo que o maior deles é conseguir com que a região diversifique sua área de atuação, o que talvez seja possível através do engajamento dos municípios.

O Sujeito E demonstra preocupação com as lideranças locais no que se refere à integração de projetos municipais, em busca de um projeto único para a região. É necessário desenvolver estratégias capazes de se contrapor às formulações convencionais de ações políticas que se revelaram insuficientes para um maior desenvolvimento da região.

Boisier (1999) destaca a atuação de empreendedores locais que estejam dispostos a trabalhar em prol da região, beneficiando o entorno através de iniciativas alinhadas com as vocações e a identidade regional, além do empenho da classe política, uma vez que os agentes políticos estão invariavelmente envolvidos em negociações, em formulação de projetos, acessando fontes de recursos, tendo, assim, a seu alcance, várias possibilidades de contribuir na trajetória rumo ao desenvolvimento. Promover o desenvolvimento com identidade territorial ou local implica privilegiar o que distingue uma localização geográfica que lhe permite competir em vantagens absolutas, como resultado da sua singularidade e em vantagens relacionadas com melhores condições de entregar um produto ou serviço.

Quando perguntados se a Faccat criou um currículo que reflete as características da região, os sujeitos A, B, C, D acreditam que sim, que as necessidades da região estão sendo atendidas.

O sujeito A enfatiza que a Faccat procura “detectar” (grifo da autora) as necessidades da região e suprir, através da qualificação dos seus acadêmicos, pois é através das pessoas que as ideias concretizam-se. As IES têm um papel importante no desenvolvimento local, uma vez que podem elevar a capacitação dos alunos para suprir às demandas regionais. Isso não apenas colabora para o desenvolvimento local das atividades econômicas, mas também permite aos alunos maior possibilidade de emprego ao final do curso.

O sujeito B acrescenta:

[...] a própria missão da Faccat: “compromisso com a promoção da excelência no ensino, na extensão e na pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento de seres humanos, cidadãos, conscientes da sua inserção e responsabilidade social”. Enfatiza a inserção como a melhor condição social de uma região.

Como exemplo, cita as várias ações desenvolvidas pela Faccat para favorecer a sociedade local, como a escola-ambiente, vestibular solidário, a revista Horizonte, etc. A Faculdade produz conhecimento e incentivo à pesquisa, para responder às necessidades da sociedade.

Nas palavras do Sujeito C:

[...] quando um projeto de curso superior é aprovado pelo MEC é justamente para que sejam apontadas as relações entre as características do curso superior e as necessidades e características regionais. Nos casos dos cursos do TI (Tecnologia da Informação) da Faccat, os currículos atendem diretamente às necessidades usuais de qualquer empresa na área de informática. Desenvolvimento de softwares tradicionais, banco de dados, desenvolvimento web, Redes de Computadores, etc. Esses são alguns desenvolvidos pelos cursos e que atendem às necessidades tradicionais das empresas.

A aprovação pelo MEC de novos cursos na Faccat demonstra como a instituição mantém o foco nas necessidades da região. Nesse contexto, a IES transforma-se em um elemento-chave do desenvolvimento local e regional, através da pesquisa aplicada e da inovação tecnológica.

O sujeito D enfatiza:

[...] a Faccat tem importante papel em preparar pessoas na parte humanística, pois a pesquisa por si só não chega, precisa de resultados práticos para ser útil para a sociedade, por isso é fundamental ter um currículo que atenda às necessidades da região.

Para desenvolver a região é preciso desenvolver pessoas qualificadas para o mercado de trabalho. O papel da instituição na economia do conhecimento é de gerar um desenvolvimento crescente e que construa habilidades e capacidades para novos desafios. Sob esse prisma, Zabet e Silva (2002) destacam a importância da gestão do conhecimento onde a educação é o único caminho que vai possibilitar a criação e a difusão do conhecimento por toda a sociedade.

O sujeito E responde:

[...] penso que em parte sim, pois alguns cursos oferecem disciplinas que despertam para o empreendedorismo e contribuem para a melhoria da gestão. Também é possível verificar nos cursos de Engenharia da Produção e Tecnólogo em Gestão da Qualidade, que auxiliam na melhoria da qualidade e no aumento da produtividade, o que desperta a competitividade.

Diante do exposto pelo sujeito E, percebe-se que a Faccat possui cursos que qualificam e aumentam a produtividade. Nesse contexto, a instituição transforma-se em uma catalisadora do desenvolvimento local e regional, pois cumpre o seu papel frente à sociedade que dela usufrui, proporcionando à região o permanente exercício da crítica, sustentada no tripé ensino, pesquisa e extensão.

Outra perspectiva verificou-se ao perguntar se a sua IES realizou, coletiva ou individualmente, alguma avaliação do impacto de suas atividades na região; os sujeitos A e B e D afirmam que sim, já o sujeito C afirma não ter um levantamento oficial.

Os sujeitos A, B e E acrescentam: “[...] que em todos os projetos são efetuados as prestações de contas de forma transparente, seja em nível federal, estadual ou municipal”.

A avaliação de impacto procura identificar não somente as atividades desenvolvidas com os recursos disponibilizados, mas também as mudanças que geraram. Ao propor a avaliação se está, na verdade, buscando informações para o surgimento de uma agenda propositiva na dinâmica de desenvolvimento regional.

O sujeito B ainda enfatiza: “[...] que em nível comunitário se dá através de informações de números de atendimentos, valores, etc”.

O sujeito C responde:

[...] não temos um levantamento rigoroso. Temos uma visão informal: não recorro de alguma empresa da região, seja de pequeno, médio e grande porte, bem como prefeituras e órgãos públicos, que não tenha no mínimo um aluno da Faccat trabalhando em algum setor ou mesmo como gestores. Assim, temos certeza do impacto e contribuição dos nossos alunos para as organizações regionais.

O sujeito D enfatiza, também: “[...] sem a universidade, o nível de educação e formação seria muito menor, algumas pessoas iriam estudar em outra cidade, consumindo e gastando em outra região”.

Esse é um aspecto a ser considerado quando se trata de qualificação profissional, pois estamos retendo o capital humano na região através das oportunidades geradas pela instituição em parceria com as empresas.

Ao serem perguntados se existe na IES algum programa especial para fomentar a cooperação entre a Faccat e as empresas e quais recursos são destinados, os sujeitos foram unânimes em responder que sim.

Na percepção dos gestores, a instituição atua como espaço político, ou seja, a Faccat não está alheia aos acontecimentos sociais, políticos, econômicos e culturais da região. Em

outras palavras, é preciso que a IES posicione-se cada vez mais como uma instituição da região, ao invés de ser uma simples instituição na região.

Os sujeitos A, B e E acrescentam: “[...] o projeto estadual “Polo de Inovação Tecnológico do Vale do Paranhana”, cuja gestão é efetuada pela Faccat, o projeto Federal “PEIEX” que atende gratuitamente as empresas de exportação e o “PEPI” que atende micro, pequena e médias empresas”.

O sujeito B ainda cita alguns projetos: projeto estadual “AGDI” que atende gratuitamente as empresas com vocação à inovação tecnológica e o projeto “negócio a negócio do Sebrae”.

O sujeito D enfatiza os projetos oferecidos gratuitamente para a comunidade: Cesep- atende a comunidade com problemas familiares e projeto da escola “meio ambiente”, que fornece mudas de plantas gratuitamente.

O sujeito E complementa dizendo que os recursos aportados pela Faccat para esses projetos, PEIEX e PEPI são em forma de contrapartida, normalmente 20% do valor do convênio. Os projetos apontados permitem-nos identificar o impacto em termos de geração de emprego e renda que a IES tem na região em que está inserida. Sua atuação possibilita um padrão de qualidade universal, por outro lado, a sua capacidade de geração de conhecimento busca atender a soluções de problemas regionais, locais e nacionais.

Ao serem perguntados se a Faccat abre as instalações e fornece o apoio de especialistas para a região nas áreas sociais, os sujeitos A, B, C, D e E, são unânimes ao responderem que sim. Para os sujeitos A e B vários projetos já citados anteriormente que são desenvolvidos e implementados pela instituição, cujas instalações oferecidas gratuitamente para a comunidade e órgãos públicos quando solicitadas.

O sujeito A acrescenta: “[...] podemos citar a existência do AMPARA (Associação dos Municípios do Vale do Paranhana), com sede nas dependências da Faccat”.

A Faccat não apenas fornece esse espaço para discussões como atua de forma efetiva nas decisões. As ações da instituição não se limitam ao espaço isolado em sala de aula, mas estabelece um diálogo de interlocução com a comunidade, funcionando como agente de compreensão e busca de soluções concretas. Nesse sentido, são efetivadas parcerias que atendem às finalidades regulamentadas pela LDB, art.43 e seus parágrafos.

O sujeito C acrescenta:

[...] fornecemos consultorias, em vários momentos, para questões como “mediação da vazão dos rios” (alertas de enchentes nas cidades da região). Também recebemos escolas e instituições de auxílio à criança e a adolescentes para treinamentos e aulas de informática. Palestras cujo valor arrecadado é repassado a instituições.

Diante do exposto, o sujeito C acredita: “[...] que a instituição vem demonstrando sua preocupação e atuação junto à comunidade local, para suprir as reais necessidades da sociedade”. Sendo assim, cabe à Faccat tratar com seu público-alvo os problemas da sociedade em geral e de forma particular da sua região, para que através desses possam ser criadas soluções viáveis, inovações e a responsabilidade social.

O Sujeito D enfatiza:

[...] o curso de Psicologia oferece atendimento à comunidade por meio do (Cesep), que presta atendimento terapêutico individual e familiar a toda comunidade. Voltada para a população de baixa renda, funcionários e acadêmicos da Faccat podem realizar avaliações psicológicas e serem encaminhados a profissionais especializados.

Observa-se, desta forma, a preocupação da instituição com a sociedade e como se insere na comunidade carente, prestando serviços relevantes, os quais esta população não tem acesso.

O sujeito E acrescenta: “[...] a Faccat também realiza serviços de aconselhamento, orientação profissional e consultoria a empresas e hospitais”.

A Faccat atua como campo educativo e social, assumindo seu papel na promoção da cidadania, com capacidade de projetar novos cenários e parcerias com a comunidade, cumprindo sua função e missão de instituição comunitária regional integrada.

5.2 Resultados do segundo estudo

Por meio de questionário, apêndice B, foi possível analisar a percepção dos atores sociais sobre o panorama socioeconômico da região do Vale do Paranhana no estado do Rio Grande do Sul, avaliando as possibilidades de maior desenvolvimento, levando em consideração a contribuição da Faccat neste cenário atual.

Na pesquisa realizada com os atores sociais dos municípios da região constatou-se que as pessoas pesquisadas consideram que é muito importante ter uma faculdade no local. Cada um(a) dos(as) pesquisados(as) emitiu sua opinião favorável acerca desta questão,

argumentando que a Universidade pode, sim, mais do que qualquer outra instituição auxiliar no desenvolvimento do município em que se localiza. Comprova-se, assim, que os pesquisados têm consciência de que na era da “sociedade do conhecimento” o capital humano e intelectual é um diferencial em qualquer município que deseja alavancar seu desenvolvimento.

Quando perguntados sobre a sua percepção de uma IES, mas especificamente a Faccat, como sendo um diferencial no desenvolvimento socioeconômico da região do Vale do Paranhana e o porquê, os sujeitos da pesquisa A, B, C, D, E, F responderam que sim, que consideram a Faccat como uma influência positiva na formação de novos profissionais, proporcionando a criação e desenvolvimento de empresas, oportunizando a vinda de estudantes de outros locais.

O sujeito A acrescenta: “[...] que a instituição poderia explorar mais e ajudar na busca de novas tecnologias para a realidade regional, apostar na diversidade econômica e não no aperfeiçoamento da realidade que temos”.

O sujeito B acrescenta: “[...] que a presença da Faccat oportuniza a vinda de estudantes de outros locais e amplia negócios de pequenos empreendedores receptivos a esses futuros profissionais mais qualificados”.

Para os sujeitos A e B o fator principal que determina a maior ou menor aceleração do desenvolvimento econômico é a existência ou não de uma estratégia de desenvolvimento, com a cooperação entre instituição e municípios, fator importantíssimo na distribuição de renda e na criação de oportunidades de emprego em um ambiente que exige profissionais com maior tempo de estudos e melhor qualificados.

Nas palavras do sujeito C:

[...]seria importante uma universidade pública, mas só pelo fato da faculdade estar aqui, mesmo sendo particular, já reduz custos de deslocamento, alugueis extras e outros gastos inerentes à educação”, complementando que “a presença da universidade significa desenvolvimento, melhoria contínua em todos os setores de trabalho e aumento da capacidade profissional.

Diante disso, percebe-se que o processo de desenvolvimento econômico não ocorre de maneira análoga e simultânea em toda a parte. Cada país, região ou localidade conta com processos de dinâmica econômica específicos. Dessa maneira, o desenvolvimento envolve fatores econômicos sociais, culturais, políticos.

Outra perspectiva verificou-se na pergunta feita sobre os problemas e desafios em relação ao desenvolvimento regional e se as ações desenvolvidas pela Faccat contribuem para

sanar o problema; os sujeitos A, D, E, F acreditam que sim, pois a presença da Faccat indica o despertar de oportunidades, a qualificação de mão de obra, a geração de novos empreendedores. O sujeito B, embora considere que as ações da Faccat sejam de suma importância e contribuam para o desenvolvimento da região, enfatiza que: “[...] deveria haver uma maior integração com as prefeituras para conscientizá-las da importância de políticas públicas voltadas para o turismo, buscando diversidade na área de atuação”.

O sujeito C acrescenta:

[...] também percebo que não há espaço para discussão de temas voltados à renovação na produção industrial, novas tecnologias e engenharias que poderiam melhorar ainda mais a economia local, que hoje é baseada no calçado. Entendo que devemos buscar a diversidade sem ignorar a realidade local.

Torna-se imprescindível, portanto, que os gestores considerem que a forma de composição do desenvolvimento varia de região ou de local para local e depende de variáveis como estruturas socioeconômicas, culturais e institucionais.

O sujeito D comenta:

[...] ao longo dos anos a faculdade está fazendo muito mais; ela vem provocando ações e, principalmente, respondendo a ações que a sociedade quer; ela “abraça”, apoia as ideias e contribui para a viabilidade delas. Essa afirmação se deve ao fato de ter participado de algumas ações.

O sujeito D enfatiza sua percepção sobre a contribuição da Faccat com a região, demonstrando em sua resposta conhecer bem os projetos e ações realizados pela instituição.

A percepção dos sujeitos da presença da Faccat no que tange à qualificação de novos profissionais foi unânime ao considerar a instituição como um diferencial na região para a qualificação da mão de obra local.

O sujeito C acrescenta:

[...] importante ter uma instituição de ensino superior no município, principalmente pelo fator globalização, onde o produto mais “consumido” atualmente é o conhecimento. A faculdade é a instituição onde se prepara o conhecimento. Hoje, quem não tem conhecimento não cresce, não se desenvolve. Não adianta ter commodities sem conhecimento, sem ter onde produzir o conhecimento (universidade), não adianta ter o material para produzir, se não tem o conhecimento para transformá-lo.

As Universidades hoje amadureceram e aprenderam a processar com maior rapidez as demandas sociais, tornaram-se dinamizadoras do processo de desenvolvimento local e

regional, através do seu papel de formação do capital humano para as empresas dos mais diversos segmentos.

O Sujeito D comenta:

[...] a importância de ter uma universidade no município dá-se por duas razões principais: ser um centro gerador de conhecimento e pesquisa e propiciar a formação profissional”. “primeiro, uma universidade é um centro gerador de conhecimento e pesquisa, e esse aspecto é fundamental para a comunidade se desenvolver. Também devemos considerar o consumo desses alunos no município, que aumentam o crescimento e desenvolvimento econômico.

Destarte, devemos considerar que diversos serviços são acrescentados ao meio universitário, tais como, as livrarias, atividades de lazer, restaurantes, bares e infraestrutura de alojamento e transporte entre outros, desencadeando um processo de desenvolvimento e geração de empregos, principalmente próximo ao local onde se encontra a instituição.

Com relação aos elementos que facilitam ou dificultam a cooperação entre a Faccat e as empresas os sujeitos A e B, acreditam que facilitaria ainda mais essa integração se houvesse uma maior parceria entre elas, seja através de ações conjuntas ou da relação de postos de trabalho. Os sujeitos D e F sugerem uma parceria com estágios remunerados e descontos nas mensalidades para alunos das empresas que firmarem convênio com a instituição. Já o sujeito E da pesquisa respondeu que: “[...] facilitaria a cooperação entre empresas e IES se as parcerias visassem diretamente a uma melhoria na estrutura das empresas com a utilização de novas tecnologias para aumentar a competitividade com empresas de outras regiões”.

Sendo assim, a industrialização de uma localidade é necessária para promover o desenvolvimento e a expansão das atividades produtivas, aumentando sua participação no produto interno bruto (PIB) e a qualidade de vida da população local.

O sujeito C acrescenta:

[...] o principal papel das faculdades é a pesquisa (estudos da sociologia devem vincular-se a um projeto de desenvolvimento), ela tem que provocar”. A IES deve ser “provocadora e orientadora de projetos de desenvolvimento. Como a instituição de ensino superior possui o conhecimento, ela tem a metodologia para direcionar um projeto de desenvolvimento.

Percebe-se o quanto uma IES pode alavancar uma região. Como detém o conhecimento e tem uma atuação política, participando ativamente de projetos municipais e estaduais, possui um papel fundamental de intermediação para o bem comum.

Arend e Orłowski (2012), nesse contexto, informam que o desenvolvimento não é um processo, cujo objetivo é alcançado imediatamente, ele só será atingido com o tempo, através da economia e quando houver melhor condições de vida da população. Em outras palavras, ao se propor o desenvolvimento de uma localidade/região, é importante que sejam levados em conta os interesses não somente econômicos, mas também, políticos, culturais, ambientais, para que não se criem conflitos com a sociedade em si, eis que o crescimento econômico exigirá, em contrapartida, uma mudança tecnológica e que, em alguns casos, a parte interessada (sociedade) não estará preparada, o que pode vir a dificultar a sua implementação.

Por fim, quanto ao currículo que a Faccat oferece, se atende ou não as necessidades da região, os sujeitos são unânimes ao afirmarem que sim.

O sujeito A, embora concorde com o a pergunta, acrescenta:

[...] os cursos disponíveis estão dentro da realidade da região, mas devemos olhar para a oportunidade e a diversificação. Para que isso ocorra deve-se apostar em graduações voltadas para a formação técnica industrial, inovação tecnológica e outros segmentos que o mundo busca. Formar e qualificar pessoas não só gera a formação, mas o resultado de termos pessoas em condições de receber empresas de segmentos diferentes daqueles já instalados na região. Exemplo: Para atrairmos empresas metal mecânica não basta o município oferecer apenas benefícios fiscais, a formação técnica é item essencial na definição da implantação. Hoje não dispomos desse item, dificultando ou impossibilitando a atração de novos segmentos que poderiam povoar nosso vale. Acredito que a Faccat pode ser um polo propulsor dessa diversificação, mas deve avaliar a implantação da formação para recebê-los. Arrojo, coragem e envolvimento são necessários.

Para o sujeito A é mais salutar a diversificação da economia local, mas para isso é necessário a preparação de mão de obra qualificada. A educação está associada ao aumento da capacidade produtiva dos indivíduos e a expansão das potencialidades das pessoas. É por isso que o crescimento econômico está relacionado ao nível educacional.

O sujeito D ainda acrescenta: “[...] os cursos de enfermagem e agora o de Direito trazem maior possibilidades e oportunidades para a região. Os estudantes não precisam sair da nossa região para ter acesso a novos cursos”.

O papel-chave das IES na economia do conhecimento é o de propulsor das outras esferas, gerando um desenvolvimento crescente que fortaleça toda a base do sistema social, e que construa habilidades e capacidades de sobreviver e prosperar na economia do conhecimento. Vasconcellos e Garcia (1998) afirmam que desenvolvimento regional pressupõe o esforço das sociedades locais na formulação de políticas territoriais, com vistas ao debate das questões que envolvem a alocação de recursos pelos diferentes setores da

economia, melhorando as condições de vida e assegurando o alcance aos serviços prestacionais básicos e de qualidade, como saúde e educação.

5.3 Resultados do terceiro estudo

Para melhor análise dos resultados, foi realizada uma abordagem visando estabelecer a visão dos sujeitos quanto à importância da Faccat nas habilidades desenvolvidas e o crescimento profissional. Utilizou-se para esta pesquisa a escala tipo Likert de 5 (cinco) pontos, com o intuito de mensurar o grau de concordância dos alunos pesquisados.

Quadro 10 - Respostas dos Alunos Egressos

Afirmativas	Média	Desvio Padrão
1-Inseriu-se em atividades acadêmicas que lhe proporcionaram melhores oportunidades de emprego	3,70	1,29
2-A IES proporcionou-lhe uma maior interação com a sociedade	3,95	1,28
3-Participa de alguma ação ou projeto na sua comunidade que contribua com o desenvolvimento regional	3,00	1,34
4-Percebe a importância da interação FACCAT/ Comunidade no desenvolvimento regional	4,50	1,16
5-Acredita que um curso superior ajuda nas desigualdades sociais (inclusão social, desemprego, reversão da pobreza).	4,50	0,85
6-Percebe que a região onde a IES está inserida proporciona maiores oportunidades de trabalho	4,48	0,85
7-Acredita que a sua formação impactou na sua oportunidade de trabalho e nas suas relações sociais	4,53	0,75
8-Está satisfeito com sua situação profissional e financeira	4,45	0,85
9-Durante sua graduação você desenvolveu habilidades humanas conceituais e técnicas	4,85	0,53
10-Acredita que sua formação superior proporcionam-lhe maior flexibilidade, autonomia nas decisões e trabalho em equipe	4,40	1,01
11-Acredita que sua formação proporciona-lhe maior crescimento pessoal e profissional	4,70	0,76
12-Aplica no trabalho e no meio social as habilidades desenvolvidas na graduação	4,53	0,93
Média Geral	4,29	

Fonte: Dados da pesquisa da autora (2015).

De posse desses resultados, foi procedida a extração das medidas descritivas de cada variável, com as medidas de média, mediana e desvio padrão. O Quadro 10 apresenta os resultados das variáveis em cada escala de verificação. Para fins de análise, os resultados em torno dos pontos 1 e 2 foram considerados inaceitáveis (baixa concordância), do ponto 3, caracterizado como médio e 4 e 5 significaram excelência (alta concordância) em termos das variáveis do estudo.

Verifica-se através do Quadro 10, questão 3, que os egressos participam relativamente de ações ou projetos em suas comunidades que contribuam para o desenvolvimento da região, ou seja, houve uma média concordância (3,0).

Percebe-se pelo Quadro 10 que os egressos, na questão 9, quando perguntados se desenvolveram habilidades humanas e técnicas, e questão 11, se acreditam que sua formação contribui para seu crescimento pessoal e profissional e que impactou na oportunidade de trabalho, houve uma alta concordância, 4,85 e 4,70 respectivamente. Verifica-se, desse modo, que o capital humano passa a constituir um dos principais ativos no que tange ao desenvolvimento regional, trazendo consigo uma valiosa vantagem competitiva. Para Siedenberg (2004), o desenvolvimento individual significa o aprimoramento de habilidades já existentes no indivíduo que o capacitam para atuar com uma variedade de requisitos de forma sustentável, num contexto turbulento e volátil. Destarte, a gama de benefícios diretos e indiretos gerados pela produção e transmissão do conhecimento através de uma faculdade, influenciam no crescimento econômico de uma sociedade, tais como, desenvolvimento de novas tecnologias e formação de mão de obra.

Constata-se, também, ao analisar o Quadro 10, que houve uma alta concordância (4,50), na questão 4 quando perguntados sobre a importância da Faccat no desenvolvimento regional e alta concordância na questão 5 (4,50) quando afirmado que um curso superior diminui as desigualdades sociais.

A educação exerce um papel fundamental na obtenção de habilidades e conhecimentos, oportunizando maior inserção no mercado de trabalho e melhor qualidade de vida. Nesse contexto, segundo Etzkowitz (2005), a IES transforma-se em um elemento-chave do desenvolvimento local e regional, através da pesquisa, da inovação tecnológica, do desenvolvimento de capital social, incentivando o empreendedorismo, que resulta na capacidade de transferência tecnológica que possibilita na criação de empresas, empregos, desenvolvimento e sustentabilidade.

Quando se trata de desigualdade, Costa (2007) afirma, o trabalho apresenta-se, assim, como uma forma de identidade do ser humano. O homem sem trabalho, de alguma forma, passa a ter uma vulnerabilidade social. Pode-se dizer, portanto, que o trabalho tem duas forças que movem o homem: a luta pela sobrevivência e a necessidade de inserção social.

Gráfico 1- Resultado da pesquisa sobre Desigualdade Social

Fonte: Dados da pesquisa da autora (2015).

Quando analisada a variável Desigualdade Social, no Gráfico 1, percebe-se elevada frequência de aprovação pelos egressos para a interação da Faccat com a comunidade, na qual houve uma alta concordância(4,5), porém a média geral cai para (3,79) na medida em que os egressos têm baixa participação em projetos ou ações na sua comunidade (3,0).

Diante disso, constata-se a importância da Faccat junto à comunidade local na visão dos egressos, pois inserir-se junto a essa comunidade, traz maior conhecimento sobre a necessidade da região. Assim, de acordo com Frantz e Silva (2002), o processo de integração da IES ao contexto regional, proporcionando o desenvolvimento da região por meio de seus atores, é sua forma mais proativa de atuação, pois vincula o ensino e a pesquisa às necessidades sociais, com a atuação de estudantes e professores junto à realidade da população; produção do conhecimento pela troca de saberes acadêmico e popular; desenvolvimento mútuo IES e sociedade.

Gráfico 2 - Resultado da pesquisa sobre Reversão da pobreza

Fonte: Dados da pesquisa da autora (2015).

Verifica-se pela Gráfico 2, que ao analisar a variável reversão da pobreza, o fator considerado mais significativo para os egressos é a formação e a oportunidade de trabalho(4,53), embora os demais fatores também obtiveram uma alta concordância, com uma média de 4,49.

Assim, a educação é considerada o principal mecanismo de redução das desigualdades e de superação da pobreza, levando o aumento acelerado da escolaridade ao crescimento

econômico com menor desigualdade, visto que existe um círculo virtuoso entre maior educação, redução das privações e melhores níveis de renda (HOFMANN, 2001).

É importante entender a relação entre a desigualdade e a educação, para uma sociedade que procura mecanismos para o desenvolvimento, para a autonomia e para a emancipação dos seus indivíduos. A educação deve cumprir a tarefa de influenciar decisivamente a mudança de paradigma, a transformação da sociedade, tendo por base a justiça social e o desenvolvimento dos indivíduos na busca de melhor qualidade de vida.

Gráfico 3- Resultado da pesquisa sobre Capital Humano



Fonte: Dados da pesquisa da autora (2015).

Constata-se, ao analisar o gráfico 3, que se refere à variável capital humano, que os egressos consideram a formação e o crescimento profissional (4,70), bem como as habilidades humanas e graduação (4,85) fator decisivo no seu desenvolvimento. Percebe-se também que todas as questões referentes a essa variável tiveram alta concordância, com uma média de (4,62).

Segundo Tavares (2007), a escolaridade desenvolve competências úteis para o trabalho, pois esses sujeitos possuem o raciocínio e a compreensão ampliados, o que os torna mais aptos a aprender novas habilidades. A essência da globalização é a flexibilidade e adaptabilidade, de maneira que aqueles que não são capazes de se adaptar a essas mudanças sofrerão os efeitos negativos da globalização. A adaptação e a capacidade de resposta são fundamentais para toda região neste mundo global. Esta globalização, de certa forma, obriga as organizações, a sociedade e as suas instituições a repensarem suas práticas através do capital humano, considerado como o principal diferencial na sociedade do conhecimento.

5.4 Resultados do quarto estudo

Para melhor análise dos resultados, foi realizada uma abordagem visando estabelecer a percepção dos sujeitos quanto à importância da sua formação na busca de melhores

oportunidades e crescimento profissional. Utilizou-se a escala tipo Likert de 5 (cinco) pontos com o intuito de mensurar o grau de concordância dos alunos pesquisados.

Quadro 11 - Respostas dos Alunos Matriculados

Afirmativas	Média	Desvio Padrão
Inseriu-se em atividades acadêmicas que lhe proporcionaram melhores oportunidades de emprego.	4,39	0,95
A IES lhe proporcionou uma maior interação com a sociedade.	4,06	1,08
Participa de alguma ação ou projeto na sua comunidade que contribua com o desenvolvimento regional.	3,34	1,31
Percebe a importância da interação FACCAT/ Comunidade no desenvolvimento regional.	4,56	0,88
Acredita que um curso superior ajuda nas desigualdades sociais (inclusão social, desemprego, reversão da pobreza).	4,48	0,90
Percebe que a região onde a IES está inserida proporciona maiores oportunidades de trabalho.	4,21	1,06
Acredita que a sua formação irá impactar na sua oportunidade de trabalho e nas suas relações sociais.	4,61	0,73
Está satisfeito com sua situação profissional e financeira.	4,58	0,74
Durante sua graduação você desenvolveu habilidades humanas conceituais e técnicas.	4,58	0,87
Acredita que sua formação superior lhe proporcionará maior flexibilidade, autonomia nas decisões e trabalho em equipe.	4,62	0,72
Acredita que a graduação lhe dará a oportunidade para obter melhores condições financeiras.	4,72	0,71
Aplica no trabalho e no meio social as habilidades desenvolvidas na graduação.	4,26	0,92
Média Geral	4,36	

Fonte: Dados da pesquisa da autora (2015).

De posse desses resultados, foi procedida a extração das medidas descritivas de cada variável, com as medidas de média, mediana e desvio padrão. O Quadro 11 apresenta os resultados das variáveis em cada escala de verificação. Para fins de análise, os resultados em torno dos pontos 1 e 2 foram considerados inaceitáveis (baixa concordância), 3 pontos caracterizado como médio e 4 e 5 significaram excelência (alta concordância) em termos das variáveis do estudo.

Verifica-se, através do Quadro 11, que os matriculados participam relativamente de ações ou projetos em suas comunidades que contribuam para o desenvolvimento da região, ou seja, houve uma média concordância (3,34).

Verifica-se, pelo Quadro 11, que os sujeitos pesquisados tiveram alto grau de concordância (4,58) na afirmativa “Desenvolveram habilidades humanas e técnicas” e alto grau de concordância (4,62) na afirmativa 10, quanto à formação, pois lhes proporcionará maior flexibilidade e autonomia no trabalho.

Percebe-se, desse modo, que o capital humano passa a constituir um dos principais ativos no que tange ao desenvolvimento regional, trazendo consigo uma valiosa vantagem

competitiva. Siedenberg (2004) apresenta que o desenvolvimento individual significa o aprimoramento de habilidades já existentes no indivíduo que o capacitam para atuar com uma variedade de requisitos de forma sustentável, num contexto turbulento e volátil.

Verifica-se, ainda, no Quadro 11, que os sujeitos pesquisados acreditam que a sua formação trará maiores condições financeiras, apresentando alto grau de concordância (4,72).

Observa-se que o mercado de trabalho vem sofrendo importantes mudanças, estabelecendo um aumento significativo dos níveis de qualificação dos profissionais. Segundo Albuquerque (1987), as empresas estão cada vez mais optando por empregar profissionais com escolaridade maior e isso, conseqüentemente, tem forçado as pessoas na busca de melhor qualificação através do ensino superior. Assim, a nova sociedade deixa de ser a sociedade da máquina e passa a ser a sociedade da informação, onde as pessoas e os lucros encontram-se ligados.

Gráfico 4 - Resultado da pesquisa sobre Desigualdade Social



Fonte: Dados da pesquisa da autora (2015).

Pelos dados obtidos na gráfico 4 percebe-se que os alunos matriculados consideram a interação da Faccat com a comunidade como uma das formas de diminuir a desigualdade social, pois obteve um alto grau de concordância (4,56), porém observa-se que a média total diminuiu para (4,09) na medida que os alunos não participam ativamente de ações sociais na comunidade (3,34).

Cattani (2003) afirma que as desigualdades passaram a ser consideradas como um problema que envolve todas as dimensões da vida humana e das relações sociais. Segundo o autor, apesar do modelo político-econômico ter proporcionado um “espetacular desenvolvimento”, ainda continua uma grande reprodução da pobreza e da desigualdade demandadas. Estamos em uma dinâmica econômica que não concilia o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social.

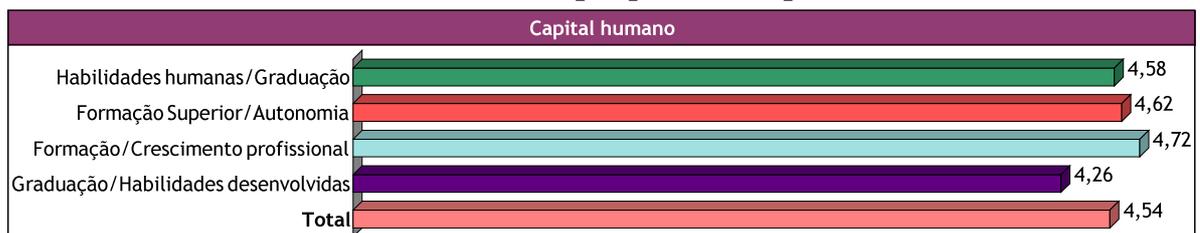
Gráfico 5 - Resultado da pesquisa sobre Reversão da Pobreza

Fonte: Dados da pesquisa da autora (2015).

Ao analisarmos o Gráfico 5, percebe-se que a formação e oportunidade de trabalho tiveram um alta grau de concordância (4,61), assim como a satisfação profissional e financeira (4,58), para a variável reversão da pobreza.

Sen (2011), ao avaliar a pobreza sob o ponto de vista da privação de capacidades, concentra-se em privações que são intrinsecamente consideráveis, em contraponto com a renda, sendo essa última meramente instrumental. Avaliar a relação instrumental entre a baixa renda e a baixa capacidade é de suma importância, em especial na análise, elaboração e implementação das Políticas Públicas, pois essa relação entre renda e capacidade, de certa forma é comprometida quando avaliados a idade do indivíduo, seus papéis sociais, sua localização e suas condições de saúde.

Os processos e estratégias de desenvolvimento e inclusão social encontram-se hoje indissociáveis das dinâmicas e políticas de informação, conhecimento, aprendizado e inovação.

Gráfico 6 - Resultado da pesquisa do Capital Humano

Fonte: Dados da pesquisa da autora (2015).

Verifica-se, pelo Gráfico 6, referente à variável capital humano, que embora todas as perguntas tenham obtido alto grau de concordância, a formação e o crescimento profissional tiveram maior média(4,72). Isso demonstra alto grau de concordância do acadêmico na importância de um curso superior como diferencial para o crescimento profissional.

Nas palavras de Rocha (2000), a evolução recente do mercado de trabalho demonstra que a competitividade vem aumentando através da especialização da mão de obra, pois a

demanda por trabalhadores mais qualificados vem aumentando, retirando do mercado de trabalho a mão de obra menos qualificada. Com a globalização, o profissional necessita aprender a agir com rapidez e interpretar informações de maneira eficaz e que tragam benefícios para a empresa. O conhecimento torna-se uma ferramenta para o crescimento profissional. Desta forma, a educação continuada é o diferencial.

6 CORRELAÇÃO DOS ESTUDOS

6.1 Correlações entre o primeiro e segundo estudo

Ao analisarmos as respostas entre os gestores e os atores sociais no que tange à importância da instituição para a região, foram unânimes ao concordarem e perceberem o quanto a Faccat contribui com suas ações. De outro modo, os gestores enfatizam as inúmeras ações que ocorrem de forma contínua e que nem sempre é percebida pelos atores sociais.

Referindo-se aos desafios no cenário atual, os gestores têm consciência de que a Faccat está preparada para essas mudanças, pois qualifica as pessoas para a nova realidade da economia e possíveis adversidades. Os atores sociais, em sua maioria, já mostram uma certa preocupação na diversidade das atividades industriais, sinalizando que estão preocupados que a região se concentre em apenas uma atividade principal, ou seja, a calçadista. Diante disso, a Faccat está atenta às mudanças e busca novos cursos para suprir as necessidades regionais.

Quando perguntados sobre a relação entre IES e sociedade local, os dois estudos apresentaram os mesmos resultados. Tanto os gestores quanto os atores sociais têm consciência de que a Faccat exerce seu papel social e político junto à sociedade.

Destarte, entende-se que através dos resultados obtidos entre o primeiro e o segundo, esses se complementam.

6.2 Correlações entre o primeiro e o terceiro estudo.

Ao analisarmos as respostas dos gestores quanto à qualificação de mão de obra, as ações desenvolvidas para a redução das desigualdades, as atividades acadêmicas proporcionando maiores oportunidades de emprego e, conseqüentemente, o desenvolvimento pessoal e profissional, percebe-se que todos acreditam no papel fundamental da Faccat nesse processo. Da mesma forma, os alunos egressos manifestaram em suas respostas terem consciência da importância de uma graduação e da presença da instituição na região. Diante disso, entende-se que estes estudos se integram de forma eficaz.

6.3 Correlações entre o primeiro e quarto estudo

Ao analisarmos as respostas dos gestores quanto ao desenvolvimento do capital humano, as ações desenvolvidas para a redução das desigualdades, as atividades acadêmicas

proporcionando maiores oportunidades de emprego e inclusão social, proporcionando o desenvolvimento pessoal e profissional e, conseqüentemente, melhoria de vida percebe-se que todos acreditam que a Faccat é peça-chave neste processo. Da mesma forma, os alunos matriculados manifestaram em suas respostas terem consciência da importância de uma graduação para uma ascensão social e profissional e que a presença de uma instituição na região é uma facilitadora do crescimento e desenvolvimento regional. Desta forma, entende-se que esses estudos se complementaram.

6.4 Correlações entre o segundo e terceiro estudo

Ao ponderar as respostas dos atores sociais no que se refere à qualificação da mão de obra, ao desenvolvimento do capital humano, a novas oportunidades de emprego e, conseqüentemente, à melhoria na qualidade de vida e à inserção social, percebe-se que foi unânime a percepção da importância da Faccat na região. Do mesmo modo, os alunos egressos reconhecem que os conhecimentos adquiridos na graduação têm lhes proporcionado melhores condições e oportunidades de trabalho. Desta forma, percebe-se a integração entre esses estudos.

6.5 Correlações entre o terceiro e quarto estudo

Ao ponderarmos as respostas dos alunos egressos e dos alunos matriculados em todas as questões referentes às variáveis desigualdade social, reversão da pobreza e capital humano, percebe-se que os resultados obtidos mantiveram-se em concordância. Notou-se, entretanto, que os alunos matriculados apresentam maior participação nas ações realizadas pela Faccat do que os alunos egressos. Diante disso, entende-se que estes estudos se complementaram.

6.6 Correlações entre o segundo e quarto estudo

Ao ponderar as respostas dos atores sociais no que se refere à qualificação da mão de obra, ao desenvolvimento do capital humano, a novas oportunidades de emprego e, conseqüentemente, à melhoria na qualidade de vida e à inserção social, diminuindo dessa forma as desigualdades sociais, percebe-se que foi unânime a percepção da importância da Faccat na região. Do mesmo modo, os alunos matriculados reconhecem que os conhecimentos

que estão sendo adquiridos na graduação irão lhes proporcionar melhores condições e oportunidades de trabalho. Desta forma, percebe-se a integração desses estudos.

7 CONCLUSÃO

Considerando que a sociedade passa por diversas mudanças, com a “sociedade do conhecimento” sendo o novo paradigma na gestão das organizações, os níveis de educação crescem para as novas áreas de conhecimentos tornando-se imprescindível a atualização e treinamentos para que se possam acompanhar essas mudanças. Desta forma, os profissionais universitários e especializados possuem maior chance de estarem empregados e a educação universitária tornou-se um pré-requisito para a obtenção de muitos empregos. Assim, as universidades passam a ser um centro de produção de capital humano e, conseqüentemente, as áreas ao redor de cidades universitárias. Considerando essas mudanças na sociedade e nas instituições de ensino superior, esta dissertação teve como objetivo principal verificar de que forma a Faccat influencia no desenvolvimento socioeconômico da Região do Vale do Paranhana/RS.

Mais do que escrever uma dissertação, este trabalho levou-me, enquanto pesquisadora, a construir um conhecimento maior sobre a contribuição do ensino ofertado por uma instituição de Ensino Superior para o desenvolvimento econômico da região onde se insere. Foram muitos os conhecimentos construídos nas diferentes etapas da elaboração deste estudo. Uma das etapas mais limitadora foi a do recolhimento dos questionários dos gestores, a qual teve tempo variado entre os respondentes, dificultando o processo de transcrever as respostas.

Porém, foi durante a etapa dedicada à análise dos dados que senti o prazer da realização de um trabalho de pesquisar e encontrar respostas, ainda que provisórias, para as perguntas que desde o início do trabalho inquietavam-me. Inicialmente, deparei-me com algumas dificuldades, pois não basta coletar os dados e dispô-los em tabelas ou gráficos; é preciso discuti-los, o que exige reflexão e, principalmente, considerar o contexto no qual estão inseridos.

Através da pesquisa realizada no primeiro estudo, na visão dos gestores, conclui-se que a Faccat funciona como uma alavanca educacional, pois faz com que a cidade tenha crescimento político, econômico, social, além de contribuir para o crescimento sustentável; logo, tem um relevante papel de integração política, econômica e social. O papel da instituição vai além para o meio local, pois através das ações de pesquisa e extensão, difunde novas ideias, contribui para potencializar as possibilidades da região (papel social), dissemina o conhecimento através de uma educação universitária de qualidade (fator condicionante para a superação do atraso de uma região). Enfim, a faculdade prepara pessoas no sentido humanístico e movimenta ações sociais.

Com base nas respostas dos pesquisados sobre os fatores de desenvolvimento da região e do referencial teórico, é possível concluir que os municípios estão se adequando à nova realidade, procurando novas parcerias e inovações para alavancar o processo de desenvolvimento, destacando-se o IDHM dos municípios da região.

Embora todos os fatores positivos sejam destacados, como o processo de desenvolvimento é contínuo existem melhorias a serem realizadas. Dentre elas, destaca-se a importância de uma política de manutenção do capital humano nos municípios. Neste sentido, percebe-se a importância das escolas, a faculdade tem a perspectiva de agir em prol da educação continuada e ações voltadas à valorização do meio local para potencializar seu entorno. Logo, a educação local desenvolve o pensar, a reflexão dos problemas comuns, as alternativas e os potenciais da região.

Baseado neste ponto de vista, pode-se definir que o nível de desenvolvimento local é resultado das articulações locais. Conclui-se que a qualidade de vida, por mais que sofra impactos, não depende em demasia da globalização e sim das iniciativas locais, e, neste sentido, percebe-se que os municípios estão se articulando para promover seus entornos.

Através da pesquisa realizada no segundo estudo, dos atores sociais, tentou-se identificar como eles veem e avaliam importância de uma Faculdade no meio local. Nas percepções colhidas nas pesquisas, uma série de fatores foram relacionados pelos pesquisados para explicitar a importância da Faccat na região. Uma delas é de que uma faculdade promove ações que beneficiam e apoiam a comunidade, além de ser um centro gerador de conhecimento através de pesquisas e extensão, pois formam profissionais especializados.

Neste sentido, acreditam que a instituição é fomentadora de conhecimento e de recursos humanos para a localidade em que está inserida, agregando valores em diversos setores, como saúde, educação, cultura, serviços, comércio, indústrias e outros.

Como consequência da sua atuação na região, a Faccat acaba atraindo pessoas e investimentos, movimentando a economia da cidade e auxiliando no desenvolvimento através de suas ações. Mas não é só na parte da formação de profissionais, e consequente atração de pessoas para a região que a instituição se mostra importante; também contribui para a geração de empregos e a provocação de ações e ideias inovadoras na sociedade, contribuindo para a viabilidade das mesmas.

Através da pesquisa do terceiro estudo realizado, dos egressos, procurou-se identificar se as habilidades adquiridas na sua graduação contribuíram para o seu desempenho e crescimento profissional. Com base nas respostas, conclui-se que para eles a sua formação superior vem sendo um diferencial na busca por melhores oportunidades de trabalho. Como se

pode ver, as ações das faculdades não se esgotam com a conclusão do curso, mas são para a vida toda do acadêmico e do meio em que está inserido, pois a ampliação dos benefícios da educação transcende ao estudante, beneficiando e servindo a sociedade. Assim, ela é um instrumento que contribui de modo constante e permanente com o desenvolvimento da comunidade.

Através da pesquisa do quarto estudo, dos alunos matriculados, procurou-se identificar se esse acadêmico acredita que sua formação será um diferencial na busca por melhores oportunidades, tanto social como econômica. Com base nas respostas ficou evidenciado que o acadêmico tem a percepção sobre a importância do curso superior para a diminuição das desigualdades sociais, o acesso a carreiras profissionais distintas daquelas que normalmente teria sem a graduação, a própria possibilidade de ascensão e a todas as condições culturais e sociais próprias do novo contexto em que agora se encontram.

Diante disso, conclui-se que a Faccat conduz a região a dinamizar e ao mesmo tempo canalizar as forças locais para o desenvolvimento local e regional. Ao mesmo tempo em que ela contribui para a melhoria da qualificação das pessoas, ela também contribui para a difusão das inovações, incentivando a cooperação entre empresas e instituições.

Assim, as principais contribuições da Faccat para o desenvolvimento da região nos últimos anos são: melhoria da qualidade dos serviços da comunidade através da graduação; ampliação de soluções para o processo de desenvolvimento, articulação com o poder público; classe empresarial e segmentos sociais organizados voltados para o desenvolvimento; fomento da discussão e do planejamento integrado do município, entre outras ações vistas ao longo desta dissertação.

Em âmbito geral, conclui-se que o impacto social da Faccat expressa-se de inúmeras maneiras: na formação de cidadãos e profissionais qualificados; no desenvolvimento de projetos culturais; nas pesquisas destinadas a resolver problemas sociais ou aproveitar as potencialidades locais; e na promoção de eventos científicos e educacionais.

Verificou-se que um desenvolvimento regional depende das articulações da sociedade para que realmente ocorra de forma que a comunidade seja a principal beneficiada, além de ser verificado mais uma vez que a educação e o conhecimento da comunidade, aliados à boa vontade de querer mudar a realidade fazem com que o desenvolvimento venha a acontecer em qualquer município. Conclui-se, enfim, que não há desenvolvimento sem educação, além de se constatar que a existência da instituição na região é uma grande propulsora de desenvolvimento, ainda mais quando ela tem uma história de identidade com a comunidade, ou seja, é fruto de articulações locais, como é o caso da Faccat.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, S. Conhecimento, inclusão social e desenvolvimento local. *Inclusão Social*. v. 1, n. 2, p. 1-3, 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/27/46>>. Acesso em: 20 out. 2015.
- ALBULQUERQUE, L. *Planejamento Estratégico em Recursos Humanos*. São Paulo: FEAUSP, 1987.
- ALVAREZ, A. R. *Desenvolvimentos teóricos sobre distribuição de renda, com ênfase em seus limites*. Tese. (Mestrado). Instituto de Pesquisas Econômicas. FEA-USP, São Paulo, 1996. Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/teses/usp/Alvarez.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2014.
- AMARAL, Nelson Cardoso. *Financiamento da educação superior: Estado X mercado*. São Paulo: Cortez; Piracicaba: UNIMEP, 2003.
- AMARAL FILHO, J. A endogeneização do desenvolvimento econômico regional e local. *In: Revista planejamento e políticas públicas (PPP)*, n.23, p. 261-286, jun. 2001.
- AREND, S. C.; ORLOWSKI, R. F. O desenvolvimento regional da Amosc a partir das teorias da base exportadora e dos polos de crescimento. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 1, p. 141 – 163.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BARQUERO, Antônio V. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- BARROS, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. IPEA: Texto para Discussão n. 800, 2001. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 22 dez. 2013.
- BASSAN, D. S.; SIEDENBERG, D. R. Desenvolver buscando a redução das desigualdades. *In: BECKER, D. F.; WITTMANN, M. Luiz (org.). Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.
- BAUER, M. W.; GASKELL, Soares; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, Quantidade e Interesses do Conhecimento: Evitando Confusões. *In: BAUER, Martin W; GASKELL, Nicholas C. (org.). Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: VOZES, 2002
- BECKER, Dinizar F.; BANDEIRA, P.S. (orgs.). *Determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.

BECKER, D. F. A contradição em processo: o local e o global na dinâmica do desenvolvimento regional. In: BECKER, D. F. e WITTMANN, m. I. (Org.). *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

BERNARTT, M. de L. *Desenvolvimento e ensino superior: Um estudo do sudoeste do Paraná nos últimos cinquenta anos*. Tese de Doutorado. Campinas-SP: 2006. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/fevereiro2006/ju313pag10c.html>. Acesso em: 12 de jun. 2014.

BLACKWELL, M.; COBB, S.; WEINBERG, D. The economic impact of educational institutions: issues and methodology. In: *Economic Development Quarterly*, Sage Journals, v. 16, n. 1, p. 88-95, 2002.

BOISIER, Sérgio. *Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político*. Brasília, 1996. p.114. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp13/boiseir.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2005.

_____. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. *Planejamento e políticas públicas*. n.13, jun. 1996. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/135/137>>. Acesso em: 03 set. 2014.

_____. *Teorias y metáforas sobre desarrollo territorial*. Santiago de Chile: CEPAL, 1999.

_____. Desarrollo (local)¿De que estamos hablando? In: MADOREY, O.;VASQUEZ, A. B. (eds.). *Transformaciones globales, instituciones y políticas de desarrollo local*. Argentina: Homo Sapiens, 2001.

_____. ¿Hay espacio para el desarrollo local en la globalización? *Revista de La Cepal*, n. 86, Santiago do Chile: CEPAL, 2005.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil (1998)*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: agosto 2014.

_____. *Decreto n.º. 2.306*. Disponível em: <[p://www.pedagogiaemfoco.pro.br](http://www.pedagogiaemfoco.pro.br)>. Acesso em: ago. 2014.

_____. *Decreto n.º 2.306/97*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2207.htm>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. *Lei n.º 10.406, de 10.01.2002. Novo Código Civil*. Disponível em:<http://www.jucepa.pa.gov.br/downloads/docs/pdf/Novo_codigo_civil.pdf>. Acesso em: ago.2014.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: ago. 2014.

_____. *Lei nº 5540/68, Lei da Reforma Universitária*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: agosto 2014.

_____. *Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 - Governo Federal*. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/legislacao/legislacao-2005/87-lei-n-11-096-de-13-de-janeiro-de-2005?path=legislacao-2005>>. Acesso: 04 ago. 2015

_____. *Portaria SESu/MEC nº. 921, de 07/11/07, D.O.U. de 08/11/07. Edital*. Disponível em: <mec.gov.br>. Acesso em: 11 ago. 2014.

BUARQUE, Cristovam. A universidade numa encruzilhada. *In: Conferência Mundial de Educação Superior*, 2003. p.21 . Disponível em:<https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=BUARQUE%2C+Cristovam.+A+universidade+numa+encruzilhada>. Acesso: 19 ago. 2014.

BUARQUE, S.C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Brasília: MEPE, 1999.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Disponível em: www.caixa.gov.br. Acesso: 03 set. 2015.

CARDOSO JÚNIOR, J. C.; JACCOUD, L. Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. *In: JACCOUD, L. (Org.) ... [et. al.]. Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 27, n. 96, p. 979-1000, out. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 15 set. 2015.

CASSOL, Maurício. *Uma proposta de balanced scorecard e mapa estratégico para a gestão estratégica de uma instituição de ensino superior privada*. 2006. 188p. Dissertação (Mestrado em Administração e Negócios) - PUCRS, Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, Porto Alegre, 2006.

CASTELLS, Manuel. Para o Estado em rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação. *In: SOLA, L. (org.). Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 1999. p.147-171.

CATÁLOGO INSTITUCIONAL. *Por indicação da Portaria Normativa MEC nº40/ 2007-Republicada em 2010*. Disponível em: <<https://www2.faccat.br/portal/>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Souza Porto. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? *Revista Brasileira de Educação*, v. 12 n. 34 jan/abr 2007.

_____. *PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? Educar*, n.28, p. 125-140. Curitiba: UFPR, 2006.

CATTANI, Antônio David. Desigualdades: os desafios para a Sociologia. In: DUBET, François. *As desigualdades multiplicadas*. Tradução de Sérgio Miola. Ijuí: Unijuí, 2003.

CEPAL/UNESCO. *Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade*. In: *Cinquenta anos de pensamento da Cepal*. BIELSCHOWISKY, Ricardo (org.). Rio de Janeiro: Record, 2000.

CHANLAT, Jean-François. *Ciências sociais e management: reconciliando o econômico e o social*. Trad. TÔRRES, Ofélia de Lanna Sette. São Paulo: Atlas, 2000.

COLLINS, Jill; HUSSEY, Roger. *Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação*. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CONSTANZI, Rogério. *Exploração do trabalho no capitalismo contemporâneo e desigualdade*. Brasília: IPEA, 2005.

CONTO, Suzana . *Gestão de resíduos em universidades: uma complexa relação que se estabelece entre heterogeneidade de resíduos, gestão acadêmica e mudanças comportamentais*. In: CONTO, Suzana. *Gestão de resíduos em universidades*. Caxias do Sul: Educ, 2010.

COSTA, Frederico L.; CUNHA, Augusto P. G. *Pensar o desenvolvimento a partir do local: novo desafio para os gestores públicos*. Portugal, 2002. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044418.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2005.

COSTA, Pierre. *Mercado de trabalho e empregabilidade*. Rio de Janeiro: Moderna, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. Era uma vez um Rei chamado D. João VI. *Revista Caros Amigos: a universidade no espelho*, São Paulo, n.09, p.5-7, nov.2001.

DORIGON, Clovis. Agroindústrias familiares rurais e desenvolvimento regional: o caso do oeste catarinense. *Anais 2009. II Seminário Internacional Empreendedorismo, Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Local*. Rio de Janeiro, 2009.

ECHEVERRÍA, José Medina (org). *Funções da Educação no Desenvolvimento*. In: *Desenvolvimento, trabalho e educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

ESSENSORO, Luis Enrique. *Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina*. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo. Disponível: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-23102003-072125/pt-br.php>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

ETZKOWITZ, H. Reconstrução Criativa: hélice tripla e inovação regional. In: *Revista Inteligência Empresarial: Centro de Referência em Inteligência Empresarial*, Rio de Janeiro, n. 23, mar./abr./jun. 2005. Disponível em: <http://www.e-papers.com.br/lista.asp?codigo_categoria=10&promo=>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA- FACCAT/RS. *Catálogo Institucional*. Disponível em: <<https://www.faccat.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2014

FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Vinte e cinco anos de reforma universitária: um balanço. In: MOROSINI, Marília Costa. *Universidade no Mercosul*. São Paulo: Cortez, 1994.

FERNANDES, Reynaldo. Desigualdade Salarial. In: C. H. Corseuil, N.M. Filho, A.M. Coelho, D.D. Santos (Eds.). *Estrutura salarial: aspectos conceituais e novos resultados para o Brasil*. Brasília: IPEA, 2002,

_____. FGV/DADOS. *Número de pessoas abaixo da linha de pobreza* (Milhões de Pessoas). Disponível em: <www.fgv/dados.fgv.br>. Acesso em: 12 jun. 2014.

FISCHER, Tânea. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução a uma agenda. In: FISCHER, Tânea. *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliações*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FRANÇA, Gilson Nardo, et al. *Relação entre escolaridade e Renda no Brasil na década de 90*. Dissertação. (Mestrado em Economia de Empresa) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005. Disponível em: <www.ucb.br/textos/2/515/TesesEDissertacoes2005>. Acesso em: 20 mar. 2015

FRANTZ, W.; SILVA, E.W. *As funções sociais da universidade – o papel da extensão e a questão das comunitárias*. Ijuí: Unijuí, 2002.

FREITAS P. L; S. G. Rodrigues. A avaliação da confiabilidade de questionários: uma análise utilizando o coeficiente *Alfa de Cronbach*. XII SIMPED, São Paulo, 2005. Disponível: <http://www.simpep.feb.unesp.br/anais_simpep_aux.php?e=12>. Acesso em: 10 ago. 2014.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007

_____. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODDARD J. *The response of HEIs to regional needs*. OECD Programme on Institutional Management in Higher Education. University of Newcastle upon Tyne, 1999.

GOOGLE MAPS. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/FACCAT+-+Faculdades+Integradas+de+Taquara/@-29.6342377,50.7756213,18z/data=!4m2!3m1!1s0x0:0xb6b756c01d1c67e6>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

HARDY, Cyntia, FACHIN, Roberto. *Gestão estratégica na universidade brasileira – teoria e casos*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

HOFMANN, Rodolfo. Distribuição de renda e crescimento econômico. *Revista de Estudos Avançados*. n. 15 (41). São Paulo: USP, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

_____. *Censo IBGE 2013*. Acesso em: 17 ago. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. INEP. *Indicador de qualidade das instituições de educação superior*. Disponível em: <<http://www.itaub.com.br/fies/index.htm>> Acesso em: ago. 2014.

_____. *Censo nacional da educação superior 2008: resumo técnico*. Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <<http://censosuperior.inep.gov.br/resumostecnicos>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA/ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. *Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA; Brasília: PNUD, 1996.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *Política, Planejamento e Governo*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=278>. Acesso em: 12 jun.2014.

_____. *Política, Planejamento e Governo. 2002..* Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=278>. Acesso em: 12 jun.2014.

JUNG, Carlos Fernando. *Metodologia para pesquisa e desenvolvimento: aplicada a novas tecnologias, produtos e processos*. Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil, 2004

KLINK, Amyr. *Frases de Amyr Klink*. Disponível em: <<http://www.frasesfamosas.com.br/frases-de/amy-r-klink/>>. Acesso: 20 ago. 2015

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 3. ed., rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. *Metodologia científica*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LEITE, M. de P. A qualificação reestruturada e os desafios da formação profissional. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 45, p. 32-58 jul. 1998.

LIKERT, Rensis, "A Technique for the Measurement of Attitudes", *Archives of Psychology* 140: pp. 1-55, 1932 Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Escala_Likert>. Acesso em: 10 jul. 2014

MAIA, Almir de Souza. Educação superior: perspectivas para o próximo milênio. In: SILVA, Rinalva Cassiano. *Educação para o século XXI: dilemas e perspectivas*. Piracicaba: UNIMEP, 1999.

MALHOTRA, Naresh. *Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MANUAL do Bolsista Prouni 2008. Disponível em: <http://www.estacio.br/prouni/pdf/manual_bolsista_prouni.pdf>. Acesso: Junho de 2015

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. *Metodologia do trabalho científico*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, José de Souza. A sociedade vista do abismo, novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MAXIMIANO, ANTONIO CESAR A. *Introdução à administração*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MELO, Ricardo Oliveira Lacerda de; HANSEN, Dean Lee. *Desenvolvimento regional e local: novas e velhas questões*. São Cristóvão: UFS, 2007.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C. *et al.* Pragmatismo e desenvolvimentismo no pensamento educacional brasileiro dos anos de 1950/1960. In: *Revista Brasileira de*

Educação. v 11,n 31 jan /abril. 2006. Disponível em:
<www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a08v11n31.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2014.

MENEZES FILHO, N. A. *Tecnologia e Demanda por Qualificação na Indústria Brasileira*. Rio de Janeiro: CEPAL, 2006.

_____. *Apagão de mão de obra qualificada?: as profissões e o mercado de trabalho brasileiro entre 2000 e 2010*. São Paulo: USP, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. MEC. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso: 15 jun. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de S.*et al.* *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. 30.ed. Rio Janeiro: Vozes, 2001.

_____. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MOROSINI, Marília Costa; (org.). *Enciclopédia de pedagogia universitária*. Porto Alegre: FAPERGS/RIES, 2003.

MOROSINI, Marília Costa; ROSSATO, Ricardo. *Educação Superior Brasileira: 1991 – 2004*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

MOURA R.C; MOURA; L.V. Desenvolvimento e teste de uma escala para mensuração das características que incentivam adoção de novos produtos: um estudo sobre os carros bi-combustíveis. *Journal Nucleus*. v. 9, p. 209, 2012. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache>>. Acesso em: ago. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. UNESCO. *A proposal on education for human development. Education for human development*. Brasília: UNESCO, 2005.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. *Em direção a uma aliança mundial em prol do emprego de jovens*. Brasília: 2003.

OLIVEIRA, Mara. *Avanços e retrocessos das reformas estruturais das Cúpulas das Américas: uma leitura na perspectiva do serviço social*. (Tese de Doutorado). Porto Alegre: PUCRS, 2005.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. *Tratado de metodologia científica*. São Paulo: Pioneira, 1997.

PAIVA, V. Desmistificação da Profissões: quando as competências reais moldam as formas de inserção no mundo do trabalho. *Revista Contemporaneidade e Educação*, 1996.

PAIVA, C. Á. O que é uma região de planejamento com vistas ao desenvolvimento endógeno e sustentável? In: TARGA, Luiz Roberto; HERRLEIN JR., Ronaldo; MERTZ, Marli Marlene (org.). *Jornadas de economia regional comparada*. Porto Alegre: PUCRS, 2005.

PANIZZI, Wrana Maria. *Universidade pública, gratuita e de qualidade*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

PANORAMA SOCIAL DE AMÉRICA LATINA 2004. Santiago do Chile: CEPAL, 2004.

_____. 2005. Santiago do Chile: CEPAL, 2005.

PARADA, Miguel Bazdresch. *Educación y Pobreza: una relación conflictiva*. In: *Pobreza, desigualdad social y ciudadanía: los límites de las políticas sociales em América Latina*. ZICCARDI, Alicia (comp.). Buenos Aires: CLACSO, 2001.

PINHO, Angela. *Aluno de baixa renda ganha espaço nas universidades*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1808200807.htm>>. Acesso em: 18 ago. 2008.

POCHMANN, Márcio *et al.* *A exclusão no mundo: Atlas da exclusão social*. São Paulo: Cortez, 2004.

POLIDORI, Marlis Morosini. Qualidade e avaliação institucional. In.: FRANCO, Maria Estela Dal Pai; MOROSINI, Marília Costa (org). *Qualidade da educação superior: dimensões e indicadores*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano em 1996, 2004 e 2013*. Portugal: Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento, 2004. Disponível <em<http://www.pnud.org.br/hdr/hdr96/hdr1.htm>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

_____. 2013. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. *Relatório do Desenvolvimento Humano*, 1997. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/hdr/hdr96/hdr1.htm>>. Acesso em: 17 ago. 2014

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

REVISTA DIGITAL. Disponível em: <http://www.revistadigital.com.br/...do_paranhana1.jpg>. Acesso em : 20 jun.2014.

RIGHI, Moacir Luiz; RUPPENTAHAL, Janis Elisa. Influência de uma universidade na geração de um polo regional de ensino superior. *In: ABCustos Associação Brasileira de Custos*. v. VIII, n. 1, janeiro-abril, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/andressasantos/Downloads/231-1217-1-PB.pdf>. Acesso em: 13 set. 2014.

ROCHA, Sônia. *Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do plano real*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

ROCHA, Maria Aparecida Marques. *Processo de inclusão ilusória: a condição do jovem bolsista universitário*. Tese (doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ROCHA, S. *Transferências de renda federais: focalização e impactos sobre pobreza e desigualdade*. *Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 2008.

ROESCH, Sylvia Maria de Azevedo. *Projetos de estágio e de pesquisa em Administração: Guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSSATO, Ricardo. História da Educação Superior no Brasil. *In: MOROSINI, Marília Costa (org). Enciclopédia de Pedagogia Universitária*. Porto Alegre: FAPERGS/RIES, 2003.

SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002

_____. *Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Rio Janeiro: Vozes, 2008.

SANDRONI, P. *Novo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1994.

SANTOS, Alexandre Pompeu. Governança corporativa e desempenho em instituições privadas de ensino superior – um estudo de caso em Minas Gerais. 32º Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

SANTOS, R, S. *Instituições de ensino superior e o desenvolvimento local em Vitória da Conquista/BA*, 2007. Dissertação. Disponível em: <http://www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado/mdrma/teses/dissertacao_ronan_soares.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. *Ensino público e algumas falas sobre universidades*. São Paulo: Cortez, 1986.

SCHMIDT, João Pedro. *Juventude e política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

SCHULTZ, Theodore W. *O capital humano*. Investimentos em educação e pesquisa. Trad. MATOS, Marco Aurélio de Moura. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHWARTZMAN, Simon. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: FGV: 2004.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

_____. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SIEDENBERG, Dieter R. A gestão do desenvolvimento: ações e estratégias entre a realidade e a utopia. In: BECKER, Dinizar F.; WITTMANN, Milton L. (orgs.). *Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

_____. Desenvolvimento: ambiguidade de um conceito difuso. *Revista Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, n.3, p. 9-26, jan.-jun. 2004.

_____. O mito do desenvolvimento. *Revista desenvolvimento em questão*. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania. n. 3, jan./jun. 2004.

SILVA, Renato. *Balanced Scorecard – BSC Gestão do ensino superior*. Gestão profissionalizada e qualidade de ensino para instituições de ensino superior privado. Curitiba: Juruá, 2009.

SOARES, Laura Tavares. *O desastre social*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento regional*. São Paulo: Atlas, 2009

TACHIZAWA, Takeshy. *Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: Estratégias de negócios focadas na realidade brasileira*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

TAVARES, Priscilla de Albuquerque. *O capital humano na desigualdade de salários no Brasil no período de 1981 a 2006*. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

THEIS, I. M. et al. *Desenvolvimento, meio ambiente, território: qual sustentabilidade*. Desenvolvimento em Questão. Ijuí: Unijuí, 2006.

VALE DO PARANHANA. Disponível em:<http://pt.wikipedia.org/wiki/Vale_do_Paranhána>. Acesso: 17 ago. 2014.

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. *Fundamentos de economia*. São Paulo: Saraiva, 1998.

VÁZQUEZ-BARQUERO, A. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: FEE, 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 4.ed. São Paulo. Atlas, 2003.

WAYNE, Cascio. *Investimento em pessoas: como medir o desempenho financeiro das iniciativas em recursos humanos*. Porto Alegre: Bookman, 2010.

WORLD BANK. *Inequality in Latin America & the Caribbean: Breaking with History?* Washington, DC: The World Bank, 2003.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YOGUEL, Gabriel. Desarrollo del proceso de aprendizaje de las firmas: los espacios locales y las tramas productivas. Seminário Globalização e Inovação Localizada, Mangaratiba. *Anales*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1998.

ZABOT, João Batista M; SILVA, L. C. Mello da. *Gestão do conhecimento: aprendizagem e tecnologia construindo a inteligência coletiva*. São Paulo: Atlas, 2002.

ZONINSEN, Jonas. *O caso econômico para combater a exclusão racial e étnica*. In: Inclusão social e desenvolvimento econômico na América Latina. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DOS GESTORES

QUESTIONÁRIO A SER REALIZADO COM O DIRETOR VICE-DIRETORES E COORDENADORES DA FACCAT

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PPGDR)

Prezado(a) Senhor(a):

A presente pesquisa intitulada **“As Instituições de Ensino Superior como Catalisadoras de Desenvolvimento Regional: a contribuição e os resultados socioeconômicos das Faculdades Integradas de Taquara no desenvolvimento da Região do Vale do Paranhana/RS”** tem como objetivo “analisar as contribuições e os resultados, tanto do ponto de vista social quanto econômico, no desenvolvimento regional com a presença da Faccat na região do Vale do Paranhana/RS, no período de 2000 a 2014” e está sendo realizada pela acadêmica Daniela Crippa, do Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara- FACCAT. As informações serão tratadas com sigilo e consolidadas pela pesquisadora.

Orientador: Professor Dr. Roberto Tadeu Ramos Morais.

Orientanda: Daniela Crippa

1. Como você percebe os principais problemas ou desafios, bem como as prioridades em relação ao desenvolvimento da região? Na sua visão, as ações desenvolvidas pela Faccat contribuem para sanar essas dificuldades locais?
2. A Faccat criou um currículo que reflete as características específicas e as necessidades da região? Em caso positivo, forneça exemplos.
3. A sua IES realizou, coletiva ou individualmente, alguma avaliação do impacto de suas atividades na região? (Por exemplo: impacto econômico direto da instituição, contribuição para o desenvolvimento econômico local, impacto social e cultural)?
4. Existe na sua IES algum programa especial para fomentar a cooperação entre a Faccat e as empresas? Qual? Ele atende a todo tipo de empresa (Pequena, Média, Grande, Organizações Públicas)? Que recursos a sua IES destina para esses programas? Descreva a situação.
5. A sua IES abre as instalações e fornece o apoio de especialistas para a região nas áreas sociais (conselho e apoio)? Como faz ela faz isso?

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO COM ATORES SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PPGDR)

Prezado(a) Senhor(a):

A presente pesquisa intitulada **“As Instituições de Ensino Superior como Catalisadoras de Desenvolvimento Regional: a contribuição e os resultados socioeconômicos das Faculdades Integradas de Taquara no desenvolvimento da Região do Vale do Paranhana/RS”** tem como objetivo “analisar as contribuições e os resultados, tanto do ponto de vista social quanto econômico, no desenvolvimento regional com a presença da Faccat na região do Vale do Paranhana/RS, no período de 2000 a 2014” e está sendo realizada pela acadêmica Daniela Crippa, do Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara- FACCAT. As informações serão tratadas com sigilo e consolidadas pela pesquisadora.

Orientador: Professor Dr. Roberto Tadeu Ramos Moraes.

Orientanda: Daniela Crippa

1. Na sua percepção, a presença da Faccat na região é um diferencial para esse desenvolvimento social e econômico da região do Vale do Paranhana? Por quê?
2. Como você percebe os principais problemas ou desafios, bem como as prioridades em relação ao desenvolvimento da região? Na sua visão, as ações desenvolvidas pela Faccat contribuem para sanear essas dificuldades locais?
3. Na sua percepção, a presença da Faccat na região é um diferencial para a qualificação de novos profissionais? Por quê?
4. Quais os elementos que facilitam e os que dificultam a cooperação entre a sua IES e as empresas?
5. Na sua visão, a Faccat criou um currículo que reflete as características específicas e as necessidades da região? Em caso positivo, forneça exemplos.

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PARA EGRESSOS 2014

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PPGDR)

Prezado(a) Senhor(a):

A presente pesquisa intitulada **“As Instituições de Ensino Superior como Catalisadoras de Desenvolvimento Regional: a contribuição e os resultados socioeconômicos das Faculdades Integradas de Taquara no desenvolvimento da Região do Vale do Paranhana/RS”** tem como objetivo “analisar as contribuições e os resultados, tanto do ponto de vista social quanto econômico, no desenvolvimento regional com a presença da Faccat na região do Vale do Paranhana/RS, no período de 2000 a 2014” e está sendo realizada pela acadêmica Daniela Crippa, do Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara- FACCAT. As informações serão tratadas com sigilo e consolidadas pela pesquisadora.

Orientador: Professor Dr. Roberto Tadeu Ramos Moraes.

Orientanda: Daniela Crippa

5= Concordo 4= Concordo parcialmente 3=Discordo 2= Discordo parcialmente 1= Não estou certo

	1	2	3	4	5
Durante sua graduação, você desenvolveu habilidades humanas conceituais e técnicas?					
Durante sua graduação, você se inseriu em atividades que lhe proporcionaram melhores oportunidades de emprego?					
Você acredita que a sua formação superior lhe proporcionam maior flexibilidade, autonomia nas decisões e trabalho em equipe?					
Você acredita que a sua formação acadêmica lhe proporciona maior possibilidade de crescimento pessoal e profissional?					
A IES lhe proporcionou uma maior interação com a sociedade local?					
Você aplica no trabalho e no meio social as habilidades desenvolvidas na graduação?					
Você participa de alguma ação ou projeto na sua comunidade que contribua com o desenvolvimento regional?					
Você acredita que um curso superior ajuda nas desigualdades sociais?					
Você percebe que a região onde a IES está inserida proporciona maiores oportunidades de trabalho?					
Você percebe a importância da interação Faccat/ Comunidade?					
A sua formação impactou na sua oportunidade de trabalho?					
Você está satisfeito com a sua situação profissional e financeira?					

Fonte: Elaborada pela autora (2014)

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS MATRICULADOS 2015/1

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PPGDR)

Prezado(a) Senhor(a):

A presente pesquisa intitulada **“As Instituições de Ensino Superior como Catalisadoras de Desenvolvimento Regional: a contribuição e os resultados socioeconômicos das Faculdades Integradas de Taquara no desenvolvimento da Região do Vale do Paranhana/RS”** tem como objetivo “analisar as contribuições e os resultados, tanto do ponto de vista social quanto econômico, no desenvolvimento regional com a presença da Faccat na região do Vale do Paranhana/RS, no período de 2000 a 2014” e está sendo realizada pela acadêmica Daniela Crippa, do Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara- Faccat. As informações serão tratadas com sigilo e consolidadas pela pesquisadora.

Orientador: Professor Dr. Roberto Tadeu Ramos Moraes.

Orientanda: Daniela Crippa

5= Concordo 4= Concordo parcialmente 3=Discordo 2= Discordo parcialmente 1= Não estou certo

	1	2	3	4	5
Durante sua graduação, você desenvolveu habilidades humanas conceituais e técnicas?					
Durante sua graduação, você se inseriu em atividades que na sua visão proporcionarão melhores oportunidades de emprego quando formado?					
A sua formação superior lhe proporcionará maior flexibilidade, autonomia nas decisões e trabalho em equipe?					
A sua formação acadêmica lhe proporcionará maior possibilidade de crescimento pessoal e profissional?					
A IES lhe proporciona uma maior interação com a sociedade local?					
Aplica no trabalho e no meio social as habilidades desenvolvidas na graduação?					
Participa de alguma ação ou projeto na sua comunidade que contribua com o desenvolvimento regional?					
Acredita que um curso superior ajuda nas desigualdades sociais (inclusão social, desemprego, reversão da pobreza)?					
Percebe que a região onde a IES está inserida proporciona maiores oportunidades de trabalho?					
Percebe a importância da interação FACCAT/ Comunidade no desenvolvimento regional?					
Acredita que a sua formação irá impactar na sua oportunidade de trabalho e nas suas relações sociais?					
Acredita que a graduação lhe dará a oportunidade para obter melhores condições financeiras?					

Fonte: Elaborada pela autora (2014).

ANEXO

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Faculdades Integradas de Taquara

Credenciada pela Portaria Nº. 921, de 07/11/07, D.O.U. de 08/11/07

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

1. Dados gerais:

Título da pesquisa: **As Instituições de Ensino Superior como Catalisadoras de Desenvolvimento Regional: a contribuição e os resultados socioeconômicos das Faculdades Integradas de Taquara no desenvolvimento da Região do Vale do Paranhana/RS”**

Nome do acadêmico pesquisador: Daniela Crippa

Fone: 91553970

Nome do orientador: Dr. Roberto Tadeu Ramos Moraes.

Fone: 35416629

2 Informações ao participante ou responsável:

- a) Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa, que tem como objetivo analisar a contribuição e os resultados socioeconômicos da FACCAT na região do Vale do Paranhana/RS.
- b) Cada participante responderá ao questionário conforme instruções.
- c) Você poderá recusar-se a participar da pesquisa e poderá abandonar o procedimento em qualquer momento, sem qualquer prejuízo.
- d) A sua participação como voluntário, não lhe trará nenhum privilégio, seja ele de caráter financeiro ou de qualquer natureza.
- e) Serão garantidos o sigilo e a privacidade de sua identidade e das informações que você fornecer, sendo-lhe reservado o direito de omissão de dados.
- f) Na apresentação dos resultados, não serão citados os nomes dos participantes.

Confirmo ter conhecimento do conteúdo desse termo. A minha assinatura abaixo indica que concordo em participar dessa pesquisa e por isso dou meu consentimento.

Taquara, 05 de junho de 2015.

.....
Acadêmico pesquisador

.....
Orientador da pesquisa

.....
Participante da pesquisa